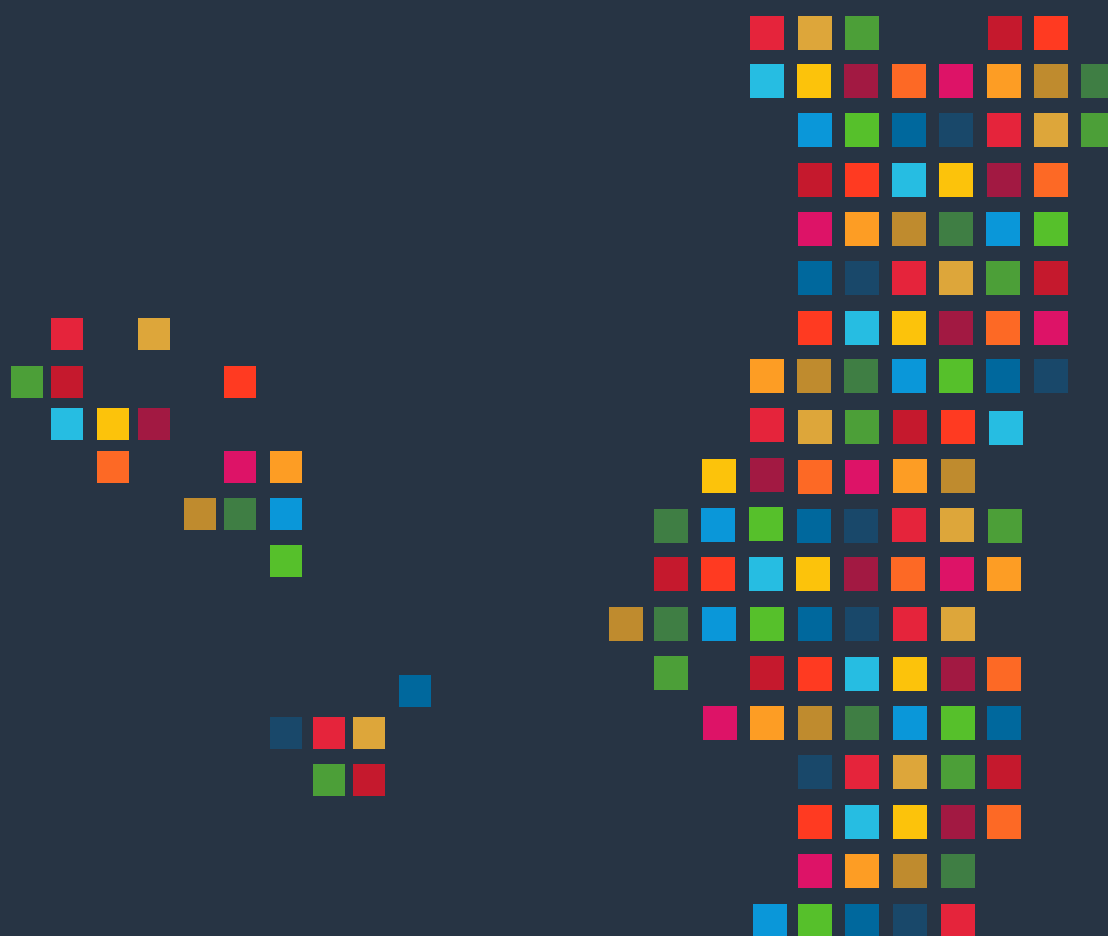




Indicadores para Portugal

2015-2022

FICHA TÉCNICA

Título

Objetivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030
Indicadores para Portugal - 2015-2022

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Publicação periódica

Anual

Multitemas

Edição digital

ISSN 2184-2264

ISBN 978-989-25-0642-5

ERRATA

Dados atualizados nas páginas 28, 41, 68 e 97 em 2023-08-22.



Apoio | ao utilizador

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2023

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



Sinais convencionais

...	valor confidencial
x	valor não disponível
⊥	quebra de série
Pe	valor preliminar
Po	valor provisório
§	desvio do padrão de qualidade/ coeficiente de variação elevado

Siglas e Unidades de Medida

ALV	Aprendizagem ao Longo da Vida
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA, I.P.	Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto Público
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BDD	Base de Dados de Difusão
BDNU	Base de Dados Global de Indicadores ODS das Nações Unidas
CAD/OCDE	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CES	Conferência de Estatísticos Europeus
CFM	Conta de Fluxos de Materiais
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CIEM	Conselho Internacional para a Exploração do Mar
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CO₂	Dióxido de carbono
CPP	Classificação Portuguesa das Profissões
DGAE	Direção-Geral da Administração Escolar
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGPM	Direção-Geral de Política do Mar
DGRM	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DGS	Direção-Geral da Saúde

DGT	Direção-Geral do Território
DMC	Consumo Interno de Materiais
DOP	Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores
DRAM	Direção Regional dos Assuntos do Mar, Açores
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
DROTA	Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, Madeira
DRP	Direção Regional de Pescas da Madeira
EPANB	Estratégia e Plano de Ação Nacional no domínio da Biodiversidade
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSARA	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores
ESAW	Estatísticas Europeias sobre acidentes de trabalho
ESSPROS	Sistema Europeu de Estatísticas Integradas da Proteção Social
ETC	Equivalente a tempo completo
EU-SILC	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
EW-Stat	Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FIES	Escala de Experiência de Insegurança Alimentar
FTC	Cooperação técnica pontual
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IAEG-SDGs	Grupo de Peritos Interagências sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Siglas e Unidades de Medida

ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
ICOT	Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IE	Inquérito ao Emprego
IEFA	Inquérito à Educação e Formação de Adultos
IPC	Índice de Preços no Consumidor
ISFF	Inquérito à Situação Financeira das Famílias
hab	Habitante
HLPF	Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, Instituto Público
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
ISCO	Classificação Internacional das Profissões
ISEPP	Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado
I&D	Investigação e Desenvolvimento
JRC	Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia
km	Quilómetro
kg	Quilograma
Kt	Quilotonelada
l	Litro
LULUCF	Alteração do Uso do Solo e Florestas
m³	Metro cúbico
MSY	Rendimento Máximo Sustentável
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
n.e.	Não especificado
n.º	Número
NACE	Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas Europeias
NU	Nações Unidas
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFP	Outros Fluxos Públicos
OMS	Organização Mundial da Saúde

PGRH	Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpm	Produto Interno Bruto a preços de mercado
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
pkm	Passageiro-quilómetro
PlanAPP	Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
PM₁₀	Partículas inaláveis de diâmetro inferior a 10 micrómetros (µm)
PM_{2.5}	Partículas inaláveis de diâmetro inferior a 2,5 µm
PMA	Países Menos Avançados
PNEC	Plano Nacional Integrado Energia e Clima
p.p.	Pontos percentuais
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RNV	Relatório Nacional Voluntário
RRC	Redução do Risco de Catástrofes
SADO	Sistema de Apoio à Decisão Operacional
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SRIR	Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (Região Autónoma dos Açores)
t	Tonelada
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIPAU	Tipologia de áreas urbanas
tkm	Tonelada-quilómetro
UE27	União Europeia 27
UE28	União Europeia 28
UNGGIM: Europe	Comité Europeu de Peritos das Nações Unidas sobre Gestão Global de Informação Geográfica
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
UNSC	Comissão de Estatística das Nações Unidas
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VIH	Vírus da imunodeficiência humana
VL	Valor limite

ÍNDICE

Nota introdutória	6
Sumário executivo.....	7
Resumo	9
Nota sobre o impacto da COVID-19 e o conflito na Ucrânia	16
1 - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	17
1.1 - Enquadramento.....	17
1.2 - Acompanhamento nacional	18
1.3 - Não deixar ninguém para trás	21
2 - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	24
ODS 1 - ERRADICAR A POBREZA	24
ODS 2 - ERRADICAR A FOME	31
ODS 3 - SAÚDE DE QUALIDADE.....	36
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	45
ODS 5 - IGUALDADE DE GÉNERO	51
ODS 6 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	55
ODS 7 - ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	60
ODS 8 - TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	64
ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS.....	71
ODS 10 - REDUZIR AS DESIGUALDADES	78
ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	84
ODS 12 - PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	90
ODS 13 - AÇÃO CLIMÁTICA.....	95
ODS 14 - PROTEGER A VIDA MARINHA	100
ODS 15 - PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	106
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.....	112
ODS 17 - PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	116

Nota introdutória

O INE divulga a sexta publicação anual de acompanhamento estatístico da Agenda 2030. Esta edição corresponde, simultaneamente, ao anexo estatístico do 2º Relatório Voluntário Nacional (RVN) português. Estes relatórios constituem um exercício de revisão nacional do progresso alcançado nos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#), visando igualmente fomentar a sua implementação.

A presente publicação permite uma leitura estatística sobre o desempenho nacional em relação aos ODS, que privilegia a comunicação visual, infográfica e quantitativa. São analisados sinteticamente todos os ODS, em termos de evolução e desempenho em Portugal. A análise, por ODS, é complementada por uma simbologia que ilustra a respetiva tendência e a evolução face ao último ano. Assinalam-se igualmente os indicadores que já atingiram a meta estabelecida, os novos indicadores face à edição anterior, os que já atingiram a meta e aqueles que evidenciam o impacto (social, económico e ambiental) da pandemia COVID-19. No Sumário Executivo dá-se destaque às principais conclusões estatísticas sobre cada ODS, bem como à simbologia de progresso.

A maioria dos indicadores (50%) apresentados são maioritariamente produzidos ou divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional, sendo complementados por outras fontes externas, quando necessário. A informação permite um acompanhamento estatístico do desempenho nacional, desde 2015 (início da Agenda 2030), até ao ano mais recente disponível. Para possibilitar uma consulta cronológica mais longa, disponibiliza-se, no ficheiro de dados em anexo, com informação desde 2010. Destacam-se ainda a inclusão de dados desagregados ao nível geográfico por NUTS II, sempre que disponível e relevante, bem como a desagregação etária, por sexo e por grau de urbanização. A nível regional, é feita comparação com o agregado da União Europeia (UE), sempre que pertinente e disponível. Nas notas de enquadramento (Agenda 2030, RVN e ponto de situação nacional), para além de informação sobre disponibilidade de dados, critérios de seleção de indicadores e nível de desagregação, são também referidos os desenvolvimentos prospetivados em matéria de territorialização da informação estatística e de aumento da cobertura sobre grupos minoritários e/ou vulneráveis. É ainda destacada informação nacional complementar ao quadro global de monitorização dos ODS.

A publicação é também sensível ao efeito da pandemia COVID-19 no progresso em prol dos ODS. Sempre que pertinente, são destacados os dados disponíveis para aferir o seu impacto, em particular nas áreas de natureza sanitária, económica e sociodemográfica.

Os indicadores analisados contêm hiperligações para o [dossiê temático dos ODS](#). Esta plataforma nacional de reporte inclui hiperligações para a base de dados de difusão [BDD] do INE, para a base de dados do Eurostat, e, nos casos aplicáveis, para fontes externas validadas. Na BDD do INE e do Eurostat, a informação é continuamente atualizada, pelo que poderá não corresponder aos valores apurados no período de referência da publicação, quando acedida posteriormente. A inclusão dos links visa fornecer ao utilizador um acesso rápido à informação mais atual e desagregada disponível.

A publicação é complementada por outras iniciativas de comunicação, tais como o dossiê temático dos ODS, acima referido, disponível no Portal do INE desde abril de 2017. Outras iniciativas incluem a disponibilização de [infografias](#), direcionadas à promoção de literacia sobre esta temática nas escolas.

A informação estatística que suporta a análise e os gráficos da publicação é apresentada em formato XLSX e CSV, contendo a informação mais recente disponível à data de 28 de fevereiro de 2023.

Sumário executivo

Esta publicação descreve o comportamento de 170¹ indicadores (mais 11 indicadores do que na edição anterior) dos ODS da lista global das Nações Unidas (NU), para Portugal, desde 2015 até ao último ano com informação disponível. São analisados sinteticamente todos os ODS, em termos de evolução e desempenho em Portugal.

Nesta secção é apresentado um exercício ilustrativo simplificado da avaliação do comportamento de cada indicador face ao objetivo e meta em que se insere, no período considerado. Este exercício é complementado com uma síntese dos principais progressos e desafios.

Note-se que há indicadores que têm interpretações diversas consoante a meta ou objetivo onde se inserem e que pretendem monitorizar. A título exemplificativo, o crescimento do PIB tem impacto positivo na economia (ODS 8), mas poderá ter impactos negativos em ODS ambientais; ou o número de passageiros de transportes rodoviários e aéreos, cujo crescimento seria considerado favorável para o ODS 9 (infraestruturas), mas cujo impacto seria considerado negativo se inserido num ODS ambiental. Por esta razão, para permitir uma leitura objetiva, a interpretação dos indicadores é sempre efetuada à luz da meta/objetivo onde se inserem, que idealmente deverá explicitar o sentido desejável da respetiva evolução.

No capítulo 2 são apresentados quadros detalhados por objetivo com indicação do sinal da evolução de cada indicador disponível, bem como uma análise sintética dos principais indicadores. Assinalam-se igualmente os indicadores que já atingiram a meta estabelecida, os novos indicadores face à edição anterior, e aqueles que evidenciam o impacto (social, económico e ambiental) da pandemia COVID-19. Nos novos indicadores, destacam-se os dados que monitorizam as metas relativas à implementação de estratégias de redução de risco de catástrofes (ODS 1, 11 e 13), os que permitem aferir a prevalência de excesso de peso ou atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (ODS 2) e a cobertura dos cuidados de saúde primários, relativa ao ODS 3.

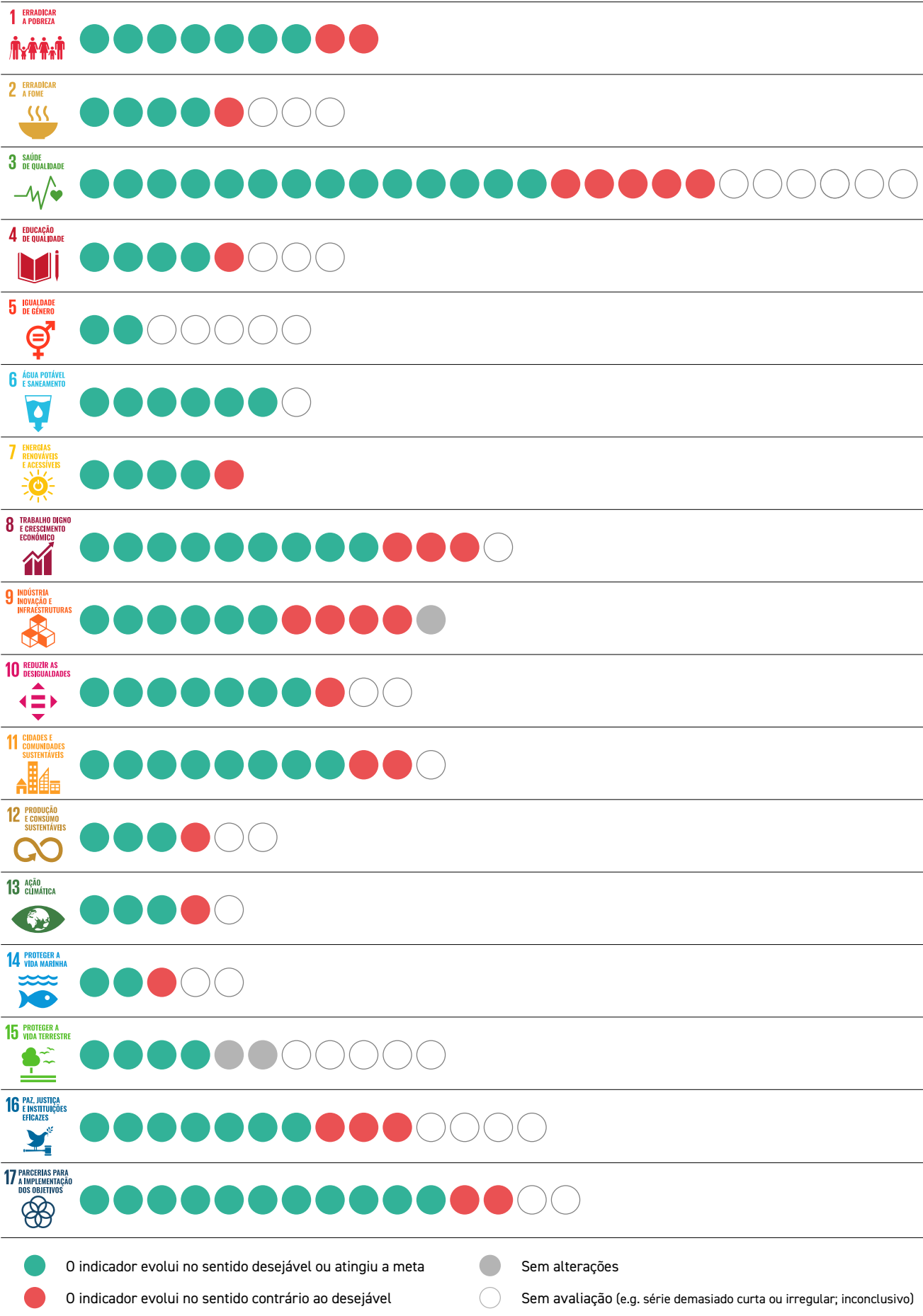
Comparando o ano mais recente com o primeiro ano disponível desde 2015, é possível concluir que:

- a maioria (**101**) dos indicadores analisados registou uma evolução positiva;
 - 🎯 dos quais **20** atingiram a meta;
- **28** apresentaram uma evolução desfavorável;
- **3** não registaram alterações;
- **38** não são passíveis de avaliação (séries irregulares ou curtas, inconclusivos).

Na análise por ODS, verifica-se que a **maioria dos indicadores evoluiu favoravelmente ou atingiu a meta**. Apenas três ODS (5, 14 e 15) apresentaram menos de 50% de indicadores com evolução positiva (ver Figura 1). Note-se, porém, que estes ODS são também dos que apresentam a menor disponibilidade de indicadores e maior número de indicadores que não são passíveis de avaliação (ver Figura 1).

¹ 78 indicadores da lista global da ONU não fazem parte da lista para Portugal fundamentalmente, por três razões: (i) não se aplicam ao contexto nacional; (ii) não têm ainda uma metodologia suficientemente estabilizada e clara para o seu cálculo; ou (iii) não existe informação disponível.

Figura 1 | Evolução dos indicadores ODS em Portugal no período 2015-2022 ²



² Desde o primeiro ano disponível a partir de 2015 até ao último ano disponível. Cada círculo representa um indicador. O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Resumo

Tendo como referência a avaliação de alguns indicadores considerados mais relevantes (ex.: pertinência face à meta, atualidade da informação e relevância no contexto nacional) e com informação disponível desde 2015, sintetiza-se a avaliação dos principais progressos e desafios para Portugal nos 17 ODS.



- Redução da população em risco de pobreza desde 2015: de 19,0% para 16,4% em 2021 🌐
- Redução do risco de pobreza em grupos vulneráveis: crianças em risco de pobreza passaram de 22,4% em 2015 para 18,5% em 2021; idosos passaram de 18,3% para 17,0% 🌐
- Aumento da proporção total das despesas públicas em educação, saúde e proteção social entre 2015 e 2021: de 61,6% para 63,9% 🌐
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à pobreza em percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) desde 2015: de 0,0046% para 0,0052%, em 2020

- Subida significativa de mortes por catástrofes em 2020 (devido à pandemia COVID-19): de 0,6 em 2015 para 66,5, por 100 mil habitantes 🌐

(impacto COVID-19 ainda não refletido na totalidade dos indicadores)



- Menor insegurança alimentar: de 4,7% em 2019 para 4,1% em 2022
- Ligeiro aumento na superfície agrícola destinada a agricultura biológica: de 5,1% em 2016 para 5,3% em 2019
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento ao setor agrícola desde 2015 (máximo em 2017): de 0,35 milhões € para 0,54 milhões €, em 2021

- Maior obesidade: 16,9% em 2019 (face a 16,4% em 2014)
- Índice de anomalia nos preços de alimentação excepcionalmente alto em 2020 (normal entre 2015 e 2019): 0,382 em 2015 e 1,342 em 2020 🌐



3 SAÚDE DE QUALIDADE

- Taxa de mortalidade materna por 100 mil nados-vivos ultrapassou a meta: 20,1 em 2020 (meta de menos de 70 mortes por 100 mil nados-vivos até 2030)
- Taxas de mortalidade infantil (0-4 anos) e neonatal em 2021: 3,1‰ (meta de pelo menos 25‰ até 2030) e 1,7‰ (meta de pelo menos 12‰ até 2030)
- Menor taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crônicas respiratórias, por 100 mil habitantes: de 283,3 em 2015 para 258,5 em 2020
- Menor taxa de mortalidade por suicídio, por 100 mil habitantes: 10,9 em 2015 para 9,1 em 2020
- Menor taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, por 100 mil habitantes: 6,9 em 2015 para 5,7 em 2020
- Menor taxa de fecundidade na adolescência: de 8,4‰ em 2015 para 5,8‰ em 2021
- Maior cobertura vacinal: difteria, tétano e tosse convulsa e *Streptococcus pneumoniae* acima dos 98% em 2021; sarampo próximo dos 95% em 2021 e vírus do Papiloma humano acima dos 75% nas mulheres e dos 50% nos homens, em 2021
- Mais pessoal médico (entre 2015 e 2021): médicos de 4,7‰ para 5,7‰; enfermeiros de 6,5‰ para 7,8‰; profissionais de farmácia de 1,5‰ para 2,0‰; médicos dentistas de 0,9‰ para 1,1‰
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento na área da saúde desde 2015, impulsionado pela ajuda internacional no contexto pandêmico: 4,6 milhões € em 2015 para 28,0 milhões € em 2021

- Ligeiro decréscimo na proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado: de 99,9% em 2015 para 99,1% em 2021
- Aumento da taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, condições de saneamento inseguras e falta de higiene, por 100 mil habitantes: de 2,2 em 2015 para 4,0 em 2020

(impacto COVID-19 ainda não refletido na totalidade dos indicadores)

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- Aumento das taxas de conclusão do ensino básico e secundário: de 92,1% em 2015 para 96,9% em 2021 no ensino básico e de 83,4% para 91,7% no ensino secundário
- Taxa de escolarização próxima da meta de 100%: 99,2% no ano letivo 2020/2021
- Progresso favorável e paridade de género nas competências digitais nos adultos: de 47,7% em 2015 para 55,3% em 2021; índice de paridade de género de 0,93 em 2015 e de 1,10 em 2021

- Retrocesso nas competências em leitura: proficiência em leitura de 82,8% em 2015 e de 79,8% em 2018

(impacto COVID-19 ainda não refletido na totalidade dos indicadores)



5 IGUALDADE DE GÉNERO



- Paridade de género do uso de tecnologias de informação e comunicação: cerca de 97% dos homens e das mulheres usavam telemóvel em 2022
- Proporção de mulheres dirigentes na administração pública superior a 50%
- Existência de quadros legais que promovem, fazem cumprir e monitorizam a igualdade de género
- Disparidades na participação cívica e política: redução de deputadas na legislatura parlamentar (2022-2025): de 89 mulheres em 230 deputados (2019-2022), para 85 mulheres
- Menos mulheres nas eleições autárquicas em 2021: de 32 em 2017 para 29 em 2021
- Disparidades na propriedade de terra agrícola: 13,1% de mulheres face a 28,0% de homens em 2019
- Proporção residual de mulheres em cargos de chefia: 3,1% em 2022 (com evolução favorável face a 2015 [2,3%])

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



- Água segura alcançada: nível de excelência da qualidade da água para consumo humano. A meta de 2030, de 99%, foi atingida em 2021 
- Melhoria das condições de saneamento, mesmo na população em risco de pobreza: 0,9% da população residente vivia sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento em 2015 vs. 0,4% em 2022; 2,4% da população em risco de pobreza vivia nestas condições em 2015, reduzindo para 1,3% em 2022
- Percentagem (estimada) de alojamentos cobertos por serviços de drenagem de águas residuais (no Continente) próxima da meta nacional e com evolução favorável: de 83% em 2015 para 85% em 2020
- 100% das bacias hídricas transfronteiriças encontram-se abrangidas por acordos de cooperação internacional 

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



- Energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia com a maior proporção de sempre em 2021 (34%). A meta 31% em 2020 foi ultrapassada. 
- Maior eficiência energética em 2021: intensidade energética da economia em energia primária atinge valor mínimo no período em análise (após aumento em 2020): 105,6 tep/€ 
- Cooperação internacional: redução de fluxos financeiros para países em desenvolvimento destinados à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável: de 2,93 milhões € em 2015 para zero em 2021



- Aumento do PIB *per capita* em 2022 (após decréscimo acentuado devido à pandemia COVID-19): de 17,4 mil € *per capita* em 2015 para 20,8 mil € *per capita*, a preços correntes, em 2021; crescimento acima da média UE27 🌐
- Menos desemprego: taxa de desemprego de 12,9% em 2015, regista 6,0% em 2022, valor mínimo desde 2015 (a taxa em 2019 foi de 6,6%, tendo existido uma interrupção da tendência decrescente em 2020 [7,0%] devido à pandemia COVID-19) 🌐
- Menor inatividade nos jovens (15-24): taxa de jovens não empregados/integrados em educação ou formação, de 14,3% em 2015, atinge 9,4% em 2022, valor mínimo desde 2015
- Recuperação do peso do turismo na riqueza nacional após contração devido à pandemia COVID-19: 6,9% em 2016, 4,8% em 2020 e 5,8% em 2021 🌐
- Progresso favorável na incidência de acidentes de trabalho não fatais por 100 mil empregados, entre 2015 e 2020 (não obstante, mantém-se superior à observada na UE 27): de 2 954 para 2 260 em PT; de 1 675 para 1 603 na UE27

- Decréscimo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada ao apoio ao comércio: evolução desfavorável desde 2015, de 21,45 milhões €, para 3,49 milhões € em 2021 (valor máximo em 2020, de 33,61 milhões €)



- Aumento do peso das indústrias de alta e média tecnologia no valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora: de 22,9% em 2015 para 23,7% em 2021
- Maior proporção de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB: de 1,24% em 2015 para 1,62% em 2021 (ainda longe da meta de 3% até 2030)
- Menor intensidade das emissões atmosféricas da economia (diminuição de emissões de CO₂ por unidade de VAB): de 0,344 kg CO₂/€ em 2015 para 0,269 kg CO₂/€ em 2021 🌐
- 99,9% da população coberta por rede móvel em 2021 (em 2015 era 99,8%)

- Descida abrupta no número de passageiros transportados, devido à pandemia COVID-19, em particular no transporte aéreo (2020): de 31 611 passageiro-quilómetro em 2015 para 12 852 em 2020 e 16 776 em 2021 🌐
- Indústria transformadora: desempenho desfavorável nas dimensões de emprego (17,7% da população empregada na indústria transformadora em 2015 vs. 16,8% em 2022) e no peso das microempresas no valor acrescentado desta indústria (8,1% do VAB em 2015 vs. 7,3% em 2021);



- Aumento do rendimento médio (não obstante contração em 2020 nos 40% de população mais vulnerável economicamente): de 10 562 € em 2015 para 13 148 € em 2021; de 5 132 € para os mais vulneráveis em 2015 para 6 851 € em 2021
- Progresso favorável do peso do trabalho no PIB desde 2015: de 46,7% em 2015 para 51,6% em 2020
- Diminuição da percentagem de pessoas a viverem em agregados familiares com rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, de 13,0% em 2015 e 12,4% em 2020, para 10,0% em 2021 🌐
- Avaliação internacional indica melhoria em políticas de migração que facilitam a migração e a mobilidade (ordenada, segura, regular e responsável), atingindo a classificação máxima em 5 domínios 🎯

- Tendência desfavorável no impacto redistributivo da política fiscal: coeficiente de Gini do Rendimento monetário líquido por Adulto Equivalente passou de 33,9% em 2015 para 32,0% em 2021



- Menos população em condições de habitabilidade desfavoráveis: decréscimo da proporção da população residente em alojamentos não clássicos, de 0,17% no Censos 2011 para 0,11% no Censos 2021 e da taxa de privação severa das condições da habitação, de 4,7% em 2015 para 3,9% em 2020
- 100% das cidades portuguesas com participação direta da sociedade civil no planeamento e gestão urbana 🌐
- Aumento da despesa pública e privada em serviços culturais (não obstante a forte contração na despesa privada em 2020 devido à pandemia COVID-19): despesa pública de 167,2 milhões € em 2015, para 207,8 milhões € em 2020; e despesa privada de 56,8 milhões €, para 29,4 milhões € em 2020 🌐

- Mais resíduos urbanos nas cidades e *per capita*: de 4,8 milhões de toneladas de resíduos recolhidos em 2015 para 5,3 em 2020, correspondentes a 460 kg/capita em 2015 e a 513 kg/capita em 2020



12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



- Redução na percentagem de resíduos perigosos gerados: de 10,3% em 2015 para 9,2% em 2021 🌞
- Progresso favorável nas taxas de reciclagem: 36,1% em 2015 para 38,0% em 2020 (contudo, ainda aquém da meta nacional para 2020 [50%] e longe da meta para 2030 [55%]) 🌞
- Uso mais eficiente dos materiais desde 2015: redução da pegada material por unidade de PIB, de 0,91 kg/€ em 2015 para 0,79 kg/€ em 2020 e diminuição do consumo interno de materiais por unidade de PIB, de 0,89 kg/€ em 2015 para 0,83 kg/€ em 2021 🌞
- Ferramentas disponíveis para monitorizar aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade: Conta Satélite do Turismo, Conta das Emissões Atmosféricas e Conta de Fluxos Físicos de Energia
- Aumento do consumo interno de materiais *per capita* entre 2015 e 2019 (interrompido em 2020 devido, principalmente, à pandemia COVID-19): de 15,6 t *per capita* em 2015 para 15,9 t *per capita* em 2021 🌞

13 AÇÃO CLIMÁTICA



- Redução no total de emissões de gases com efeito de estufa (GEE): -32,9% em 2020 face a 2005. A meta nacional de 2020 foi ultrapassada (-18% a -23%), mas ainda está longe da meta de -45% a -55% até 2030. 🌱
- Redução no nível de emissões de GEE *per capita* entre 2015 e 2020: 6,5 t CO₂ eq *per capita* em 2015 para 5,6 t CO₂ eq *per capita* em 2020 🌱
- Progresso favorável na implementação da Estratégia Nacional de Redução de Risco de Catástrofes
- Subida acentuada no número de mortes atribuídas a catástrofes em 2020, em consequência da pandemia COVID-19: de 0,6 por 100 mil habitantes em 2015 para 66,5 em 2020 🌱

14 PROTEGER A VIDA MARINHA



- Classificação máxima no grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
- Melhoria na avaliação internacional do grau de aplicação de enquadramentos relativos ao direito de acesso da pequena pesca
- Redução do peso do investimento em I&D em tecnologia marinha: de 2,1% em 2016 para 1,9% em 2021
- Proporção de áreas marinhas protegidas: 7% (meta: 10% até 2030)



- Avaliação internacional considera que Portugal adotou legislação nacional relevante e afetou recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras 🌿
- Portugal é Parte contratante no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura e possui ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas reportadas à Câmara de Compensação de acesso e partilha dos benefícios 🌿
- Progresso favorável na Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à biodiversidade: de 0,37 milhões € em 2015 para 1,19 milhões € em 2021

- Proporção de superfície das áreas classificadas manteve-se inalterada entre 2015 e 2021: 22,6%



- Descida no número de crimes por homicídio desde 2015: de 100 para 82 em 2021
- 100% de crianças portuguesas com registo de nascimento 🌐
- Mais mulheres dirigentes na Administração Pública: de 5 576 em 2015 para 7 668 em 2021
- Aumento do número de armas de fogo apreendidas, entregues/recuperadas pela polícia: de 13 245 em 2015 para 30 728 em 2021

- Aumento da proporção de reclusos preventivos na população prisional: de 16,2% em 2015 para 18,5% em 2021 🌐
- Subida no número de crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais (redução acentuada em 2020, no contexto da pandemia COVID-19): de 53 em 2015 para 41 em 2020 e 80 em 2021 🌐
- Menor proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer: 85,5% em 2016 e 82,8% em 2020



- Portugal tendencialmente "infoincluído:" aumento dos acessos à Internet (de 30,3% em 2015 para 41,6% em 2021) e da percentagem de adultos que usam a Internet (de 68,6% em 2015 para 84,5% em 2022) 🌐
- Aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e do seu peso no Rendimento Nacional Bruto (RNB): 0,16% em 2015 para 0,18% em 2021

- Decréscimo do peso das remessas dos emigrantes e imigrantes no PIB: de 1,55% em 2015 para 1,50% em 2021

Nota sobre o impacto da COVID-19 e o conflito na Ucrânia

As edições anteriores mostraram que, mesmo antes da pandemia de COVID-19, os progressos em direção aos ODS em Portugal eram desiguais, com algumas áreas a exigirem maior atenção.

Na edição atual, 13,5% dos indicadores tem informação até 2022, 40,0% até 2021 e 29,4% até 2020. Esta disponibilidade torna prematura uma avaliação integral do impacto da pandemia no desenvolvimento sustentável.

No entanto, esta publicação identifica alguns indicadores afetados no curto prazo pela pandemia COVID-19, tanto por evidenciarem o seu impacto direto (ex.: mortes por catástrofes), como por registarem alguma recuperação relativamente a níveis anteriores à crise pandémica nos anos subsequentes. Em alguns torna-se, assim, possível discernir se os valores respeitantes a 2020 (quando implicam variações acentuadas positivas ou negativas face a 2019), significam inversões ou apenas interrupções de tendências que se vinham desenhando desde 2015.

Note-se que o período de referência da publicação (2015-2022) ainda não reflete o possível impacto do conflito na Ucrânia no progresso dos ODS, atendendo particularmente aos últimos anos com informação disponível, conforme referido acima. Contudo, é expectável que tenha implicações para o cumprimento das metas dos ODS, a nível global, regional e nacional, que deverão ser particularmente acentuadas na Europa. Estas implicações, ainda que não visíveis através dos dados disponíveis à data, serão previsivelmente pronunciadas em indicadores relacionados com os domínios da migração, energia, rendimento e crescimento económico, inflação, desigualdades, entre outros. Oportunamente, uma maior disponibilidade de dados sobre a atual conjuntura permitirá aferir o eventual impacto desta crise na prossecução da Agenda 2030.

1 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

1.1 Enquadramento

Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#). Esta Agenda transformativa é composta por 17 Objetivos (ODS) e 169 metas, abrangendo preocupações sociais, económicas e ambientais, para as quais todos os países são mobilizados.

Para acompanhar a aplicação efetiva da Agenda 2030, em março de 2017, foi adotada uma [lista de indicadores globais](#), pela 48ª Sessão da [Comissão de Estatística das Nações Unidas](#) (UNSC). A comunidade estatística desempenha assim um papel fundamental no desígnio de “[não deixar ninguém para trás](#)”, monitorizando o progresso alcançado em cada uma das metas, através de dados e estatísticas acessíveis, fiáveis e desagregados. Este papel foi reconhecido em julho do mesmo ano pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução [A/RES/71/313](#), que atribuiu aos INEs uma posição cimeira na coordenação nacional do acompanhamento estatístico da Agenda 2030.

O quadro de avaliação de progresso compreende atualmente [248 indicadores globais \(231 únicos\)](#). Os indicadores são categorizados em níveis (*tiers*), de acordo com a respetiva disponibilidade de dados e nível de desenvolvimento metodológico. As [classificações de tiers](#) são periodicamente atualizadas, num processo de aperfeiçoamento que decorre da articulação técnica entre o Inter-Agency Expert Group on SDG indicators ([IAEG-SDGs](#)) e as agências internacionais de custódia (responsáveis pelos avanços metodológicos e comparabilidade internacional de indicadores dentro da sua área de intervenção). Estas atualizações periódicas são ainda complementadas por revisões mais alargadas, tais como a [primeira revisão abrangente](#), de março de 2020, segundo a qual deixaram de existir indicadores de *tier* III (sem metodologia e sem dados disponíveis). A segunda revisão desta natureza está prevista para 2025.

A divulgação dos dados disponíveis à escala global é assegurada pela [Base de Dados Global de Indicadores ODS das Nações Unidas](#) (BDNU). Este repositório é suportado, sempre que possível, por processos de reporte global promovidos pelas agências de custódia, em que são privilegiados dados oficiais, sujeitos a ajustamentos para maior comparabilidade internacional. Não obstante, a BDNU recorre também a estimativas, desejavelmente validadas num processo de estreita articulação entre as agências de custódia e os pontos focais nacionais. Para além de difundir dados sobre o progresso nos ODS, a BDNU contribui ainda para a preparação do [relatório anual](#) das Nações Unidas sobre o progresso dos ODS a nível global. A [edição de 2022](#) destacou os desafios que se impõem à implementação plena dos ODS, devido à atual confluência de crises (ex. sanitária, climática, conflitualidade armada).

O [Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável](#) (HLPF) tem um papel central no acompanhamento e revisão dos ODS a nível global. Os países são encorajados a apresentar a este Fórum relatórios voluntários nacionais (RVN) sobre a implementação dos ODS, pelo menos duas vezes até 2030. É neste contexto que Portugal apresenta, em 2023, o seu segundo RVN; correspondendo a presente publicação ao respetivo anexo estatístico.

O processo de apropriação nacional da implementação e monitorização da Agenda 2030 é desenvolvido nos capítulos seguintes, com notas sobre a experiência portuguesa nas dimensões relevantes.

1.2 Acompanhamento nacional

Em Portugal, a coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS é da responsabilidade da Presidência do Conselho de Ministros, no plano interno, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no plano externo e na política de cooperação. A sua ação é ainda coadjuvada pelas restantes áreas governativas, na implementação setorial da Agenda 2030. O modelo de coordenação foi revisto em 2023 ([Resolução n.º 5/2023](#), de 23 de janeiro), após a conclusão da primeira fase de implementação nacional, da qual se releva a apresentação do [primeiro Relatório Voluntário Nacional de Portugal](#), em 2017. A revisão deste modelo teve como objetivo reforçar a estrutura interna de coordenação da implementação, em alinhamento com a [Década de Ação das Nações Unidas](#) para a implementação da Agenda 2030 e tendo em vista a apresentação do segundo RVN português, no HLPF de 2023.

O INE assume o papel central no acompanhamento estatístico da Agenda 2030 a nível nacional, em alinhamento com o disposto na resolução das Nações Unidas [A/RES/71/313](#), acima referida. Nesse contexto, coordena a monitorização nacional dos indicadores dos ODS e a cooperação internacional nesta matéria, nomeadamente:

- **Produz dados** relevantes no quadro das estatísticas oficiais;
- **Articula-se com as demais fontes nacionais** para mapeamento e reporte dos dados;
- **Divulga a informação disponível** através de uma plataforma nacional de reporte ([dossiê temático dos ODS](#)) e de outras iniciativas de comunicação (ex.: [publicações anuais](#) desde 2018, [infografias](#) e [brochuras](#) direcionadas às escolas);
- Assume o papel de **ponto focal nacional** para os indicadores dos ODS, perante os organismos internacionais;
- **Promove iniciativas comuns de capacitação estatística** na área dos ODS, no quadro do Programa Estatístico da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Na primeira fase de implementação nacional, o INE, enquanto “principal órgão que produz e divulga estatísticas oficiais” (Decreto-Lei n.º 136/2012), integrou as estruturas nacionais relevantes (ex.: Comissão Interministerial de Política Externa), em matéria de acompanhamento estatístico dos ODS. Neste âmbito, contribuiu igualmente para o primeiro RVN de Portugal, com um capítulo sobre a monitorização da implementação nacional da Agenda 2030.

O segundo RVN português será apresentado no [High Level Political Forum on Sustainable Development](#) (HLPF), em julho de 2023. Este fórum será subordinado à aceleração da recuperação pós-pandémica e à implementação plena da Agenda 2030. A coordenação interna do RVN português de 2023 foi atribuída ao PlanAPP (Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública), com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e Direção Geral de Política Externa do MNE. O INE foi novamente integrado na preparação do Relatório, pelo que, em 2023, a sexta publicação anual de acompanhamento estatístico dos ODS corresponde, simultaneamente, ao anexo estatístico do RVN, possibilitando uma leitura estatística sobre o progresso nacional na implementação da Agenda 2030.

A compilação e difusão de toda a informação disponível para o acompanhamento estatístico da Agenda 2030 beneficia do contributo de múltiplas entidades:

- A nível internacional, sublinha-se o recurso primordial às agências de custódia, previamente referidas, através da [base de dados global das Nações Unidas](#).
- Do conjunto de fontes nacionais, destaca-se o recurso a dados provenientes do Sistema Estatístico Nacional (50%), que integra, para além do INE: as Entidades com Delegação de Competências estatísticas nos domínios da Educação (DGEEC), Energia (DGEG) Justiça (DGPJ), Pescas (DGRM) e Trabalho e Formação Profissional (GEP); e o Banco de Portugal.
- Diversas entidades públicas nacionais, cuja informação nos respetivos domínios de intervenção se revelou indispensável, tais como: APA, ANEPC, Camões, I.P, CIG, DGAE, DGPM, DGS, DGT, ERSAR, ICNF, GPP, MTSSS e Secretaria-Geral do Ambiente.

A este respeito, sublinha-se a necessidade de colmatar as lacunas de informação que persistem em algumas áreas, tais como a área ambiental (ODS 12), a igualdade de género (ODS 5) e a área da proteção da vida marinha (ODS 14), que carecem de dados para uma monitorização mais abrangente, conforme ilustrado pela infografia de disponibilidade, abaixo.

Não obstante, merecem destaque os progressos que se têm registado na melhoria da disponibilidade de dados. Registam-se, assim, favoravelmente os 69% de indicadores disponíveis em 2023 (face aos 248 indicadores globais), que contrastam com os 52% apurados na publicação de 2020 (face a 247 indicadores), já após a primeira revisão abrangente à lista global.

Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal



Esta publicação analisa o desempenho nacional de cada ODS, tendo por base os respetivos indicadores, decorrentes da lista global. O conjunto de informação disponibilizada permite uma leitura estatística sobre o desempenho nacional em relação aos ODS, desde 2015 (início da Agenda 2030), até ao ano mais recente disponível. Na publicação é privilegiada informação quantitativa, visual e infográfica que recai sobre o conjunto de indicadores considerados mais relevantes para a caracterização de cada ODS, ainda que condicionada pela respetiva disponibilidade de dados. A seleção dos indicadores teve por base os seguintes critérios:

- Pertinência do indicador face à meta ou ODS;
- Relevância no contexto nacional;
- Atualidade da informação;
- Relevância analítica;
- Preferência por novos indicadores e com informação nova face à publicação anterior;
- e número equilibrado de indicadores para os 17 objetivos.

Para possibilitar uma consulta cronológica mais longa do total de indicadores disponíveis para Portugal (170), disponibiliza-se o ficheiro de dados, em anexo à publicação, com informação desde 2010.

Note-se igualmente que a seleção de indicadores privilegiou a inclusão de dados desagregados ao nível geográfico, por NUTS II, sempre que disponível e relevante, bem como a desagregação por faixa etária, por sexo e por grau de urbanização. Sublinha-se igualmente os desenvolvimentos recentes e em curso, para uma maior disponibilidade de dados desagregados, nomeadamente na dimensão territorial e na informação relativa a grupos minoritários e/ou vulneráveis (v. ponto [1.3](#)).

Os esforços em prol da desagregação, bem como o respetivo ponto de situação nacional, são abordados no capítulo seguinte, que aflora igualmente a informação disponível a nível nacional, complementar ao quadro global de monitorização, que visa contribuir para o desígnio de «não deixar ninguém para trás».

A lista global de indicadores das NU não é vinculativa. Cabe, assim, a cada país adotá-la na sua totalidade ou, em alternativa, identificar um conjunto mais restrito ou abrangente de indicadores complementares, com o propósito de retratar as diversas realidades que compõem o desempenho nacional em matéria de desenvolvimento sustentável.

1.3 Não deixar ninguém para trás

A lista global de indicadores das NU não é vinculativa. Cabe, assim, a cada país adotá-la na sua totalidade ou, em alternativa, identificar um conjunto mais restrito ou abrangente de indicadores complementares, com o propósito de retratar as diversas realidades que compõem o desempenho nacional em matéria de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, sublinham-se, a título ilustrativo, iniciativas e produtos de natureza complementar à lista global de indicadores. Destacam-se, no plano interno, os dossiês temáticos que o INE disponibiliza para diversos domínios (ex.: [COVID-19](#), [Género](#), [Território](#), etc.), bem como, a nível da sociedade civil, iniciativas de localização da informação dos ODS, tais como a plataforma [ODSlocal](#), dedicada à monitorização da evolução dos ODS nos municípios. Na área do género, releva-se ainda o projeto de revisão da Base de Dados de Género, em desenvolvimento pelo INE ([Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género](#)).

Estão igualmente em curso iniciativas que pretendem suprir lacunas de informação e, sempre que possível, retratar o país de forma mais granular e inclusiva, em particular nas dimensões ambiental, geográfica e sociodemográfica.

Na área ambiental, destacam-se os seguintes desenvolvimentos à escala nacional e europeia:

- No quadro europeu, está em fase final de discussão uma nova proposta de regulamento, que altera o Regulamento 691/2011 para a introdução de novos módulos das Contas Económicas do Ambiente, nos quais se insere a Conta dos Ecossistemas¹.
- A nível nacional, o INE tem acompanhado este processo e tem em curso projetos que têm como objetivo o desenvolvimento de um quadro conceptual de informação que permita dar resposta a estas novas necessidades estatísticas. Nesse contexto, perspetiva-se que os desenvolvimentos no Sistema de Contas Económicas do Ambiente – Contas dos Ecossistemas (SCEA-CE) e a sua interligação ao quadro de monitorização dos ODS, tenham como resultado o aumento da disponibilidade ou melhoria da qualidade de indicadores neste âmbito (entre outros), tais como:
 - 6.3.2: Proporção de massas de água com boa qualidade da água ambiente
 - 6.6.1: Evolução da extensão dos ecossistemas relacionados com a água ao longo do tempo
 - 15.1.1: Área florestal em proporção da área total do solo
 - 15.3.1: Proporção de terrenos degradados em relação à área total do solo
- Outros ODS beneficiarão direta ou indiretamente da produção corrente de contas dos ecossistemas, tais como os Objetivos 6, 11, 12, 13, 14 e 15.

¹ As contas dos ecossistemas medem a extensão, a condição e os serviços dos ecossistemas, a fim de apoiar o processo de tomada de decisões no contexto da gestão sustentável dos recursos e do ambiente.

Na dimensão da **territorialização dos dados**, registam-se os seguintes desenvolvimentos:

- No plano interno, salientam-se os desenvolvimentos e resultados da componente espacial da Infraestrutura Nacional de Dados (IND) do INE. A IND é um projeto estratégico, que tem como principal objetivo o uso mais intensivo e integrado dos dados, através da apropriação e utilização de dados administrativos e de outras fontes. Neste contexto, salienta-se, na componente geográfica, a maior granularidade territorial das estatísticas oficiais e a geointegração das bases de dados administrativas, que possibilitaram novas operações (ex.: estatísticas de [preços da habitação](#) e de [rendas](#) a nível local) e iniciativas inseridas no [StatsLab – Estatísticas em Desenvolvimento](#), concretizadas (ex.: estatísticas do rendimento ao nível local) ou em fase de implementação, tais como a Carta de Equipamentos e Serviços Sociais de Interesse Geral (CESSIG).
- No plano externo, sublinha-se o trabalho no âmbito do [Grupo de Trabalho sobre Integração de Dados da UN-GGIM: Europe](#), no seio do qual o INE coordena a linha de trabalho sobre indicadores ODS. A publicação «*Territorial Dimension in SDG indicators: Geospatial Analysis and its integration with Statistical Data*», coordenada pelo INE, é um dos principais resultados do trabalho desenvolvido neste contexto. O INE está igualmente representado no Comité Executivo da UNGGIM:Europe, em linha com a prioridade atribuída à integração de informação geoespacial com informação estatística oficial.

No quadro sociodemográfico, registam-se igualmente desenvolvimentos em prol do aumento da cobertura de **dados sobre grupos vulneráveis, populações minoritárias e desigualdades**, nomeadamente:

- O Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente (ICOT), em curso durante 2023, após um inquérito-piloto operacionalizado entre 2021 e 2022. O ICOT tem como objetivo melhorar o conhecimento sobre a diversidade da população residente em Portugal, no que diz respeito às suas origens, trajetórias geracionais e condições de vida objetivas, tais como a educação, o emprego e as condições habitacionais. Este inquérito irá ainda possibilitar informação estatística de suporte a planos nacionais alinhados com a Agenda 2030, tais como a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030.
- O Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado (ISEPP), que tem como principal objetivo obter dados sobre a prevalência e a caracterização de situações de insegurança que possam ter acontecido à população residente em Portugal, ao longo da vida. Trata-se de um inquérito harmonizado, a ser implementado à escala da União Europeia. Os resultados permitirão comparar os vários Estados-Membros quanto à extensão e natureza de fenómenos como: situações de insegurança no espaço doméstico (com pessoas próximas aos inquiridos); no espaço público (experiências de assédio no trabalho, assédio persistente e situações de insegurança vividas com outras pessoas fora do espaço doméstico); bem como experiências de vitimização em geral (assaltos, roubos, furtos, agressões). Os resultados deverão ser disponibilizados brevemente.
- O trabalho de revisão do Dossiê do Género, previamente referido, no qual se destacam as novas operações estatísticas que possibilitarão a incorporação de informação estatística para a observação das desigualdades entre homens e mulheres, tais como: o Inquérito à Fecundidade, o supramencionado ISEPP e os módulos regulares do Inquérito ao Emprego e do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

- De igual modo, salienta-se a relevância de outras operações produzidas no âmbito do sistema estatístico nacional e cujos resultados serão divulgados durante 2023, nomeadamente: o módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2022 “Competências Profissionais”, uma estatística de referência sobre a desigualdade e a distribuição de rendimentos (no âmbito da iniciativa Statslab) e indicadores de salários e pensões sobre mulheres e homens com base em dados administrativos (produzidos pelo GEP/MTSSS). Perspetiva-se igualmente, para 2023, o desenvolvimento de um Portal da igualdade salarial, promovendo a divulgação do Barómetro e Balanços das diferenças remuneratórias entre mulheres e homens (iniciativa conjunta do GEP/MTSSS, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e Autoridade para as Condições do Trabalho).

Não obstante o progresso que se perspetiva, são atualmente disponibilizados vários indicadores da lista global com os níveis de desagregação disponíveis, dos quais se destacam a desagregação geográfica, ao nível de NUTS II, sempre que disponível e relevante, bem como a desagregação etária, por sexo e por grau de urbanização. Constata-se, sem surpresa, que não é ainda possível ilustrar, com a granularidade pretendida, todas as realidades que compõem o retrato nacional em matéria de desenvolvimento sustentável. Contudo, os progressos alcançados em prol de dados mais inclusivos têm como objetivo fazer com que todas as populações contabilizadas, efetivamente contem, não deixando «ninguém para trás».

1 ERRADICAR A POBREZA



Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A pobreza constitui uma condição lesiva do acesso a habitação digna, alimentação adequada, cuidados de saúde atempados, educação de qualidade, meios de transporte apropriados e acesso a um trabalho que promova o desenvolvimento pessoal.

Em Portugal, o risco de pobreza afetava em 2021 cerca de 1,7 milhões de pessoas, apesar de um sistema de proteção social alargado, que visa assegurar a manutenção dos direitos básicos das pessoas e das famílias através da redução dos riscos ou necessidades relativas a situações de velhice, sobrevivência, invalidez, desemprego, maternidade e paternidade, encargos familiares, doença, acidentes de trabalho, doença profissional e exclusão social.



9/13



indicadores com informação

- 7 Evolução no sentido desejável
- 2 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 0 Sem avaliação

Desde 2015, a situação de Portugal caracteriza-se por um progresso maioritariamente favorável no ODS 1. Contudo, os impactos da pandemia COVID-19 não estarão inteiramente refletidos até estar disponível toda a informação relevante para este ODS, relativa a 2021.

Destaca-se favoravelmente a redução da taxa de risco de pobreza em 2021 e a manutenção da tendência decrescente iniciada em 2015, apesar do aumento pontual registado no primeiro ano da pandemia COVID-19 (cuja taxa foi, ainda assim, inferior à de 2015). De salientar ainda, na área da proteção social, a tendência de aumento da série relativa à proporção de população desempregada (à procura de novo emprego) que recebeu subsídio de desemprego, desde 2017, em particular o aumento substancial que foi assegurado nos dois primeiros anos da pandemia COVID-19. Contudo, entre 2015 e 2021, o rácio “pensionistas da pensão de velhice da Segurança Social por 1000 residentes com 65 ou mais anos” reduziu-se em quase 10%, e a evolução do rácio entre o número de pensionistas da pensão de invalidez da Segurança Social em relação à população ativa situou-se pouco abaixo dos 30%. Aumentou igualmente, entre 2015 e 2021, a proporção total das despesas públicas em educação, saúde e proteção social. Note-se que, entre 2019 e 2020, se registou um decréscimo pontual, justificado pelo crescimento da despesa pública total (impulsionada pelos apoios às empresas no período de confinamento) que implicou a perda de peso relativo da despesa em serviços essenciais, não obstante o seu aumento, em resposta à crise sanitária. Na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), releva-se ainda o aumento do total de donativos destinados à redução da pobreza, face aos valores de 2015.

Em sentido contrário, assinala-se o número de mortes atribuídas a catástrofes, que subiu significativamente em 2020, devido à pandemia COVID-19.

ODS	Indicador		Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
1.2.1	Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais)		2021	↓	↓	
1.2.2	Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais) da população residente com 18 e mais anos de idade	Em emprego	2021	↓	↑	
		Sem emprego				
1.3.1	Pensionistas da pensão de velhice da Segurança Social por 1 000 habitantes com 65 e mais anos, por local de residência		2021	↓	↓	Novo
	Pensionistas da pensão de invalidez da Segurança Social por 1 000 habitantes dos 15 aos 64 anos, por local de residência		2021	↓	↓	Novo
	Pensionistas da pensão de sobrevivência da Segurança Social por 1 000 habitantes, por local de residência		2021	●	●	Novo
	Proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebe subsídio de desemprego no total da população desempregada à procura de novo emprego		2022	↓	↓	

continua



continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
<u>1.4.1</u>	Água segura	2021	↑	↑	
	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	2020		↑	
	Proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento	2022		↓	
	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	2020		↑	
<u>1.5.1</u>	Número de mortes atribuídas a catástrofes, por 100 mil habitantes	2020	↑	↑	
	Número de feridos ou doentes atribuídos a catástrofes por 100 mil habitantes				
<u>1.5.3</u>	Pontuação de adoção e implementação de estratégias nacionais de RRC em linha com o Quadro de Sendai	2020	↑	●	
<u>1.5.4</u>	Proporção de governos locais que adotaram e implementaram estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres	2020	↑	↑	
<u>1.a.1</u>	Total de donativos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento que se destinam à redução da pobreza, por país doador (percentagem do RNB)	2020	↑	↑	
<u>1.a.2</u>	Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)	2021	↑	↑	
● O indicador evoluiu no sentido desejável ● O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável ● Sem alterações ○ Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) ↑↓ Desempenho ascendente/descendente 🎯 O indicador atingiu a meta 🦠 Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Pobreza

Em Portugal, 16,4% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2021, menos 2,0 p.p. do que em 2020 (18,4%) e menos 2,6 p.p. do que em 2015 (19,0%).

De entre os vários grupos populacionais, em Portugal são as crianças e os idosos que com maior frequência são afetados pelo risco de pobreza: 18,5% da população com menos de 18 anos e 17,0% da população idosa viviam em risco de pobreza em 2021, face a 15,6% da população em idade ativa. Desde 2015, o risco de pobreza diminuiu principalmente no caso das crianças (menos 3,9 p.p.), que constituíam o grupo populacional mais afetado em 2015 (22,4%).

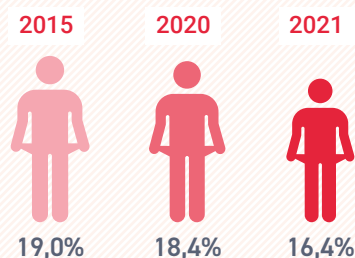
O risco de pobreza afeta os homens e as mulheres de forma distinta, atingindo 16,8% das mulheres e 15,9% dos homens em 2021, o que reflete o retrocesso do aumento registado no primeiro ano da pandemia COVID-19, mais gravoso para as mulheres (mais 2,5 p.p. entre 2019 e 2020) do que para os homens (mais 1,9 p.p.) e o retorno à disparidade entre sexos registada em 2015 (0,9 p.p.).

O risco de pobreza continua a atingir uma percentagem considerável de pessoas empregadas (10,3% em 2021, menos 0,9 p.p. do que em 2020 e menos 0,6 p.p. do que em 2015).

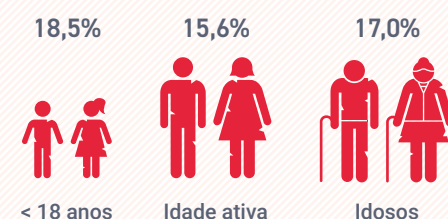
Por região NUTS II, enquanto a taxa de risco de pobreza na Área Metropolitana de Lisboa era 10,4%, substancialmente inferior ao valor nacional, o Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registavam as taxas de risco de pobreza mais elevadas (respetivamente, 22,1%, 25,1% e 25,9%).

A região do Algarve foi a região NUTS II em que a taxa de risco de pobreza mais aumentou em relação a 2017¹, com um acréscimo de 3,5 p.p., e a Região Autónoma dos Açores aquela em que mais diminuiu (-6,5 p.p.). Em comparação com 2020, o risco de pobreza diminuiu em 2021 em todas as regiões do Continente, exceto no Algarve, e aumentou principalmente nas Regiões Autónomas (mais 3,2 p.p. na Região Autónoma dos Açores e mais 1,7 p.p. na Região Autónoma da Madeira).

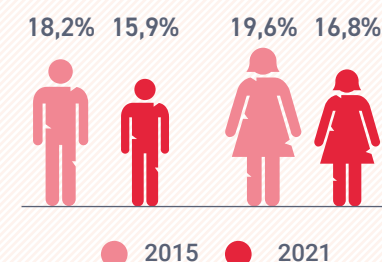
TAXA DE RISCO DE POBREZA, TOTAL



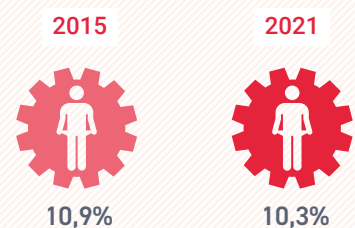
TAXA DE RISCO DE POBREZA POR IDADE, 2021



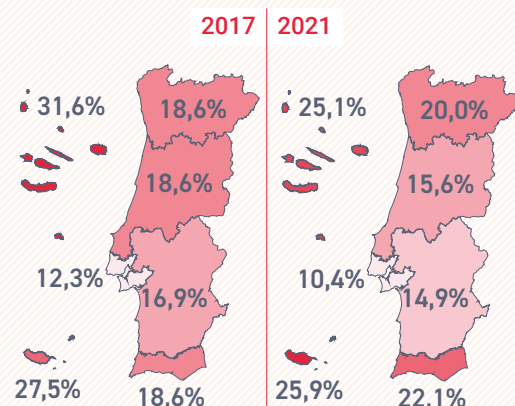
TAXA DE RISCO DE POBREZA, POR SEXO



TAXA DE RISCO DE POBREZA, COM EMPREGO



TAXA DE RISCO DE POBREZA, TOTAL



Medidas e sistemas de proteção social

O rácio “pensionistas da pensão de velhice da Segurança Social por 1000 residentes com 65 ou mais anos” reduziu-se em quase 10% entre 2015 e 2021, principalmente na região do Algarve (menos 13,5%) e na Região Autónoma da Madeira (menos 14,3%).

No mesmo período, a evolução do rácio entre o número de pensionistas da pensão de invalidez da Segurança Social em relação à população ativa situou-se em 28,9%, pouco abaixo dos 30%, principalmente na Área Metropolitana de Lisboa (menos 36,2%).

Em 2022, 32,0% do total de pessoas desempregadas à procura de novo emprego recebiam subsídio de desemprego (menos 3,7 p.p. do que no primeiro ano da pandemia COVID-19 e menos 0,5 p.p. do que em 2015).

Todavia, contrariamente ao que sucedeu em 2015, em 2021 verificou-se uma percentagem superior de mulheres (33,9%) face a homens (29,7%) desempregados à procura de novo emprego, que recebiam subsídio de desemprego. Tal como em 2015, a faixa etária com maior proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebia subsídio de desemprego era a dos maiores de 55 anos (51,3% em 2022).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE NOVO EMPREGO QUE RECEBE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO, 2022

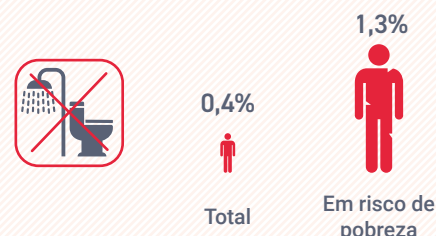


Condições de vida

A proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento diminuiu de 0,9% em 2015 para 0,4% em 2022, principalmente no caso da população em risco de pobreza (2,4% em 2015 e 1,3% em 2022).

Em 2021, a **percentagem da população com acesso a água segura** era praticamente de 100% em todo o território, tendo observado um ligeiro acréscimo desde 2015 (era 98,6% e passou a 99,0%).

POPULAÇÃO RESIDENTE QUE VIVE SEM BANHEIRA, DUCHE E RETRETE NO INTERIOR DO ALOJAMENTO, 2022



Resiliência

Os indicadores referentes a esta área² são analisados no [ODS 13](#), que versa igualmente sobre esta temática.

*Dados atualizados em 2023-08-22.

Mobilização de recursos

A proporção total das despesas públicas em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social) aumentou entre 2015 e 2021 (de 61,6% para 63,9%).

No entanto, entre 2019 e 2020 este indicador observou um ligeiro decréscimo pois, embora as despesas públicas com serviços essenciais tenham aumentado em 2020 (como seria expectável, dada a situação de pandemia), o crescimento da despesa pública total foi muito superior, impulsionado pela despesa relacionada com “assuntos económicos” (nomeadamente os apoios às empresas no período de confinamento), justificando a perda de peso relativo dos serviços essenciais.

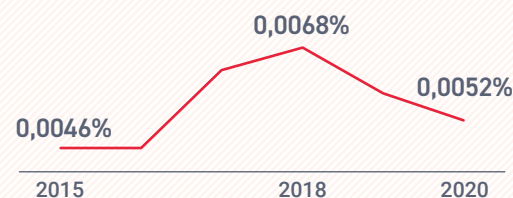
DESPESAS PÚBLICAS COM SERVIÇOS ESSENCIAIS, 2021



Cooperação internacional

O total de donativos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que se destinam à redução da pobreza (em percentagem do Rendimento Nacional Bruto - RNB) aumentou entre 2015 e 2020, tendo observado um valor máximo em 2018.

APD À REDUÇÃO DA POBREZA (EM % DO RNB)



¹ Primeiro ano da série de dados relativa ao risco de pobreza por NUTS II.

² Indicadores: 1.5.1 = 11.5.1 = 13.1.1; 1.5.3 = 11.b.1 = 13.1.2; 1.5.4 = 11.b.2 = 13.1.3

2 ERRADICAR A FOME



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

O segundo objetivo de desenvolvimento sustentável define metas relativas à fome e à adoção de práticas agrícolas sustentáveis, que visam, sobretudo, a melhoria das condições de vida nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Contudo, nos países desenvolvidos, o problema relaciona-se com uma alimentação desadequada às necessidades de uma população cada vez mais sedentária, de que resulta uma proporção crescente de pessoas com excesso de peso e obesidade.



8/14



indicadores com informação

- 4 Evolução no sentido desejável
- 1 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 3 Sem avaliação

A situação de Portugal relativamente ao ODS 2 caracteriza-se maioritariamente por melhorias desde 2015. Na monitorização do ODS 2 no contexto nacional observa-se que as tendências são favoráveis em termos de insegurança alimentar, mas desfavoráveis no que se refere à obesidade. A proporção de superfície agrícola em agricultura biológica aumentou ligeiramente. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e outros fluxos oficiais para o setor agrícola aumentaram desde 2015, tendo observado um valor máximo em 2017.

Numa nota menos positiva, refira-se que o indicador de anomalias dos preços da alimentação deteriorou-se em 2020 (valores normais desde 2015 e anormalmente altos em 2020).

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
2.1.1	Proporção da população com 18 e mais anos com obesidade	2019			
2.1.2	Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada e/ou grave	2022			
2.2.1	Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade	2016			Nova
2.2.2	Prevalência de excesso de peso (pré-obesidade e obesidade) nas crianças com menos de 5 anos de idade	2016			Nova
2.4.1	Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica	2019			
2.a.2	Total Fluxos Públicos (APD+OFP) para o setor agrícola (série 311), em desembolsos brutos	2020			
2.b.1	Subsídios às exportações agrícolas	2022			
2.c.1	Indicador de anomalias dos preços de alimentação (calculado com base no Índice de Preços no Consumidor (IPC) de alimentação)	2020			
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) Desempenho ascendente/descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

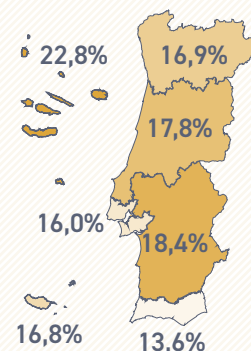
Nutrição

Em 2022, 4,1% da população residente em Portugal encontrava-se em situação de **insegurança alimentar moderada e/ou grave**, mantendo a tendência decrescente observada desde o início da série, em 2019 (4,7%).

Em 2019, em Portugal, a **obesidade**¹ atingia 1,5 milhões de pessoas com 18 ou mais anos (16,9%), sendo as mulheres mais afetadas do que os homens (17,4% e 16,4%, respetivamente). A obesidade afeta principalmente a população dos 55 aos 74 anos, com valores superiores a 20%.

As regiões onde o indicador é mais elevado são a Região Autónoma dos Açores (22,8%) e Alentejo (18,4%). As regiões com menores valores são o Algarve (13,6%) e Área Metropolitana de Lisboa (16,0%).

POPULAÇÃO COM OBESIDADE POR SEXO, 2019

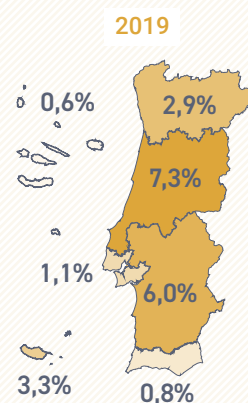
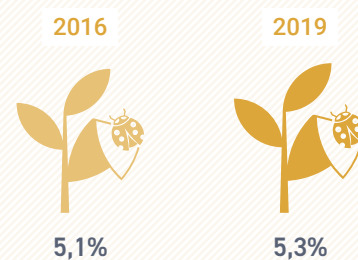


Agricultura

Em 2019, Portugal apresentou 5,3% da **superfície agrícola utilizada nacional em modo de produção biológico**². Face a 2016, o indicador aumentou ligeiramente (0,2 p.p.).

As regiões com maior peso da superfície agrícola utilizada nacional em modo de produção biológico foram o Centro (7,3%) e Alentejo (6,0%), em oposição à Região Autónoma dos Açores (0,6%) e Algarve (0,8%). A região com crescimento mais significativo desde 2016 foi a Região Autónoma da Madeira (2,8 p.p.).

PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA EM AGRICULTURA BIOLÓGICA



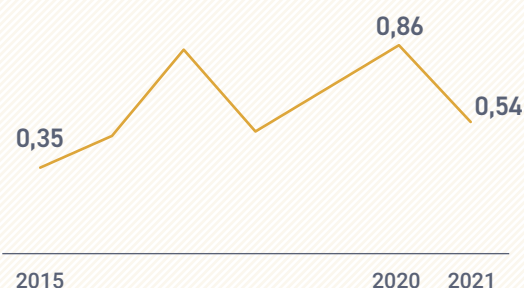
Cooperação e mercado internacional

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e Outros Fluxos Públicos (OFP) para o setor agrícola aumentaram entre 2015 e 2021 (de 0,35 para 0,54 milhões €), tendo observado um valor máximo em 2020 (0,86 milhões €).

Os subsídios às exportações agrícolas³ foram descontinuados observando-se, desde 2015, regularização de pagamentos, principalmente. Foram nulos em 2022. Esta tendência espelhou a redução dos apoios às exportações agrícolas (*phasing out*), no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), e do alargamento da liberalização dos mercados.

Numa nota menos positiva, refira-se que o indicador de anomalias dos preços da alimentação⁴ deteriorou-se em 2020 (valores classificados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) como “normais” desde 2015 e “anormalmente alto” em 2020).

APD E OFP PARA O SETOR AGRÍCOLA
(milhões €)



¹ Tal como na União Europeia, optou-se por avaliar o indicador Prevalência da obesidade (indicador de referência ao nível da UE27).

² A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que pretende combinar as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.

³ Os subsídios às exportações agrícolas permitem monitorizar e avaliar os desenvolvimentos da política agrícola, evidenciando, simultaneamente, a dimensão do apoio à agricultura que pode distorcer as condições de produção e de comércio.

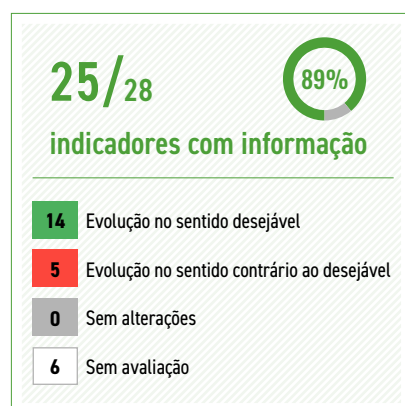
⁴ O indicador de anomalias dos preços dos géneros alimentícios (IFPA) identifica os preços de mercado que são anormalmente elevados. O indicador avalia diretamente o crescimento dos preços ao longo de um determinado mês ao longo de muitos anos, tendo em conta a sazonalidade nos mercados agrícolas e a inflação, permitindo responder à questão de saber se uma variação de preços é ou não anormal para um determinado período.



Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Este objetivo visa garantir a melhoria da saúde para todos, melhorando a saúde infantil, materna e reprodutiva, e reduzindo os casos de um conjunto específico de doenças de declaração obrigatória, bem como as mortes por doenças não transmissíveis e os comportamentos relacionados com consumos abusivos de substâncias.

A condição necessária para atingir estes objetivos é a cobertura universal do sistema de saúde, aspeto que se encontra consagrado em Portugal desde a criação do Serviço Nacional de Saúde em 1979. Mais recentemente, o desenvolvimento e monitorização deste sistema tem vindo a seguir as boas práticas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, através da criação de planos nacionais de saúde periódicos.



A situação de Portugal relativamente ao ODS 3 caracteriza-se maioritariamente por melhorias desde 2015. À semelhança do ODS 1, a avaliação do ODS 3 ainda não reflete inteiramente o impacto total da pandemia COVID-19 devido ao desfazamento temporal da disponibilidade dos respetivos indicadores.

Foram registadas melhorias em quase todas as áreas relacionadas com a saúde monitorizadas no âmbito dos ODS, face a 2015. Destaca-se favoravelmente a redução nas taxas de mortalidade em vários domínios (infantil e neonatal, doenças do aparelho circulatório tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias, suicídio e acidentes rodoviários), bem como nas taxas de fecundidade na adolescência e de incidência de casos notificados de VIH e malária. De modo igualmente favorável, salienta-se o aumento na cobertura vacinal e no número de médicos, enfermeiros, médicos dentistas e profissionais de farmácia.

Em sentido contrário, registam-se os aumentos nas taxas de mortalidade materna (ainda que dentro do limiar da meta) e na mortalidade atribuída a fontes de água ou saneamento inseguros, falta de higiene e envenenamento accidental. Verifica-se ainda um decréscimo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na área da saúde, não obstante um aumento em 2020, em contraciclo, devido à ajuda internacional durante a pandemia COVID-19.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
3.1.1	Taxa de mortalidade materna por 100 000 nados-vivos	2020	↑	↑	🎯
3.1.2	Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado	2021	↓	↑	
3.2.1	Óbitos de crianças 0 - 4 anos por 1 000 nados-vivos	2021	↓	↓	🎯
3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal	2018	↓	↓	🎯
3.3.1	Taxa de incidência da infeção por VIH por 1 000 habitantes	2018	↓	●	
3.3.2	Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes	2018	↑	↑	
3.3.3	Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes	2018	↓	●	
3.3.4	Taxa de incidência da hepatite B por 100 000 habitantes	2018	↑	●	
3.3.5	Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas	2020	↓	↓	
3.4.1	Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes	2020	↓	↓	
3.4.2	Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes	2020	↓	↓	
3.5.1	Proporção de pacientes em tratamento por opióide/cocaína como principal droga, no sistema público de atendimento ambulatorial	2020	○	○	
3.5.2	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade que consumiu 6 ou mais bebidas alcólicas numa única ocasião nos 12 meses anteriores à entrevista	2019	○	○	

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
3.6.1	Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários por 100 000 habitantes	2020			
3.7.1	Proporção da população feminina residente com 15 a 49 anos de idade que utilizou um método contraceptivo moderno nos 30 dias anteriores à entrevista	2019			
3.7.2	Taxa de fecundidade na adolescência	2021			
3.8.1	Cobertura dos cuidados de saúde primários	2019			
3.8.2	Proporção de agregados familiares com despesas em saúde superiores a 25% do rendimento	2015			
3.9.1	Taxa bruta de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar	2016			
3.9.2	Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, condições da saneamento inseguras e falta de higiene	2020			
3.9.3	Taxa de mortalidade por envenenamento accidental por 100 000 habitantes	2020			
3.a.1	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade que fuma	2019			
3.b.1	Cobertura vacinal contra difteria, tétano e tosse convulsa (3 ^{as} inoculações) em crianças que completaram 1 ano de idade	2021			
	Cobertura vacinal contra o sarampo (2 ^{as} inoculações) em crianças que completaram 6 anos de idade (de 2010 a 2016 refere-se a crianças com 7 anos)	2021			
	Cobertura vacinal contra infeções por <i>Streptococcus pneumoniae</i> de 13 serotipos (3 doses) em crianças que completaram 1 ano de idade	2021			
	Cobertura vacinal contra infeções por vírus do Papiloma humano em crianças que completaram 11 anos de idade (de 2010 a 2016 refere-se a crianças com 14 anos)	2021			
3.b.2	Total APD Líquida para a investigação médica (setor 12182) e os sectores básicos de saúde (série 122)	2021			
3.c.1	Médicas/os por 1 000 habitantes	2021			
	Enfermeiras/os por 1 000 habitantes				
	Profissionais de farmácia por 1 000 habitantes				
	Médicas/os dentistas por 1 000 habitantes				
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) Desempenho ascendente/descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Mortalidade materna e infantil

Em 2020 a **taxa de mortalidade materna**¹ situou-se nos 20,1 por 100 mil nados-vivos, valor superior ao do ano anterior (10,4) e 2015 (7,0), tendo, no entanto, ficado abaixo do limite estipulado na meta 3.1 dos ODS (“até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nados-vivos”).

Ao longo do período em análise, a **proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado** (médicos, enfermeiros e enfermeiros parteiros), foi quase sempre de 99,9% no país, com exceção para 2020 (98,6%) e 2021 (99,1%). A prestação de cuidados especializados durante a gravidez e durante o parto é um dos fatores mais relevantes para evitar a mortalidade materna, bem como os cuidados e apoio nas semanas após o parto.

O **número de óbitos de crianças com menos de 5 anos** em Portugal foi de 3,1 por 1 000 nados-vivos em 2021 e 3,6‰ em 2015. As taxas de mortalidade infantil são indicadores importantes sobre a saúde e bem-estar das crianças e refletem globalmente o seu acesso a intervenções básicas de saúde, como vacinação, tratamento médico de doenças infecciosas e nutrição adequada.

A Área Metropolitana de Lisboa (com 3,6 óbitos com menos de 5 anos por 1 000 nados-vivos), a Região Autónoma da Madeira (3,4‰) e o Algarve (3,2‰) registaram os valores mais elevados em 2021, acima da média nacional. A Região Autónoma dos Açores (2,4‰) e a Região Norte (2,7‰), por outro lado, foram as regiões que apresentaram valores mais baixos.

A **taxa de mortalidade neonatal**, calculada pelo número de óbitos de crianças com menos de 28 dias por cada 1 000 nados-vivos, foi de 1,7‰ em Portugal em 2021, registando um decréscimo face a 2015 (2,0‰). Com exceção para 2021, desde 2015 este rácio foi geralmente mais elevado no caso de bebés do sexo masculino (1,6‰ face a 1,8‰ bebés do sexo feminino em 2021).

Tal como no número de óbitos de crianças com menos de 5 anos, Portugal ficou abaixo do limiar estipulado pela meta 3.2 dos ODS (“até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos”).

Em 2021, a Área Metropolitana de Lisboa registou a taxa de mortalidade neonatal mais elevada (2,2‰), sendo o valor mais baixo, de 1,0‰ registado na Região Autónoma dos Açores. Contudo, não existe um padrão regional para este indicador, que entre 2015 e 2021, evidencia alterações consideráveis de posicionamento das várias regiões.

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA
POR 100 MIL NADOS-VIVOS

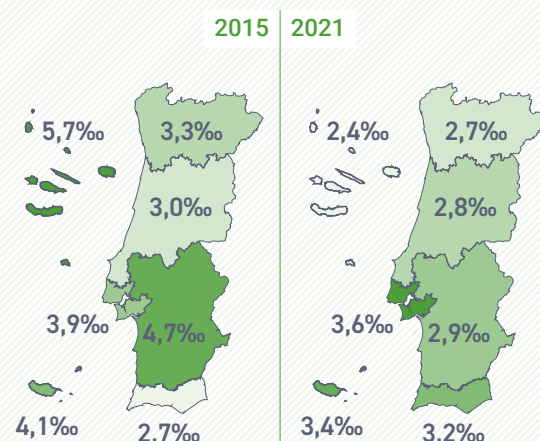


PERCENTAGEM DE NASCIMENTOS
ASSISTIDOS POR PESSOAL DE SAÚDE QUALIFICADO



	2015	2021
	99,9%	99,1%

TAXA DE MORTALIDADE ANTES DOS 5 ANOS,
POR 1 000 NADOS-VIVOS



Doenças transmissíveis

Em 2018 (último ano com informação), foram notificados 1 030 novos casos de infeções por VIH i.e. 0,10 por 1 000 habitantes, menos 0,03 do que em 2015. Os casos de **infeção por VIH** afetaram cerca de três vezes mais os homens que as mulheres: em 2018, 0,14 homens e 0,05 mulheres por cada 1 000 habitantes.

No conjunto das **doenças de declaração obrigatória**, a **taxa de incidência da tuberculose** foi a mais elevada no período em análise. Em 2018, a taxa de incidência por esta doença registou 20,8 casos por 100 mil habitantes, mais 0,3 do que em 2015 (20,5 por 100 mil habitantes). A doença afeta mais homens que mulheres: em 2018, 29,1 por 100 mil homens face a 13,3 por 100 mil mulheres. Numa análise por NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa e o Norte registaram em 2018 as taxas de incidência da tuberculose mais elevadas, respetivamente, com 29,3 e 23,2 casos por 100 mil habitantes. A Região Autónoma da Madeira, com 6,7 por 100 mil habitantes, registou, no mesmo ano, a taxa mais baixa.

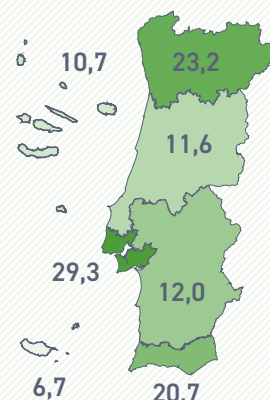
Em 2018, foram notificados 197 **casos da infeção por malária**, ou seja, 0,01 por 1 000 habitantes, idêntica à verificada no ano anterior, observando-se um decréscimo na incidência desta doença desde 2015 (0,02 por 1 000 habitantes). À semelhança das outras doenças de declaração obrigatória selecionadas para a meta 3.3, os casos notificados de infeção por malária são mais elevados no caso dos homens.

Em 2018² a **taxa de incidência da hepatite B** em Portugal foi de 1,7 por 100 mil habitantes, valor que reflete um ligeiro aumento face a 2015 (1,3 por 100 mil habitantes). A taxa de incidência desta doença é superior na população masculina: 2,2 por 100 mil habitantes em 2018 que compara com 1,3 por 100 mil na população do sexo feminino. A Área Metropolitana de Lisboa e o Centro registaram em 2017 as taxas de incidência mais elevadas (2,0 e 1,8 por 100 mil habitantes, respetivamente) enquanto o Algarve teve a taxa mais baixa (0,7 por 100 mil habitantes).

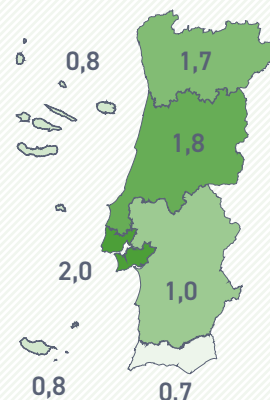
Causas de morte

Em 2020 morreram em Portugal 258,5 pessoas por 100 mil habitantes, com idades dos 30 aos 70 anos, devido a **doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias** (288,5 no ano anterior). Os dois primeiros grupos de doenças representaram mais de 50% do total de óbitos no país. A taxa de mortalidade atribuída ao conjunto das quatro doenças em análise foi cerca de 2,2 vezes mais elevada nos homens: 365,6 mortes por 100 mil homens face a 163,6 mortes por 100 mil no caso das mulheres. Entre 2015 e 2020 a taxa de mortalidade dos 30 aos 70 anos atribuída a estas doenças diminuiu 8,8% (de 283,3 em 2015 para 258,5 por 100 mil habitantes em 2020).

TAXA DE INCIDÊNCIA DA TUBERCULOSE POR 100 MIL HABITANTES, 2018



TAXA DE INCIDÊNCIA DA HEPATITE B POR 100 MIL HABITANTES, 2017



TAXA DE MORTALIDADE ATRIBUÍDA A DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, TUMORES MALIGNOS, DIABETES MELLITUS E DOENÇAS CRÓNICAS RESPIRATÓRIAS POR 100 MIL HABITANTES

	2015	2020
Homens	396,2	365,6
Mulheres	181,3	163,6

Em 2020 a **taxa de mortalidade por suicídio** foi de 9,1 por 100 mil habitantes, inferior à do ano anterior (9,5) e sendo o valor mais baixo desde 2015 (10,9). A taxa de mortalidade por suicídio é superior no sexo masculino (15,1) do que no sexo feminino (3,8).

Por região NUTS II, o Alentejo regista sistematicamente, apesar de um decréscimo, as taxas mais elevadas do país (26,5 em 2015 e 21,1 em 2020).

O **número de mortes devido a acidentes rodoviários** em 2020 foi de 5,7 por 100 mil habitantes, (6,7 no ano anterior), mais baixo do que em 2015 (6,9). A relação de masculinidade ao óbito para esta causa foi de 457 óbitos masculinos por cada 100 femininos em 2020. Nas crianças até 14 anos as taxas de mortalidade por esta causa são bastante diminutas, mas aumentam significativamente para o grupo etário dos 15 aos 24 anos, com uma taxa de 5,6 óbitos por 100 mil pessoas em 2020. É, contudo, a partir dos 75 anos que esta taxa assume proporções mais relevantes na população em 2020 (9,1*).

A **taxa de mortalidade devido a fontes de água insalubre ou a condições de saneamento e higiene deficientes ou inexistentes** foi de 4 por 100 mil habitantes em 2020, o que compara com 2,2 em 2015.

A **taxa de mortalidade por envenenamento accidental** situou-se nos 0,9 por 100 mil habitantes em 2020, refletindo uma ligeira subida face a 2015 (0,6). Em 2016, a população com idades entre 45 e 54 anos e entre 75 e 84 anos registaram taxas de mortalidade por esta causa de morte superiores a 1 por 100 mil, mas foi na população mais idosa (a partir dos 85 anos) que esta causa de morte assumiu proporções mais significativas (3,6 mortes por 100 mil habitantes).

Prevenção e tratamento do abuso de substâncias

Em 2020, a **proporção de pacientes em tratamento por opióides** no sistema público de atendimento ambulatorial diminuiu muito ligeiramente face a 2015 (51% vs 50%); a **proporção de pacientes em tratamento por cocaína** passou de 3% em 2015 para 4% em 2020.

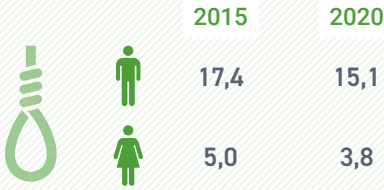
Em 2019, 29,7% da população com 15 ou mais anos referiu ter tido pelo menos um episódio de **consumo arriscado de álcool** nos 12 meses que antecederam a entrevista. Esta situação afetou principalmente os homens: 43,4% face a 17,7% das mulheres.

Em 2019, 17,0% da população com 15 ou mais anos era fumadora. A **prevalência do consumo de tabaco** foi superior nos homens (23,9% face a 10,9% das mulheres).

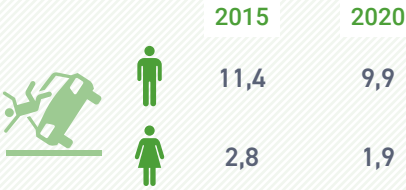
A Região Autónoma dos Açores observava em 2019 a prevalência de fumadores mais elevada (com 23,4% da população total), cerca de 8.4 p.p. acima da região Centro, que tinha uma proporção de 15,0% da população para o mesmo indicador.

*Dados atualizados em 2023-08-22.

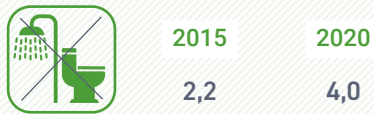
TAXA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES



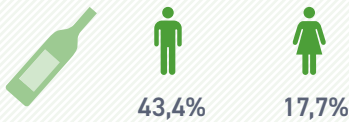
TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTES RODOVIÁRIOS POR 100 MIL HABITANTES



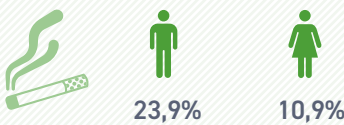
TAXA DE MORTALIDADE DEVIDO A FONTES DE ÁGUA INSALUBRE OU A CONDIÇÕES DE SANEAMENTO E HIGIENE DEFICIENTES OU INEXISTENTES POR 100 MIL HABITANTES



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE COM CONSUMO ARRISCADO DE ÁLCOOL, 2019



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE QUE FUMA, 2019

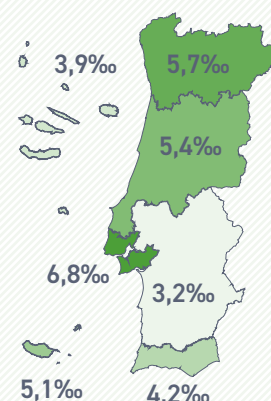


Profissionais de saúde

Médicos

Em 2021, estavam inscritos na Ordem dos Médicos 57 198 médicos, representando uma média de 5,7 profissionais por 1 000 habitantes, o valor mais elevado no período 2015-2021 (4,7‰ em 2015). Por regiões NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa detinha o maior rácio de médicos por 1 000 habitantes em 2021 (6,8‰), bastante superior à média do país e mais do dobro do observado no Alentejo (3,2‰).

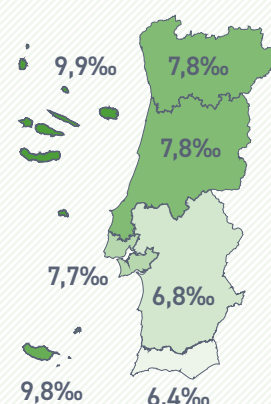
MÉDICAS/OS POR 1 000 HABITANTES, 2021



Enfermeiros

Em 2021, existiam 77 984 enfermeiros em atividade de acordo com a Ordem dos Enfermeiros, resultando num rácio de 7,8 por 1 000 habitantes, igualmente o mais elevado no período 2015-2021 (6,5‰ em 2015). Mais de 80% dos enfermeiros eram mulheres. Por regiões NUTS II, as Regiões Autónoma dos Açores e da Madeira apresentaram o maior rácio de enfermeiros por 1 000 habitantes em 2021 (9,9‰ e 9,8‰, respetivamente), bastante superior à média do país. O Algarve e o Alentejo detinham os menores rácios (6,4‰ e 6,8‰, respetivamente).

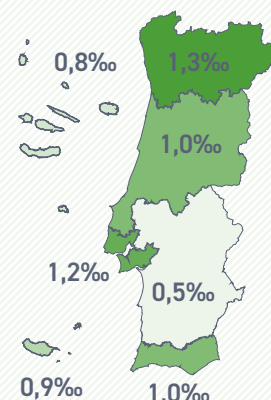
ENFERMEIRAS/OS POR 1 000 HABITANTES, 2021



Médicos dentistas

Em 2021 estavam inscritos 10 980 médicos dentistas na Ordem dos Médicos Dentistas, ou seja, uma média de 1,1 médicos dentistas por 1 000 habitantes, valor idêntico ao do ano anterior e superior ao registado em 2015 (0,9‰). Por NUTS II havia em 2021 apenas 4 regiões em que o rácio de dentistas por 1 000 habitantes era igual ou superior a 1, destacando-se o Norte, com 1,3‰, seguido da Área Metropolitana de Lisboa, com 1,2‰. Em contrapartida, no Alentejo este indicador é igual a 0,5‰ médicos dentistas.

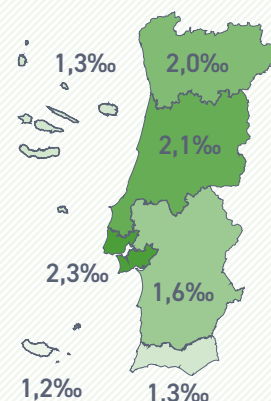
MÉDICAS/OS DENTISTAS POR 1 000 HABITANTES, 2021



Profissionais de farmácia

Em 2021, existiam em Portugal 2,0 farmacêuticos e outros profissionais de farmácia por cada 1 000 habitantes, dos quais a maioria eram farmacêuticos de oficina. 4 regiões NUTS II registavam em 2021 proporções de profissionais de farmácia abaixo da média nacional: Alentejo (1,6‰), Algarve (1,3‰), Região Autónoma dos Açores (1,3‰) e Região Autónoma da Madeira (1,2‰).

PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA POR 1 000 HABITANTES, 2021



Saúde sexual

Em 2019, 55,4% das mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) indicaram utilizar um método de contraceção moderno, atingindo proporções mais elevadas nas mulheres dos 30 a 34 anos (75,9%) e dos 35 aos 44 anos (cerca de 69%) e com habilitações de nível secundário e superior. Por região NUTS II, destacam-se o Centro com a maior **proporção de uso de métodos modernos de contraceção** (60,5% das mulheres com 15 a 49 anos) e a Área Metropolitana de Lisboa e as regiões autónomas, com proporções inferiores a 50%.

Em Portugal, a **taxa de fecundidade na adolescência** (15-19 anos) tem seguido uma tendência decrescente nos últimos anos. Em 2021, a taxa situou-se nos 5,8 nados-vivos por 1 000 mulheres dos 15 aos 19 anos, inferior à de 2015 (8,4‰). Em 2020 (último ano com informação por NUTS II), o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as regiões que registaram as taxas de fecundidade na adolescência mais elevadas (superiores a 11‰).

TAXA DE FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA



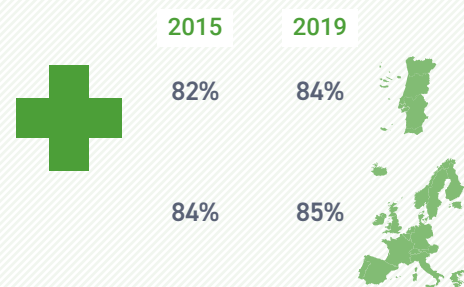
2015	2021
8,4‰	5,8‰

Cobertura de saúde

Em 2019, a **cobertura dos cuidados de saúde primários** foi de 84% (82% em 2015). Estes valores comparam com valores para a Europa Ocidental de 85% em 2019 e 84% em 2015.

Entre 2015 e 2021 a **taxa de cobertura vacinal da população** relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação aumentou de um modo geral, sendo de 98,6% para a difteria, tétano e tosse convulsa, 94,7% para o sarampo, 98,9% para as infeções por *Streptococcus pneumoniae* e 76,4% (mulheres) e 53,1% (homens) para o Vírus do Papiloma Humano (HPV).

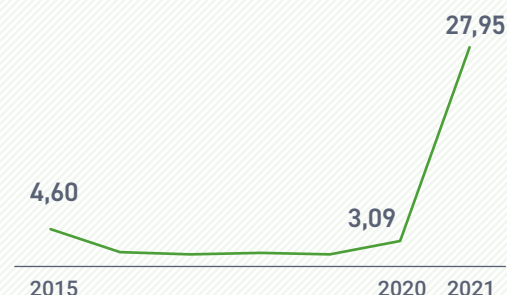
COBERTURA DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS



Cooperação internacional

A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) destinada a investigação médica e a setores básicos de saúde** foi marcada por um decréscimo entre 2015 e 2020 e um acréscimo pronunciado (superior a 800%) em 2021. Este acréscimo é justificado pela inclusão dos montantes relativos à doação de vacinas COVID-19 excedentárias aos países em desenvolvimento através dos Mecanismos COVAX e também bilateralmente.

APD TOTAL LÍQUIDA PARA A INVESTIGAÇÃO MÉDICA E PARA OS SETORES BÁSICOS DE SAÚDE (milhões €)



¹ Este indicador inclui a mortalidade materna (óbito da mulher durante a gravidez ou no período de 42 dias após o término da gravidez, excluindo causas externas) e a mortalidade materna tardia (morte da mulher por causas obstétricas diretas ou indiretas, mais de 42 dias, mas menos de um ano após o término da gravidez).

² Último ano com detalhe regional NUTS II.



Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Este objetivo visa garantir o direito a uma educação equitativa e de qualidade desde o jardim-de-infância ao ensino secundário, pós-secundário e superior, tendo em conta que a educação é um dos principais, senão o principal fator, para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Contempla ainda a melhoria dos níveis de literacia e aptidão para a matemática, o direito à formação vocacional e a experiência com as novas tecnologias, como requisitos essenciais para este desenvolvimento.

Em Portugal existe, desde há muito, um sistema público de educação, que atualmente é obrigatório até ao final do ensino secundário, bem como planos nacionais de educação que integram iniciativas conducentes à formação em novas tecnologias desde a infância.

8/12

indicadores com informação



- 4 Evolução no sentido desejável
- 1 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 3 Sem avaliação

O ODS 4 apresenta uma evolução favorável na maioria dos indicadores.

Com efeito, face a 2015, as taxas de conclusão do ensino básico e secundário aumentaram, a par da taxa de escolarização aos 5 anos, próxima da meta ao registar 99,2% no ano letivo de 2020/2021. Estes indicadores não terão sido afetados pela pandemia nos anos de 2020 e 2021, uma vez que continuaram a crescer. Contudo, as tendências têm sido menos favoráveis para os resultados e competências educativas em algumas áreas, que carecem de dados mais atualizados para uma aferição adequada do impacto da pandemia COVID-19. Não obstante, a proporção de alunos com proficiência em leitura, medida no estudo PISA da OCDE, diminuiu entre 2015 e 2018, evidenciando um afastamento da meta anterior à crise sanitária. No entanto, a proficiência em matemática, medida pelo mesmo estudo, aumentou. Em termos de paridade por sexo, a tendência foi favorável na leitura e matemática.

De igual modo, regista-se favoravelmente o progresso em competências digitais, em que Portugal se posiciona ligeiramente à frente da UE27 na disseminação das competências digitais nos adultos. Também neste indicador se regista paridade entre mulheres e homens, tendo-se esbatido as discrepâncias registadas anteriormente.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
4.1.1	Proficiência em leitura (PISA)	2018			
	Proficiência em matemática (PISA)				
4.1.2	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	2021			
	Taxa de transição/conclusão no ensino básico				
4.2.2	Taxa de escolarização aos 5 anos	2021			
4.3.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida	2020			
4.4.1	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico	2021			
4.5.1	Índices de paridade de sexo dos jovens de 15 anos que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) Leitura e (ii) Matemática	2018			
	Índices de paridade de sexo, grau de urbanização e quintis de rendimento da população dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida	2016			
	Índice de paridade de sexo nos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico	2021			
	Índice de paridade de grau de urbanização nos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico	2021			
	Índice de paridade de quintis de rendimento nos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico	2021			
4.a.1	Proporção de escolas com acesso a Internet e computadores para fins pedagógicos	2020			
4.b.1	Volume dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para bolsas por sector e tipo de programa (total APD Líquida para os tipos de ajuda E01 e E02)	2021			

O indicador evoluiu no sentido desejável

O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável

Sem alterações

Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)

Desempenho ascendente/descendente

O indicador atingiu a meta

Indicador impactado pela COVID-19

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Ensino

O indicador relativo à **taxa de escolarização aos 5 anos**¹ indica que, em Portugal, 99,2% das crianças participaram na educação pré-escolar no ano letivo de 2020/2021 (era 96,9% em 2014/2015). Em 2020/2021, a Área Metropolitana de Lisboa registou a taxa mais baixa (91,8%), tal como em 2015 (91,2%).

A proporção de alunos do **ensino básico** que no final do ano letivo obtiveram aproveitamento tem vindo a crescer consistentemente desde o ano letivo 2014/2015, tendo sido de 96,9% no ano letivo 2020/2021, o que representa um crescimento de 4,7 p.p. entre os dois anos letivos mencionados.

Considerando a taxa de conclusão do ensino básico na sua globalidade, foi na Região Autónoma da Madeira, seguida da região do Algarve, onde se verificaram os maiores aumentos entre 2014/2015 e 2020/2021: 6,1 p.p. e 5,9 p.p., respetivamente.

A proporção de alunos com aproveitamento no **ensino secundário** foi de 91,7% no ano letivo 2020/21 ou seja, o valor mais elevado do período em análise (mais 8,3 p.p. que em 2014/15). A taxa de conclusão para os alunos dos cursos gerais/científico-humanísticos no ano letivo de 2020/21 foi, pelo segundo ano consecutivo, mais elevada que a registada para os alunos dos cursos tecnológicos/profissionais, tendo atingido o valor mais elevado (92,0%) desde 2014/15.

As regiões do Norte, Centro e Alentejo registaram taxas de conclusão do ensino secundário acima ou iguais à média nacional no ano letivo de 2020/21, situação idêntica à verificada no primeiro ano da série analisada (2014/15); a Região Autónoma dos Açores registou o valor mais baixo (87,2%). Entre 2014/15 e 2020/21, a taxa de conclusão do ensino secundário aumentou sobretudo na Região Autónoma dos Açores, sendo a Região Autónoma da Madeira aquela em que o aumento do indicador foi menos significativo.

Competências

Leitura & Matemática

Os testes realizados a cada três anos pelo Programme for International Student Assessment (PISA) indicam que, em Portugal, 79,8% das crianças com 15 anos tinham um nível mínimo de **proficiência na leitura** em 2018, menos 3,0 p.p. do que em 2015 (82,8%). Todavia, Portugal era em 2018 um dos dez países da UE28 com um nível mínimo de proficiência na leitura mais elevado.

Tal como nos restantes países da UE28, em 2018, a proporção de jovens portuguesas de 15 anos com competência mínima de literacia de leitura (84,1%) era superior à dos rapazes da mesma idade (75,6%). Em Portugal, a proporção de jovens com um nível mínimo de proficiência na leitura reduziu-se de 2015 para 2018 para ambos os sexos, todavia mais acentuadamente no caso dos rapazes (menos 4,1 p.p.) do que no das raparigas (menos 1,8 p.p.).

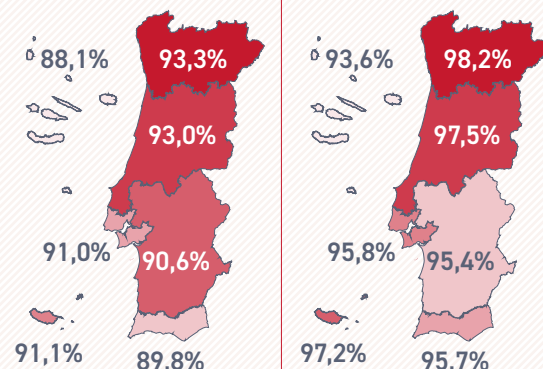
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO AOS 5 ANOS



2014/2015	2020/2021
96,9%	99,2%

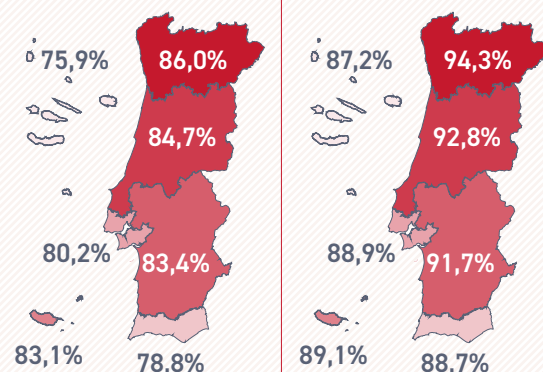
TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO BÁSICO

2014/2015 2020/2021



TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

2014/2015 2020/2021



PROFICIÊNCIA EM LEITURA (PISA)

	2015	2018
Rapazes	79,7%	75,6%
Raparigas	85,9%	84,1%



Os testes realizados pelo PISA indicam ainda que, em Portugal, 76,7% das crianças com 15 anos tinham um nível mínimo de **proficiência para a matemática** em 2018, mais 0,5 p.p. do que em 2015 (76,2%).

A proporção de rapazes e raparigas de 15 anos com competência mínima para a matemática era muito semelhante (76,7% e 76,8%, respetivamente), o que resultou de um aumento de cerca de 1 p.p. na proporção de jovens do sexo feminino entre 2015 e 2018, enquanto a proporção de jovens do sexo masculino se manteve quase inalterada.

Aprendizagem ao longo da vida

A taxa de participação em educação formal ou não formal corresponde à proporção de adultos e jovens que participaram em atividades de **aprendizagem ao longo da vida (ALV)**. Em 2016², 80,7% dos jovens dos 18 aos 24 anos participaram em educação formal e não formal. A taxa de participação em educação formal e não formal diminui com o aumento da idade, abrangendo, somente 28,6% da população dos 55 aos 64 anos. A desagregação por sexo e grandes grupos etários revela algumas diferenças entre homens e mulheres, nomeadamente uma taxa de participação superior no caso das mulheres dos 18 aos 24 anos (82,6%, face a 78,9% para os homens), ao contrário do grupo dos 25 aos 64 anos, em que são relativamente mais os homens (47,6%) que referiram participar em educação formal e não formal (a proporção de mulheres é de 44,7%).

Por outro lado, os resultados do inquérito indicam que a taxa de participação para as pessoas com 25-64 anos aumenta consideravelmente com o nível de escolaridade, e que a taxa de participação é mais elevada para a população empregada. Globalmente, para a população entre 25 e 64 anos, a taxa de participação em educação formal e não formal nacional em 2016 (46,1%) foi superior à média para a UE28 (44,6%).

Competências Digitais

O **índice de paridade**³ nos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, por sexo revela um valor ligeiramente superior para as mulheres em relação aos homens (1,10).

O índice de paridade nos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos, com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, por grau de urbanização (0,31) revela a situação de desvantagem dos residentes em zonas pouco povoadas.

O índice de paridade nos indivíduos, com idade entre 16 e 74 anos com competências digitais ao nível básico ou acima de básico, por quintis do rendimento mensal líquido do agregado (0,44) evidencia que as pessoas pertencentes ao 1.º quintil se encontram em situação de desvantagem face às do 5.º quintil.

PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA (PISA)

	2015	2018
	76,6%	76,7%
	75,8%	76,8%

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, 2016

	18 - 24 anos	25 - 64 anos
	78,9%	47,6%
	82,6%	44,7%

25 - 64 anos	46,1%		44,6%	
--------------	-------	---	-------	---

ÍNDICES DE PARIDADE, 16-74 ANOS, COMPETÊNCIAS DIGITAIS NÍVEL BÁSICO OU SUPERIOR

	2015	2021 _L
	0,93	1,1
	0,35	0,31
	0,36	0,44

Em 2021, 55,3%³ da população residente com idade entre os 16 e 74 anos detinham **competências digitais ao nível básico ou acima de básico**. Em 2021 o Eurostat procedeu a uma revisão da metodologia de cálculo deste indicador, colocando Portugal, pela primeira vez desde 2015, à frente da UE27 no que respeita à disseminação das competências digitais na faixa etária dos 16 aos 74 anos (55% em Portugal e 54% na UE27). Os resultados obtidos para o grupo etário dos 16 aos 24 anos continuam a revelar uma proporção de jovens portugueses com competências digitais ao nível básico ou acima de básico superior à obtida para os jovens europeus. Contudo, em 2021 a diferença intensificou-se (+15 p.p.) comparativamente às diferenças registadas na série anterior: em 2019 (+8 p.p.) e em 2015 (+10 p.p.).

Em 2021, a proporção de mulheres com competências digitais ao nível básico ou acima de básico apresenta-se semelhante à observada no caso dos homens (55%). Na série anterior, em 2019 a proporção de mulheres com este nível de competências digitais era 5 p.p. inferior à proporção de homens e em 2015 a diferença era ainda maior (-8 p.p.).

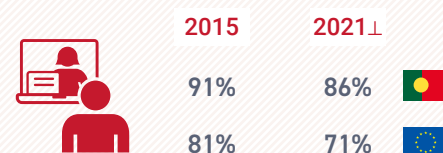
Escolas

A proporção de **escolas com acesso a Internet** para fins pedagógicos diminuiu no Continente, entre 2015 e 2020 (de 93,3% para 87,9%). Observou-se também uma diminuição na proporção de escolas com acesso a computadores para fins pedagógicos (de 97,9% em 2015 para 95,1% em 2020).

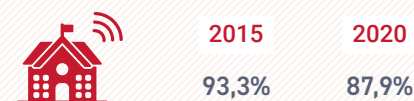
Cooperação internacional

Em 2021, o volume de **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)** para bolsas registou um aumento face a 2015 (68,2%), tendo, no entanto, observado uma redução significativa entre 2019 e 2020, possivelmente associada à pandemia e ao seu impacto nas deslocações.

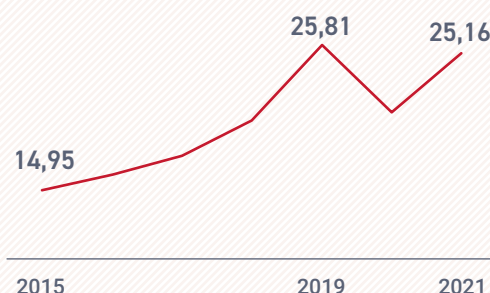
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM IDADE ENTRE 16 E 24 ANOS COM COMPETÊNCIAS DIGITAIS AO NÍVEL BÁSICO OU ACIMA DE BÁSICO



PROPORÇÃO DE ESCOLAS COM ACESSO A INTERNET PARA FINS PEDAGÓGICOS



APD PARA BOLSAS (milhões €)



¹ O indicador 4.2.2 é avaliado nacionalmente pelo indicador “taxa de escolarização aos 5 anos” dado que em Portugal a idade oficial de entrada no 1.º ciclo do ensino básico são os seis anos.

² Fonte: Inquérito à Educação e Formação de Adultos realizado em 2016.

³ Fonte: Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pelas Famílias.



Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Este objetivo visa garantir a melhoria da igualdade entre homens e mulheres, através da eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, do acesso a cuidados universais de saúde sexual e reprodutiva, do reconhecimento do trabalho doméstico não pago, e do acesso igualitário aos recursos naturais e económicos e à liderança aos níveis político e laboral.

Em Portugal são já vários os planos nacionais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, que se enquadram nos compromissos internacionais assumidos por Portugal, com destaque para a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e para a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.

7/14



indicadores com informação

- 2 Evolução no sentido desejável
- 0 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 5 Sem avaliação

O ODS 5 apresenta desenvolvimentos maioritariamente favoráveis nas áreas monitorizadas. Apesar destas melhorias, a situação do género permanece longe da paridade nestas áreas.

Destaca-se favoravelmente a existência de quadros legais que promovem, fazem cumprir e monitorizam a igualdade de género, bem como a relativa paridade no uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Não obstante a respetiva relevância, o bom desempenho nacional a nível jurídico-legal e no uso de TIC poderá indiciar que os progressos na igualdade de género beneficiariam de uma avaliação mais abrangente. Sugere-se, assim que, a leitura deste ODS seja complementada por informação adicional sobre eventuais (dis)paridades de género, registada na análise de outros indicadores inseridos em diferentes ODS.

Contudo, é na participação plena e igualdade de oportunidades a nível cívico (ex.: cargos políticos) e económico (ex.: propriedade agrícola e posições de chefia) que se registam as maiores disparidades. No entanto, regista-se favoravelmente nestas dimensões: o aumento de mulheres em posições de chefia face a 2015 e, em particular, a proporção de mulheres dirigentes na administração pública. Esta proporção é superior a 50% desde 2015, ainda que persistam disparidades nos diferentes graus de responsabilidade (menor presença em cargos de direção superior, face aos intermédios).

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
5.1.1	Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género	2020			
5.2.1	Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses	2012			
5.5.1	Indivíduos eleitos para a assembleia da república, por sexo	2022			
	Presidentes dos municípios, por sexo	2020			
5.5.2	Proporção da população empregada com cargos de chefia, por sexo	2022			
	Dirigentes no setor das administrações públicas, por sexo	2020			
5.a.1	Proporção de dirigentes com forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por conta própria na população agrícola, por sexo	2019			
	Proporção de dirigentes com forma de exploração da SAU por conta própria na população agrícola, por localização geográfica				
5.a.2	Grau em que o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e/ou controlo da terra	2019			
5.b.1	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizam telemóvel, por sexo	2022			

- O indicador evoluiu no sentido desejável
- O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável
- Sem alterações
- Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)

- Desempenho ascendente/descendente
- O indicador atingiu a meta
- Indicador impactado pela COVID-19

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Participação plena e igualdade de oportunidades

Nas três eleições para a Assembleia da República ocorridas no período em análise, a maioria dos deputados eleitos continuam a ser homens (67,0% em 2015, 61,3% em 2019 e 63,0% em 2022). A tendência para o aumento da representação feminina no total de deputados eleitos observada anteriormente, alterou-se em 2022, diminuindo de 38,7% em 2019 para 37,0%.

Em 2021, foram eleitas 29 mulheres para **presidentes de Câmara Municipal**, representando 9,4% do total de municípios (308). Verificou-se uma diminuição relativamente a 2017, ano em que tinham sido eleitas 32 mulheres.

A **proporção de mulheres em cargos de chefia** diminuiu 0,5 p.p. em 2022 (3,1%) em relação a 2021 (3,6%) mas evoluiu favoravelmente face a 2015, ano em que apenas 2,3% das mulheres tinham posições de liderança. A percentagem de homens em cargos de chefia também aumentou entre 2015 e 2022, embora menos acentuadamente, reduzindo a diferença entre a proporção de homens e de mulheres em cargos de chefia (de 2,7 p.p. para 2,3 p.p.).

A **proporção de mulheres dirigentes na administração pública** é superior a 50% desde 2015, registando-se uma proporção de 55,0% em 2021. De acordo com os mesmos dados, a relação de feminilidade nos dirigentes na administração pública (número de mulheres por cada 100 homens) aumentou de 103 para 122 entre 2015 e 2021.

Propriedade e controlo da terra

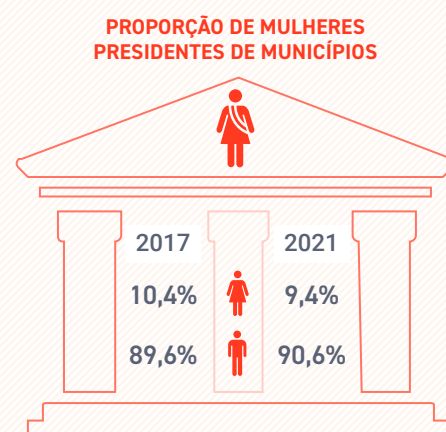
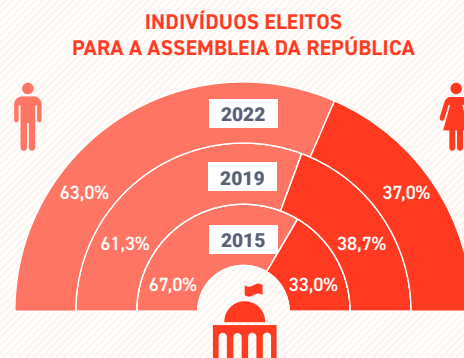
Em 2019, 41,1%¹ da população agrícola era proprietária, sendo 28,0% homens e 13,1% mulheres, quando em 2016 essa proporção era de 38,7% e a distribuição entre homens e mulheres era de, 26,8% e 11,9%, respetivamente. Em 2019 o indicador manteve o diferencial entre homens e mulheres face a 2016.

A **proporção de mulheres no total dos dirigentes com forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por conta própria**² aumentou de 30,7% em 2016 para 31,9% em 2019.

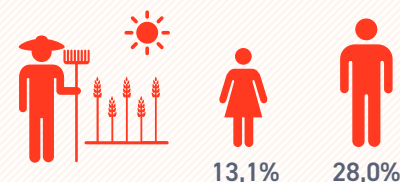
Numa escala de 1 a 6 (1 = Sem evidências a 6 = Níveis mais altos de garantias) o quadro jurídico nacional (incluindo o direito consuetudinário) que garante às mulheres **direitos iguais à propriedade e/ou controlo da terra** foi classificado pela ONU-FAO como 5, em 2019.

Tecnologias de informação e comunicação

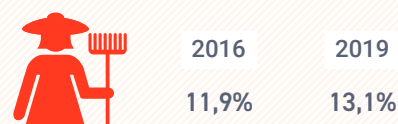
A **proporção de indivíduos com 16 a 74 anos que usam telemóvel**³ foi de 97,1% em 2022. A diferença entre homens e mulheres é pouco significativa (97,4% e 96,9%, respetivamente).



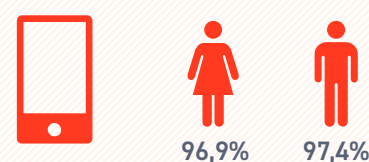
PERCENTAGEM DE DIRIGENTES POR CONTA PRÓPRIA NA POPULAÇÃO AGRÍCOLA, 2019



PERCENTAGEM DE MULHERES DIRIGENTES POR CONTA PRÓPRIA NA POPULAÇÃO AGRÍCOLA



PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM IDADE ENTRE 16 E 74 ANOS QUE UTILIZAM TELEMÓVEL, 2022



¹ O indicador “5.a.1. (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção de dirigentes com forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por conta própria na população agrícola, por sexo”. Entende-se por dirigente da exploração agrícola a pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular, podendo exercer esta atividade por conta própria.

² O indicador “5.a.1. (b) Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção de mulheres no total de dirigentes com forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por conta própria”.

³ O indicador “5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção de indivíduos com 16 a 74 anos que usam telemóvel, por sexo”. Os dados sobre a utilização de telemóvel foram recolhidos entre 2007 e 2021 pelo Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) pelas Famílias.

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Tem como meta, até 2030, garantir um consumo seguro e acessível à água, saneamento e higiene. É expectável que o seu cumprimento contribua para melhorar a qualidade da água e a eficiência do uso da água e incentivar a captação e consumo sustentáveis. A proteção e restauração de ecossistemas em que a água é relevante como as florestas, montanhas, zonas húmidas e rios é essencial para mitigarem a escassez de água, assim como a implementação de gestão integrada dos recursos hídricos.



7/11

indicadores com informação



- 6 Evolução no sentido desejável
- 0 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 1 Sem avaliação

No ODS 6, o progresso registado foi maioritariamente favorável.

Várias áreas aproximaram-se ou alcançaram a meta, destacando-se, em particular, o nível de excelência da qualidade da água para consumo humano, com uma percentagem de 99% de água segura. De modo igualmente favorável, regista-se a diminuição da percentagem de pessoas sem instalações sanitárias apropriadas nos seus lares, bem como a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, que aumentou. No quadro da cooperação internacional, destaca-se o facto de 100% das bacias fluviais e lacustres transfronteiriças se encontrarem abrangidas por um acordo operacional de cooperação; bem como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) nas áreas de água e saneamento, que aumentou em 2021, face a 2015.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
6.1.1	Água segura	2021			
	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	2020			
6.2.1	Proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento	2022			
6.3.1	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	2020			
6.3.2	Proporção da superfície das massas de água com bom estado global (% da área total)	2020			
	Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico (% da área total)				
	Proporção da superfície das massas de água superficiais (% da área total) por classificação do estado químico				
6.5.2	Proporção de bacias fluviais e lacustres transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional de cooperação em matéria de recursos hídricos	2020			
6.6.1	Superfície total das águas abertas (km²), naturais e artificiais	2018			
	Taxa de variação da superfície das águas abertas				
6.a.1	Montante de Ajuda Pública ao Desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa (total APD para o CAD 31140 e série 140 (desembolsos brutos))	2021			

- O indicador evoluiu no sentido desejável
- O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável
- Sem alterações
- Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)

- Desempenho ascendente/descendente
- O indicador atingiu a meta
- Indicador impactado pela COVID-19

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Acesso a água potável e saneamento

A evolução do indicador **água segura**¹, que mede a qualidade da água para consumo humano distribuída pelos sistemas públicos urbanos em Portugal, evidencia um nível de excelência, atingindo 99,0% em 2021 (a meta estabelecida para 2030). Com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, todas as regiões NUTS II registaram melhorias, com destaque para a Região Autónoma da Madeira (+1,6 p.p.).

Em 2020, a **proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água** no território de Portugal Continental manteve-se nos 96,0%. Na Região Autónoma da Madeira esta proporção manteve-se inalterada em 99,5%. Nas restantes situações (0,5%), por se referirem a pontos muitas vezes isolados e dispersos, não é técnica ou economicamente viável construir redes integradas nos sistemas públicos de abastecimento, pelo que se encontram servidas normalmente por soluções individuais, com captações próprias.

Observando o indicador de **água distribuída per capita**, destacam-se o Algarve (327,7 l/dia per capita) e a Região Autónoma da Madeira (274,8 l/dia per capita) como regiões (NUTS II) do país que atingiram os mais elevados níveis de consumo per capita, os quais são justificados pela pressão turística nestas áreas.

As regiões Norte, Centro e Alentejo registaram os valores mais baixos de consumo per capita (125,2 l/dia per capita, 167,7 l/dia per capita e 187,1 l/dia per capita), respetivamente.

0,4% dos residentes em geral, e 1,3% da população em risco de pobreza, viviam **sem banheira, duche e/ou retrete no interior do alojamento**² em 2021. Observou-se uma melhoria desta condição habitacional desde 2015, em especial no caso da população em risco de pobreza (era 2,4%). A comparação com os resultados disponíveis para a UE27, para os residentes em geral, evidencia que esta condição de privação afetava, em 2020, uma menor proporção de pessoas em Portugal (menos 1,1 p.p.) que na UE27.

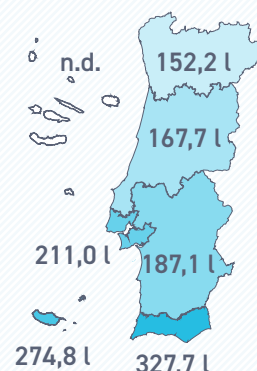
Entre 2015 e 2020, estima-se que a **percentagem de alojamentos cobertos por serviços de drenagem de águas residuais**³, no Continente, progrediu de 83,0% para 85,0% (a meta nacional para 2020 era 90%). A região (NUTS II) com maior cobertura é a Área Metropolitana de Lisboa (97,0%). No Continente, o Centro é a região com menor cobertura (79,0%). A Região Autónoma da Madeira tem uma cobertura de 67,9%. A população ainda não coberta por este tipo de serviço está, na sua maioria, localizada em regiões de baixa densidade populacional, com pequenos aglomerados urbanos ou servidos por entidades gestoras de pequena dimensão.

POPULAÇÃO COM ACESSO A ÁGUA SEGURA



2015	2021
98,6%	99,0%

ÁGUA DISTRIBUÍDA PER CAPITA, 2020 (l/dia)

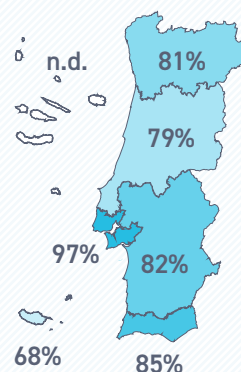


PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RISCO DE POBREZA QUE VIVE SEM BANHEIRA, DUCHE E RETRETE NO INTERIOR DO ALOJAMENTO



2015	2022
2,4%	1,3%

ALOJAMENTOS COBERTOS POR SERVIÇOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, 2020

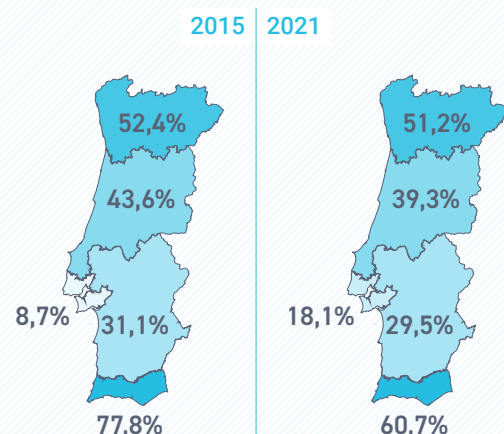


Qualidade da água

37,9% da superfície das massas de água superficiais do Continente, em 2021, apresentava uma classificação⁴ de “Bom e superior”. Ao nível das NUTS II destacaram-se, pela positiva, as regiões do Algarve, com 58,5% e do Norte, com 49,8%; pela negativa, destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa, com 18,1% da superfície das massas de água com esta classificação.

Os resultados da análise do estado/potencial ecológico revelam que 39,1% da superfície das massas de água do Continente, em 2021, tinham uma classificação de “Bom”. Destaca-se, pela positiva, ao nível das NUTS II, a região do Algarve com 60,7% e, pela negativa, a região da Área Metropolitana de Lisboa com apenas 18,1% da superfície das massas de água com esta classificação.

SUPERFÍCIE DAS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS
COM ESTADO/POTENCIAL ECOLÓGICO “BOM”



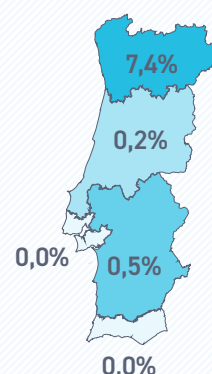
Ecossistemas relacionados com a água

Em 2018, existiam em Portugal continental 1 353,1 km² de águas abertas⁵. Ao nível regional (NUTS II), o Alentejo (710,4 km²) registava a maior extensão de águas abertas, seguida das regiões Norte (211,2 km²), Centro (200,9 km²) e Área Metropolitana de Lisboa (169,7 km²). Na região do Algarve (60,9 km²), as águas abertas ocupavam uma extensão inferior a 100 km².

Nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, as águas abertas correspondiam, maioritariamente, a elementos naturais – rios, lagos, lagoas naturais e estuários – e nas restantes regiões do Continente a elementos artificiais – reservatórios de barragens, canais artificiais, reservatórios de represas ou de açudes e lagos e lagoas interiores artificiais.

Entre 2015 e 2018, verificou-se em Portugal continental um incremento da superfície ocupada por águas abertas (1,4%). Na região Norte (7,4%), a taxa de crescimento da extensão de águas abertas superou o valor verificado no Continente. O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa não observaram alterações. A extensão de águas abertas de elementos artificiais contribuiu positivamente para o incremento da extensão total de águas abertas que se verificou em três regiões do Continente: Norte, Centro e Alentejo.

VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DE ÁGUAS ABERTAS,
2015-2018

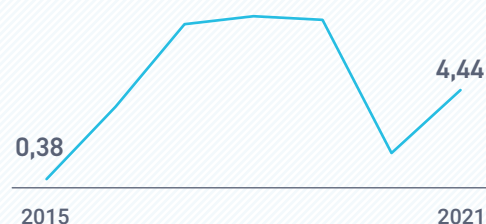


Cooperação internacional

100% das bacias fluviais e lacustres transfronteiriças encontram-se abrangidas por um acordo operacional de cooperação em matéria de recursos hídricos.

O montante de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na área da água e do saneamento aumentou de 0,38 milhões de euros em 2015 para 4,44 milhões de euros em 2021.

APD NA ÁREA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO
(milhões €)



¹ O indicador “6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de águas potável” é avaliado nacionalmente pelos indicadores *proxy* “Água segura” e “Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água”.

² O indicador “6.2.1. Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão” é avaliado nacionalmente pelos indicadores *proxy* “Proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento” e “Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais”.

³ A água distribuída é utilizada para diversos fins, nomeadamente para usos domésticos. Estes usos modificam, em maior ou menor extensão, as características físicas, químicas e biológicas da água e transformam-na em águas residuais impróprias para reutilização direta, sendo indispensável o seu afastamento do aglomerado populacional (drenagem) e o seu tratamento (depuração), a fim de evitar riscos para a saúde pública, incomodidade para as populações e prejuízos para a ecologia dos meios recetores (destino final), quer se trate de uma massa de água ou do solo.

⁴ O indicador “6.3.2. Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental” é avaliado nacionalmente pelos indicadores *proxy* “Proporção da superfície das massas de água superficiais por classificação do estado global”, “Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico” e “Proporção da superfície das massas de água superficiais por classificação do estado químico”. No âmbito do terceiro ciclo dos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH), referente ao período 2022-2027, com avaliação do estado das massas de água que se reporta ao ano 2021, foram identificadas 1 808 massas de água superficiais. Para responder ao indicador recorreu-se à avaliação do seu estado global, estado/potencial ecológico e do seu estado químico.

⁵ O indicador “6.6.1 Alteração na extensão dos ecossistemas aquáticos ao longo do tempo” pretende avaliar as alterações dos ecossistemas aquáticos ao longo de tempo, fornecendo informações relevantes para o seu restauro e proteção, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos. Este indicador considera cinco sub-indicadores de caracterização de ecossistemas aquáticos específicos, incluindo o indicador em análise – Extensão das águas abertas e respetiva variação (sub-indicador 1).



5/6

83%

indicadores com informação

- 4 Evolução no sentido desejável
- 1 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 0 Sem avaliação

A avaliação dos indicadores do ODS 7 é maioritariamente positiva.

Destacam-se as metas alcançadas ou praticamente atingidas em matéria energética, tais como: os 100% da população com acesso a eletricidade e mais de 95% com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas. Igualmente favorável, é a evolução da proporção de energia renovável no consumo final de energia que, em 2021, foi superior à observada em 2015. O país está também mais eficiente a nível energético, tal como refletido na diminuição da intensidade energética da economia (relação entre o consumo total de energia primária e o PIB) face a 2015.

Numa nota menos positiva, refira-se que os fluxos financeiros para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável diminuiu face a 2015.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
7.1.1	Percentagem da população com acesso à eletricidade	2020	●	●	
7.1.2	Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas	2021	↑	↑	
7.2.1	Percentagem de energia renovável no consumo de energia final bruto	2021	↑	●	
	Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	2021		↑	
7.3.1	Intensidade energética da economia em energia primária	2021	↓	↓	
7.a.1	Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos (total APD + OFPs para o CAD 23182 e série 232 (desembolsos brutos))	2021	↓	●	
			●	O indicador evoluiu no sentido desejável	
			●	O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável	
			●	Sem alterações	
			○	Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)	
			↑ ↓	Desempenho ascendente / descendente	
				O indicador atingiu a meta	
				Indicador impactado pela COVID-19	

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Acesso

No período em análise 100% da população tem **acesso a eletricidade**.

Mais de 95% da população tem **acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas**¹.



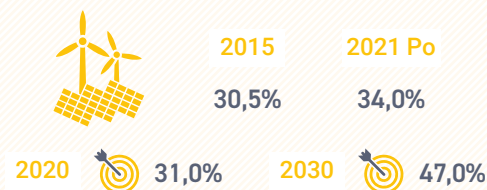
população com acesso a eletricidade

Energia renovável

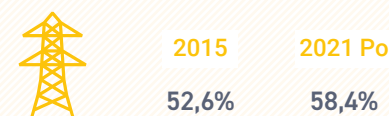
Em 2021, a proporção de **energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia**² atingiu o valor mais elevado de sempre, a par de 2020 (34,0%), tendo aumentado 3,5 p.p. face a 2015. Desta forma, Portugal atingiu a meta de 31,0% fixada para 2020 no Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), ultrapassando-a em 3,0 p.p..

Entre 2015 e 2021, o consumo total de eletricidade representou, em média, ¼ do consumo final de energia em Portugal, verificando-se que a importância das **fontes renováveis no total da eletricidade produzida** aumentou em todos os anos, com exceção de 2018 (52,2%), em que registou uma diminuição de 2,0 p.p. face a 2017, recuperando a tendência de aumento a partir de 2019. Em 2021, atingiu o valor máximo de 58,4%.

PROPORÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NO CONSUMO FINAL BRUTO DE ENERGIA



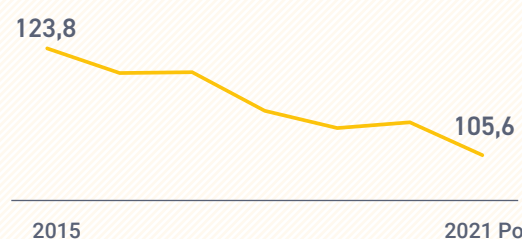
CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



Eficiência energética

A **intensidade energética da economia em energia primária**³ evidencia melhorias na eficiência energética através da tendência de decréscimo ao longo do período em análise, alcançando em 2021 o valor mínimo do período em análise (105,6 tep/milhões €). Em 2020, pelo contrário, verificou-se um acréscimo da intensidade energética em energia primária (111,3 tep/milhões €; +1,0% face a 2019) em virtude do decréscimo do consumo de energia primária (-7,4% face a 2019), decorrente da situação pandémica, ter sido inferior ao registado pelo PIB.

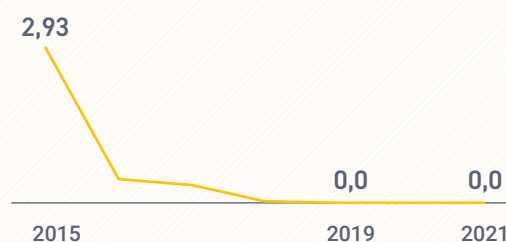
INTENSIDADE ENERGÉTICA DA ECONOMIA EM ENERGIA PRIMÁRIA (tep/milhões €)



Cooperação internacional

Os fluxos financeiros para países em desenvolvimento para **apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável** têm vindo a diminuir desde a 2015.

FLUXOS FINANCEIROS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO PARA APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE ENERGIAS LIMPAS E À PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL (milhões €)



¹ Foi assumido pela Organização Mundial de Saúde que os países classificados como de rendimento elevado, de acordo com a classificação do Banco Mundial (80 países), no ano fiscal de 2020, fizeram a transição completa para energia doméstica limpa e, portanto, são classificados como >95% relativamente à percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

² As tecnologias de energia renovável representam um elemento importante nas estratégias para tornar as economias mais sustentáveis e para enfrentar o problema global das alterações climáticas. O peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia corresponde à proporção de consumo final de energia que resulta de fontes renováveis.

³ As necessidades energéticas associadas à produção económica de um país ou região estão dependentes de fatores como o clima, a estrutura económica e o tipo de atividades económicas que o caracterizam. Tendo em atenção estes fatores de contexto, o indicador intensidade energética da economia em energia primária (consumo total de energia primária / Produto Interno Bruto (PIB)) permite uma aproximação ao nível de eficiência energética associado à produção económica, ao medir a quantidade de energia necessária para obter uma unidade produzida.

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

O crescimento económico sustentável poderá criar as condições que permitam que as pessoas tenham empregos estáveis e dignos, que estimulem a economia e não prejudiquem o meio ambiente. Nesse sentido, devem ser promovidas oportunidades e condições dignas de trabalho para toda a população em idade ativa.

A ausência de oportunidades de trabalho digno e uma economia onde os investimentos sejam insuficientes e persista o subconsumo podem conduzir a um desgaste do contrato social subjacente às sociedades democráticas segundo o qual todos devem ter acesso ao progresso e à partilha da riqueza gerada.

Em muitas situações ter um emprego não é uma garantia de eliminação da pobreza. Progresso lento e desigual pode exigir às sociedades que repensem e reformulem as políticas económicas e sociais destinadas a erradicar a pobreza. A criação de empregos dignos e de qualidade poderá ser um dos grandes desafios para quase todas as economias.

13/16



indicadores com informação

- 9 Evolução no sentido desejável
- 3 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 1 Sem avaliação

O ODS 8 caracteriza-se por melhorias na situação económica e de emprego face a 2015, que foram interrompidas em 2020, mas retomadas a partir de 2021. São indicadores ilustrativos: a taxa de variação anual do PIB *per capita* (6,9% em 2022), a taxa de desemprego (6,0% em 2022) e a taxa de jovens não empregados que não estão em educação ou formação (9,4% em 2022: o seu menor valor desde 2015). É igualmente de ressaltar que, em 2020, as medidas públicas de proteção do emprego durante o confinamento (e.g. *layoff* simplificado) ajudaram a minorar o impacto negativo da pandemia no mercado de trabalho, tal como refletido no desempenho dos respetivos indicadores. O turismo, particularmente afetado pelo contexto pandémico, recuperou em 2021, tendo registado um acréscimo de 27,3% do respetivo Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Em oposição, destaca-se a incidência de acidentes de trabalho não fatais e mortais, superior à registada na UE27 no período em análise (não obstante o progresso favorável desde 2015). De igual modo, na acessibilidade dos serviços financeiros, regista-se uma redução do número de estabelecimentos de outra intermediação monetária, o que reflete sobretudo um aumento da importância relativa dos pagamentos por *homebanking*, em detrimento do acesso físico a estes serviços. Na cooperação internacional, verificou-se ainda um decréscimo na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e Outros Fluxos Públicos (OFP) destinados ao apoio ao comércio entre 2015 e 2021 (83,7%).

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
8.1.1	Taxa de variação anual do PIB real <i>per capita</i>	2022	↑	↑	
8.2.1	Produto interno bruto real por emprego equivalente a tempo completo (Taxa de variação anual)	2022	↑	↑	
8.4.1	Pegada material	2020	↓	↓	
	Pegada material <i>per capita</i>				
	Pegada material por unidade de PIB				
8.4.2	Consumo interno de materiais	2021	↑	↑	
	Consumo interno de materiais <i>per capita</i>		↓		
	Consumo interno de materiais por unidade do PIB		↓		
8.5.1	Ganho médio horário (Secções B a S exceto O da CAE Rev. 3)	2018	↑	↓	
8.5.2	Taxa de desemprego	2020	↓	↓	
8.6.1	Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação	2022	↓	↓	
8.8.1	Acidentes de trabalho não mortais	2020	↓	↓	
	Acidentes de trabalho mortais			↑	

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
8.9.1	VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total	2021	↓	↑	
	Taxa de variação do VAB gerado pelo turismo		↑		
8.10.1	Estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10 000 habitantes	2021	↓	↓	
	Caixas multibanco por 10 000 habitantes		↑	↑	
8.10.2	Proporção de agregados familiares proprietários de depósitos à ordem ou a prazo	2020	↑	○	
8.a.1	Total APD e OFP para Categoria "Aid for Trade" (desembolsos brutos)	2021	↓	↓	
8.b.1	Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego	2021	↑	↑	
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) Desempenho ascendente/descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Crescimento económico e produtividade

Em 2022, o **PIB real *per capita*** registou um aumento de 6,9% face ao ano anterior, após o decréscimo histórico de 8,4% registado em 2020, que refletiu os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica. A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para este crescimento, após ter sido significativamente negativo em 2020, verificando-se uma recuperação do consumo privado e uma desaceleração do Investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2022, tendo-se registado um crescimento mais acentuado das exportações de bens e de serviços do que das importações.

A UE27 em 2022 registou um crescimento do PIB real *per capita* de 3,3% face ao ano de 2021 (após a diminuição assinalável de 5,7% em 2020, embora menos expressiva que em Portugal). Recorde-se que, entre 2015 e 2019, Portugal tinha vindo a crescer acima da média europeia.

Entre 2015 e 2021, o **PIB *per capita* a preços correntes** registou uma evolução favorável no país, (passou de 17,4 mil € *per capita* em 2015 para 20,8 mil € *per capita* em 2021). Por regiões verificou-se que as Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve foram as únicas a registarem valores acima da média do país. Todas as regiões evoluíram favoravelmente entre 2015 e 2021.

A **produtividade do trabalho**, avaliada pela evolução do PIB real por trabalhador, apresentou crescimentos de 2,5% e 5,1% em 2021 e 2022, respetivamente, após uma forte diminuição em 2020 (-6,2%) consequência da pandemia COVID-19.

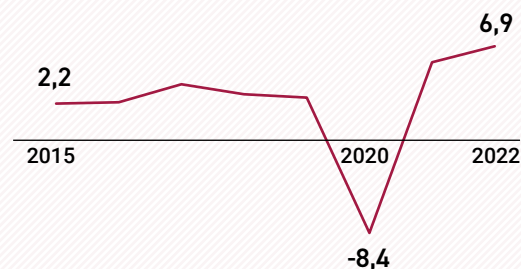
A **produtividade aparente do trabalho**¹ evoluiu favoravelmente entre 2015 e 2019 (passou de 34,2 mil € para 37,5 mil €) mas sofreu uma diminuição em 2020 (35,9 mil €) devido aos efeitos da pandemia.

Em termos regionais, a Área Metropolitana de Lisboa foi a única que apresentou valores acima da média do país tendo, no entanto, piorado o desempenho deste indicador no período em análise (43,6 mil € em 2015 e 43,4 mil € em 2020). A região do Algarve piorou igualmente o seu desempenho entre estes dois anos, a Região Autónoma da Madeira manteve a produtividade aparente do trabalho e todas as outras regiões apresentaram melhorias entre 2015 e 2020.

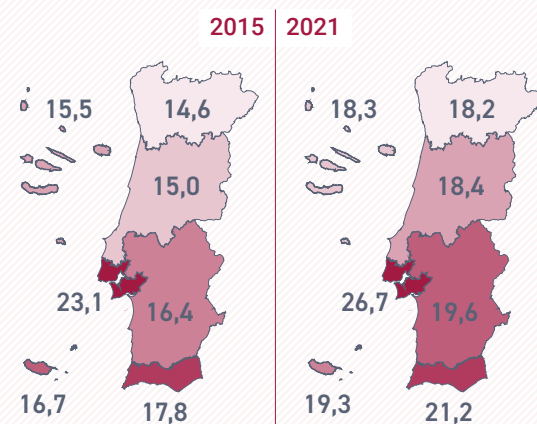
Gestão sustentável e eficiente dos recursos naturais

Os indicadores 8.4.1 Pegada material e 8.4.2 Consumo interno de materiais são analisados no [ODS 12](#), que versa igualmente sobre esta temática.

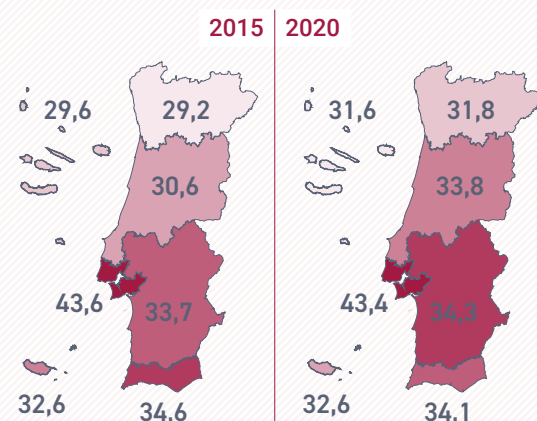
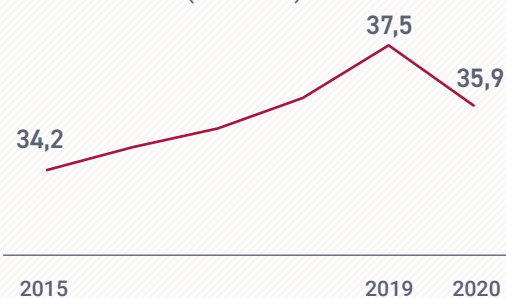
TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB REAL
PER CAPITA



PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA,
A PREÇOS CORRENTES
(milhares €)



PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO
(milhares €)



Emprego pleno e decente

Desemprego

A taxa de desemprego foi 6,0% em 2022 (313,9 mil pessoas desempregadas, o valor mais baixo desde 2015). A taxa de desemprego tem vindo a diminuir continuamente desde 2015, um padrão que foi apenas interrompido em 2020, ano em que se observou um acréscimo anual de 0,4 p.p. Recorde-se que 2020 corresponde ao primeiro ano da pandemia COVID-19, que condicionou o normal funcionamento do mercado de trabalho em Portugal, embora o impacto tenha sido minorado pelas medidas públicas de apoio à proteção do emprego implementadas durante o confinamento (e.g. *layoff* simplificado), entre outras circunstâncias. Em 2022, a taxa de desemprego das mulheres (6,5%) foi superior à dos homens (5,5%), com uma diferença entre sexos superior à dos dois anos anteriores.

A comparação com os resultados disponíveis para a UE27, que tomam como referência a população com idade dos 15 aos 74 anos, evidencia que as taxas de desemprego na UE27 foram sistematicamente mais baixas do que as observadas em Portugal até 2017, relação que se inverte posteriormente. Não obstante, as taxas em Portugal e na UE 27 registaram comportamentos semelhantes ao longo do período em análise, nomeadamente um decréscimo continuado desde 2015, com exceção de 2020 pelos motivos anteriormente enunciados. Refira-se que, no entanto, ao contrário de Portugal, a UE27 não atingiu ainda uma taxa de desemprego similar ou abaixo da observada em 2019. Em 2021, a diferença da taxa de desemprego da população dos 15 aos 74 anos entre Portugal e a média da UE27 foi de apenas 0,4 p.p. (6,6% e 7,0%, respetivamente).

A taxa de desemprego mais elevada verificou-se na Área Metropolitana de Lisboa (7,2%) e Região Autónoma da Madeira (7,0%). A menor taxa foi no Alentejo (4,8%).

A taxa de jovens com idade dos 16* aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação em Portugal foi de 9,4% em 2022, a menor desde 2015. A proporção de jovens nesta condição diminui com o nível de escolaridade: em 2022, afetava 13,5% dos jovens que completaram no máximo o 3.º ciclo do ensino básico, 8,8% daqueles com o ensino secundário ou pós-secundário e 6,8% dos que tinham um diploma do ensino superior.

O indicador para Portugal foi sempre inferior ao registado ao nível europeu, no período entre 2015 e 2022.

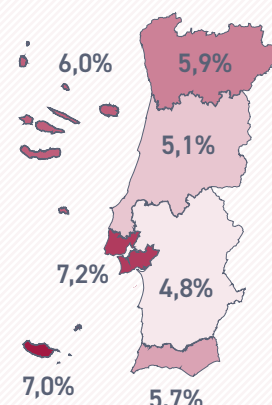
Acidentes de trabalho

Em 2020, a taxa de incidência de acidentes de trabalho não mortais em Portugal foi de 2 260 acidentes por 100 mil pessoas empregadas, registando um decréscimo de 23,5% relativamente a 2015. Este decréscimo foi mais marcado nas mulheres do que nos homens (30,0% face a 20,2%, respetivamente), continuando a taxa de incidência de acidentes de trabalho não mortais a ser mais expressiva nos homens (cerca de dois terços).

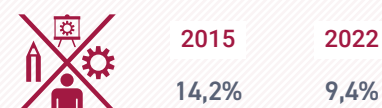
A taxa de incidência de acidentes de trabalho mortais decresceu entre 2015 e 2019 mas sofreu um aumento em 2020 (2,7 por 100 mil pessoas empregadas). Ainda assim, o valor nacional continuou superior ao valor para a UE27 (1,8 em 2020).

*Dados atualizados em 2023-08-22.

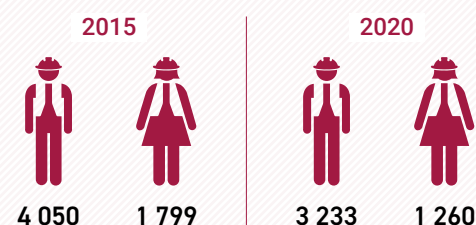
TAXA DE DESEMPREGO (15 A 74 ANOS), 2022



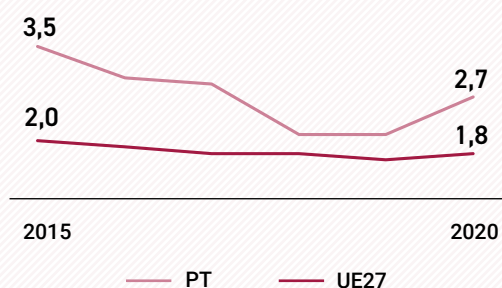
TAXA DE JOVENS COM IDADE ENTRE 16* E 34 ANOS NÃO EMPREGADOS QUE NÃO ESTÃO EM EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO



ACIDENTES DE TRABALHO NÃO MORTAIS, (incidência por 100 mil empregados)



ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS (incidência por 100 mil empregados)



Turismo

Em 2021, em Portugal, o **Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pelo turismo**² atingiu 5,8% do VAB da economia nacional, +1,0 p.p. face ao ano anterior. A primeira estimativa para 2021 aponta para uma taxa de crescimento do VAB gerado pelo turismo de 27,3%, após um decréscimo de 44,5% em 2020, resultado das diminuições sem precedentes das exportações de turismo e do turismo interno, decorrentes da pandemia. Entre 2016 e 2019, o turismo apresentou uma dinâmica de crescimento significativamente superior à verificada na economia nacional.

Em termos regionais, em 2019 (último ano com informação para as 3 regiões NUTS I) o VAB gerado pelo turismo representava 10,6% do VAB da Região Autónoma dos Açores (era 6,7% em 2015) e 16,2% do VAB da Região Autónoma da Madeira (era 15,9% em 2015).

Serviços bancários

Em Portugal, no ano de 2021, existiam 3,8 estabelecimentos de outra intermediação monetária por cada 10 mil habitantes³, registando-se o valor mais baixo desde 2015 (5,3).

A nível regional, este indicador decresceu entre 2015 e 2021 em todas as regiões. As regiões com maiores decréscimos no número de **estabelecimentos de outra intermediação monetária** por cada 10 mil habitantes foram a Área Metropolitana de Lisboa (-34,0%), a Região Autónoma da Madeira (-32,7%) e o Algarve (-32,4%). Note-se que esta redução reflete sobretudo alterações estruturais nos meios de pagamentos e serviços financeiros utilizados pelos consumidores em consequência do aumento de importância relativa de pagamentos por *homebanking* (+118% entre 2015 e 2021), pelo que deverá não ser considerada um desenvolvimento desfavorável.

O **número de terminais de caixa automático**⁴ (ATM) disponível por 10 mil habitantes passou de 12,0 em 2015 para 12,1 em 2021.

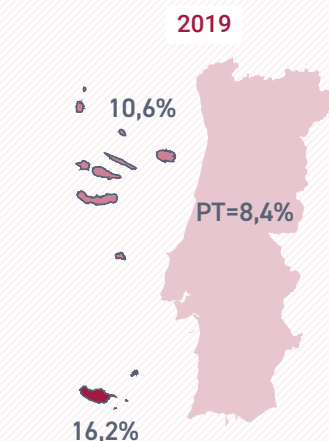
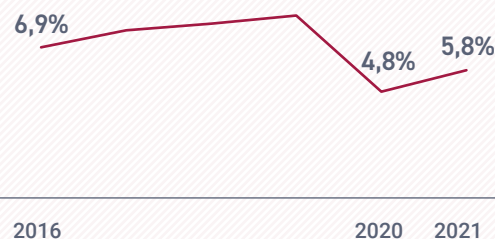
A nível regional, o maior decréscimo deste indicador foi registado na Área Metropolitana de Lisboa (-7,6%), em oposição ao Algarve, que registou um aumento de 22,7% para o mesmo período.

Em 2020, 98,1% dos agregados familiares residentes tinham uma **conta de depósito bancário**⁵, à ordem ou a prazo, com um aumento de 1,7 p.p. relativamente a 2017 (96,4%).

Cooperação internacional

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e outros fluxos oficiais destinados a **ajuda ao comércio** registaram um decréscimo entre 2015 e 2021 (-83,7%). Note-se que, na série em análise, o valor máximo foi atingido em 2020.

VAB GERADO PELO TURISMO EM PROPORÇÃO DO VAB TOTAL



ESTABELECIMENTOS DE OUTRA INTERMEDIAÇÃO MONETÁRIA POR 10 MIL HABITANTES



2015	2021
5,3	3,8

CAIXAS MULTIBANCO POR 10 MIL HABITANTES



2015	2021
12,0	12,1

COMPROMISSOS E DESEMBOLSOS NO ÂMBITO DA INICIATIVA DE AJUDA AO COMÉRCIO (milhões €)



¹ A Produtividade aparente do trabalho corresponde à contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço. Constitui uma *proxy* do indicador 8.2.1 para informação regional.

² Este indicador traduz a importância do turismo na economia. O indicador “8.9.1 Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação”, é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “VAB gerado pelo turismo em proporção do VAB total”.

³ O indicador “Número de agências bancárias por 100 000 adultos” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Número de estabelecimentos de outra intermediação monetária por 10 000 habitantes”. Este indicador permite-nos medir a acessibilidade por parte das pessoas a serviços financeiros, uma vez que este tipo de estabelecimentos continua a ser um dos principais meios de acesso a este género de serviços.

⁴ O indicador “Número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Número de caixas multibanco por 10 000 habitantes”.

⁵ O indicador “8.10.2. Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro”, é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção de agregados familiares com conta de depósito à ordem e/ou a prazo”.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

As infraestruturas são a base da civilização moderna. Estas têm duas dimensões - os ativos físicos e as soluções adotadas para ter acesso aos principais serviços. Investimentos em infraestruturas - transporte, irrigação, energia e tecnologia da informação e comunicação - são essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável e capacitar as comunidades em muitos países. O compromisso com a industrialização sustentável e a promoção da inovação nas atividades das empresas podem contribuir para os esforços de desenvolvimento regional, através da modernização da infraestrutura local, investindo em tecnologias de energia e comunicação resilientes e disponibilizando essas tecnologias a todas as pessoas, incluindo grupos marginalizados, que, de outra forma, não teriam acesso.

11/12

92%

indicadores com informação

- 6 Evolução no sentido desejável
- 4 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 1 Sem alterações
- 0 Sem avaliação

O ODS 9 caracteriza-se por uma maioria de indicadores com evolução favorável face a 2015.

Destaca-se favoravelmente o aumento na proporção do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das indústrias de alta e média tecnologia no VAB da indústria transformadora e da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no Produto Interno Bruto (PIB) - que se mantém ainda longe dos 3% fixados na meta nacional para 2030. Ainda na área de I&D e inovação regista-se positivamente o aumento constante da proporção de investigadores por 1 000 habitantes. A intensidade das emissões atmosféricas da economia (medida por emissões de CO₂ em relação ao VAB) apresentou também melhorias face a 2015, tal como o número de micro e pequenas empresas devedoras, que diminuiu face ao total de empresas. Por último, assinala-se a meta alcançada na proporção de população coberta por rede móvel, correspondente a 99,9% em 2021.

Afastaram-se da meta, ainda que em menor número, outras dimensões, tais como a área dos transportes e passageiros e carga (pelos vários modos de transporte) que, após um progresso favorável até 2019, se alterou drasticamente em 2020, na sequência da situação pandémica. A título ilustrativo, sublinha-se o decréscimo para menos de um terço do transporte aéreo, entre 2019 e 2020. Na indústria transformadora, regista-se desfavoravelmente a diminuição em termos de emprego e na proporção do valor acrescentado das microempresas industriais. Não obstante, em 2022, a indústria transformadora manteve a sua importância na economia.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
9.1.2	Transporte de passageiros pelas empresas nacionais de transporte aéreo	2021	↓	↑	
	Transporte de carga pelas empresas nacionais de transporte aéreo		↑		
	Transporte de passageiros pelas empresas exploradoras de sistema ferroviário pesado		↓		
	Mercadoria transportada das empresas exploradoras de sistema ferroviário pesado				
	Transporte de passageiros pelas empresas de transporte rodoviário de passageiros				
	Tonelada-quilómetro dos Veículos pesados de mercadorias (Continente)				
9.2.1	Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB	2022		↓	
9.2.2	Proporção do emprego na indústria transformadora	2022	↓	↓	
9.3.1	Proporção do valor acrescentado bruto das micro empresas industriais no total da indústria	2021	↓	↓	
9.3.2	Micro empresas e pequenas empresas devedoras, no total das empresas	2021	↓	↓	
9.4.1	Emissão de CO ₂ por unidade de valor acrescentado	2020	↓	↓	
9.5.1	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento no PIB	2020	↑	↑	
9.5.2	Proporção de investigadoras/es em equivalente a tempo integral (ETI) por mil habitantes	2020	↑	↑	

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
<u>9.a.1</u>	Total de apoio internacional oficial (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura (série 200 (desembolsos brutos))	2021	↓	↓	
<u>9.b.1</u>	Proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras	2021	↑	↓	
<u>9.c.1</u>	Proporção da população coberta por rede móvel	2021	↑	↑	
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) Desempenho ascendente / descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Infraestruturas

O impacto da pandemia COVID-19 foi transversal a todos os modos de transporte, com fortes restrições na circulação de passageiros e mercadorias. Registaram-se mínimos em todas as séries, no transporte de passageiros e mercadorias, para o período analisado.

O **transporte de passageiros por via aérea**¹ registou, em 2021, um acréscimo de 30,5% face a 2020 e diminuição de 46,9% relativamente a 2015. O **transporte rodoviário de passageiros** no Continente aumentou 49,8% face a 2020 e diminuiu 10,3% comparativamente a 2015. Na **ferrovia** registou-se um aumento de 14,1% face a 2020, e uma diminuição de 26,4%, face a 2015.

Em 2021, o volume de **transporte rodoviário de mercadorias**² no Continente aumentou 31,4% face a 2020 e diminuiu 1,4% em relação a 2015. O **transporte de carga por via aérea** registou um decréscimo de 26,1% face ao ano anterior (+14,5% face a 2015). O **transporte de carga por via ferroviária** aumentou 8,1% face a 2020 e diminuiu 3,4% comparativamente a 2015.

Indústria

Entre 2015 e 2022, verificou-se uma estabilização do **peso do valor acrescentado gerado pela indústria transformadora no PIB nacional** (12,1%), com uma descida face ao ano de 2021 (12,6%). Na UE27 este indicador apresentou uma tendência decrescente (passou de 15,3% em 2015 a 14,9% em 2022), registando, em toda a série, valores superiores aos observados para Portugal.

Entre 2015 e 2022, para a população empregada dos 15 aos 74 anos, o **emprego da indústria transformadora** constituía, em média, cerca de 17% do emprego total em Portugal: 17,7% em 2015 e 16,8% em 2022 (o valor mais baixo do período).

As microempresas industriais, apesar da sua pequena contribuição para a produção industrial total, têm um papel significativo na criação de emprego e são capazes de responder à procura interna de bens básicos de consumo. Em Portugal, a proporção do VAB das **microempresas industriais no total da Indústria** foi 7,3% em 2021. Este indicador registou uma diminuição de 0,8 p.p. face a 2015 e tem apresentado ao longo do período de 2015 a 2021 uma tendência decrescente, resultante de crescimento do VAB das microempresas industriais inferior ao registado no VAB da Indústria.

Acesso a serviços financeiros

A proporção de **microempresas e pequenas empresas devedoras, no total das empresas**, passou de 49,9% em 2015 para 43,1% em 2021.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Variação passageiro-km)

2015 - 2021



-46,9%



-10,3%



-26,4%

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (Variação tonelada-km)

2015 - 2021



14,5%



-1,4%



-3,4%

VALOR ACRESCENTADO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (em % do PIB)



2015

12,1%

15,3%

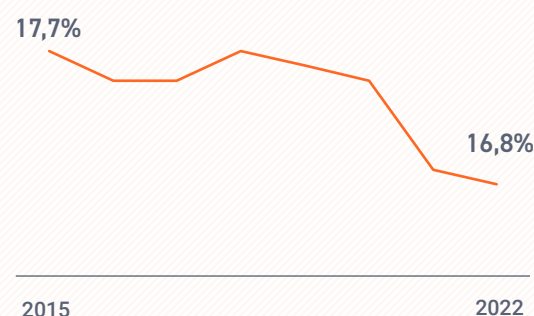
2022 Pe

12,1%

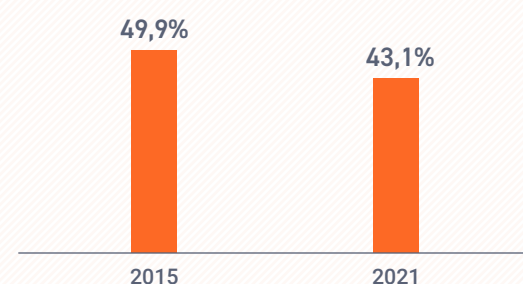
14,9%



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



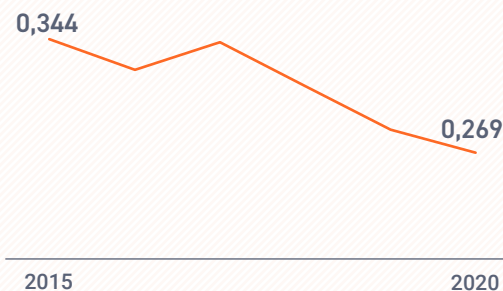
PROPORÇÃO DE MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS DEVEDORAS, NO TOTAL DAS EMPRESAS



Eficiência ambiental

No período 2015 a 2020, a **emissão de CO₂ por unidade de VAB³** diminuiu 21,8%. Destaca-se, contudo, um crescimento significativo em 2017 (devido ao facto desse ano ter sido extremamente seco, com consequente redução na produção de energia hídrica). Em 2020 a variação das emissões de CO₂ e do VAB foi negativa, embora a redução de emissões tenha sido superior à do VAB. A pandemia COVID-19 provocou alterações comportamentais significativas na sociedade portuguesa, nomeadamente nos consumo energético, permitindo a redução observada de emissões.

EMIÇÃO DE CO₂ POR UNIDADE DE VALOR ACRESCENTADO (Kg CO₂/€)



I&D

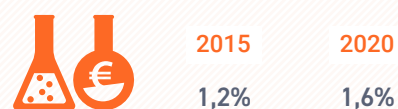
Em 2020, a **despesa nacional em I&D⁴** representou 1,61% do PIB, o máximo desde 2015 (mais 0,38 p.p. comparativamente a 2015). Para este aumento contribuiu essencialmente a despesa em I&D no setor das empresas, cuja proporção em relação ao PIB aumentou de 0,73% em 2019 para 0,92% em 2020. Entre 2015 e 2020, reduziu-se o hiato entre os rácios nacional e europeu de despesas em I&D no PIB (de 0,88 p.p. em 2015 para 0,70 p.p. em 2020).

A Área Metropolitana de Lisboa e o Norte foram as regiões NUTS II que registaram valores acima da média nacional (1,95% e 1,81%, respetivamente).

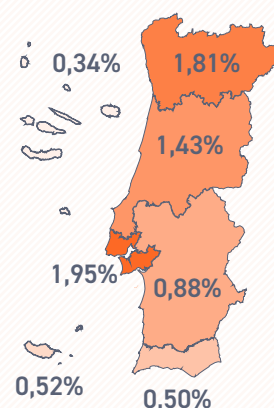
O **número de investigadores ETI⁵ no total da população residente** foi de 5,2 por 1 000 habitantes em 2020, mais 1,5 por 1 000 habitantes do que em 2015, ano em que se registou o valor mais baixo no período em análise.

A Área Metropolitana de Lisboa e o Norte foram, mais uma vez, as únicas regiões em que o número de investigadores por 1 000 habitantes em 2020 foi superior à média nacional (7,1‰ e 5,5‰, respetivamente). A região Centro, com 4,6‰, registou um valor inferior à média, mas próximo do obtido para o conjunto do país.

PROPORÇÃO DA DESPESA EM I&D NO PIB



2020

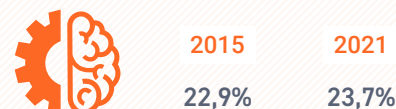


Tecnologia

A proporção do **VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB das indústrias transformadoras⁶** representava 23,7% em 2021, registando um aumento de 0,8 p.p. face ao ano de 2015 e um máximo em 2020 (24,5%).

A **cobertura da rede móvel de telecomunicações** em Portugal em 2021 foi de 99,9% da população. A rede móvel LTE (Long Term Evolution)/4G registou um crescimento de 94,3% em 2015 para 99,8% em 2021.

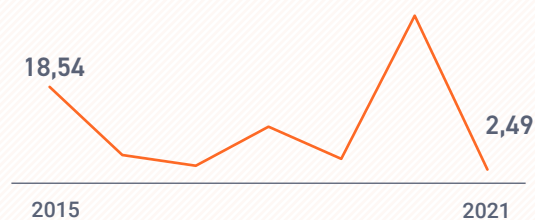
PROPORÇÃO DO VAB DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA NO VAB DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS



Cooperação internacional

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e Outros Fluxos Públicos (OFP) para a infraestrutura observaram uma redução no período (de 18,5 milhões € em 2015 para 2,5 milhões € em 2021) com um máximo⁷ de 32,5 milhões € em 2020.

**TOTAL DE APOIO INTERNACIONAL OFICIAL
(APD E OFP) À INFRAESTRUTURA**
(milhões €)



¹ Medido em passageiro-quilómetro – pkm.

² Medido em tonelada-quilómetro – tkm.

³ O indicador emissão de CO₂ por unidade de valor acrescentado compara a emissão de gases causadores do aquecimento global com o VAB, medindo a intensidade carbónica da economia. Este indicador reflete a intensidade energética, a eficiência energética das tecnologias de produção e, principalmente, a utilização de combustíveis fósseis.

⁴ A investigação e desenvolvimento (I&D) abrangem todo o trabalho criativo desenvolvido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desses conhecimentos em novas aplicações. A importância destas atividades pode ser avaliada pela proporção das despesas em I&D em relação ao PIB.

⁵ O indicador “9.5.2 Investigadores (em Equivalente a Tempo Completo) por milhão de habitantes”, é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção de investigadores equivalente a tempo integral (ETI) por 1 000 habitantes”.

⁶ O indicador “Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total” corresponde nacionalmente ao indicador com a designação “Proporção do VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB das indústrias transformadoras”. Este indicador captura o nível de inovação e tecnologia na indústria transformadora.

⁷ Este máximo, significativamente elevado face aos montantes registados na série, resulta da atribuição de linhas de crédito destinadas à construção de infraestruturas resilientes e sustentáveis em 2020, nomeadamente: o apoio ao reforço e reabilitação de infraestruturas (ex.: marítimas, elétricas, desportivas, urbanas e viárias) e ao reforço de instalações e equipamentos na Rede Elétrica.

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

As desigualdades sociais decorrem de múltiplas condições, nomeadamente desigualdades territoriais, de género ou idade, disparidades decorrentes de classe social, de recursos, educacionais, políticas ou de religião.

Este objetivo foca a necessidade de redução da desigualdade económica, medida pela distância entre mais ricos e mais pobres, ao nível nacional e entre países.

10/14



indicadores com informação

7	Evolução no sentido desejável
1	Evolução no sentido contrário ao desejável
0	Sem alterações
2	Sem avaliação

Os desenvolvimentos na área do ODS 10 revelam um quadro maioritariamente favorável. Em 2021, observa-se a tendência de crescimento do rendimento¹ médio desde 2015, quer para a população em geral, quer para os 40% da população com menores recursos, apesar da quebra pontual registada em 2020 para este último grupo. No mesmo sentido, a percentagem de pessoas em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano diminuiu entre 2015 e 2021, apesar do aumento pontual no primeiro ano da pandemia COVID-19. A proporção do trabalho no PIB apresentou um progresso igualmente favorável, aumentando em 2020 face a 2015. A evolução da solidez financeira foi também, em geral, positiva, nomeadamente com uma diminuição do crédito malparado.

Na dimensão internacional, a avaliação de Portugal melhorou relativamente às políticas de migração que facilitam a migração e a mobilidade de pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), Outros Fluxos Públicos (OFP) e apoios privados aumentaram também entre 2015 e 2021. De igual modo, o custo das remessas de emigrantes em proporção do valor remetido tem vindo a diminuir (embora o valor mínimo tenha sido registado em 2018). Por outro lado, regista-se desfavoravelmente a evolução do investimento direto estrangeiro, que passou de uma situação de saldo positivo em 2015-2019 para saldo negativo em 2020, agravado em 2021.

Em 2021, reduziu-se a desigualdade económica, mas o impacto redistributivo dos impostos sobre o rendimento e riqueza e das contribuições sociais manteve a tendência desfavorável.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
10.1.1	Média do rendimento monetário líquido equivalente	2021	↑	↑	
	Taxa de crescimento média quinquenal da média do rendimento monetário líquido equivalente em termos reais				
10.2.1	Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento equivalente inferior a 50% do rendimento equivalente mediano	2021	↓	↓	
10.3.1	Proporção da população que reportou sofrer qualquer tipo de assédio sexual desde a idade de 15 anos	2020	○	○	
10.4.1	Proporção do trabalho no PIB	2020	↑	↑	
10.4.2	Impacto redistributivo da política fiscal	2021	↓	↓	
10.5.1	Ativos de elevada liquidez/passivos de curto prazo	2020			
	Crédito malparado líquido de provisões/capital		↑	↑	
	Crédito malparado/empréstimos totais brutos				
	Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risco				
	Capital regulamentar/ativos		↑	↓	
	Rendibilidade dos ativos		●		

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
<u>10.6.1</u>	Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais	2021	○	○	
<u>10.7.2</u>	Países com políticas de migração que facilitam a migração e a mobilidade de pessoas ordenada, segura, regular e responsável, por domínio de política	2021	●	○	
<u>10.b.1</u>	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (desembolsos líquidos)	2021	↑	↑	
	Outros Fluxos Públicos (OFP) (desembolsos líquidos)	2021	↑	↑	
	Subvenções privadas (desembolsos líquidos)	2021	↑	↓	
	Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (desembolsos líquidos)	2021	↓	↓	
<u>10.c.1</u>	Custos das remessas em proporção do valor remetido	2021	↓	↓	
● O indicador evoluiu no sentido desejável ↑↓ Desempenho ascendente / descendente ● O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável O indicador atingiu a meta ● Sem alterações Indicador impactado pela COVID-19 ○ Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Rendimento da população mais pobre

Em 2021, a **média dos rendimentos monetários líquidos por adulto equivalente** foi de 13 148 € para a população total, e de 6 851 € para os 40% da população com menores recursos, o que corresponde, no primeiro caso, a um aumento em termos nominais de 24,5% em relação a 2015 e, no segundo caso, a um aumento de 33,5% relativamente a 2015.

Em termos reais, para a população em geral, observou-se uma taxa de crescimento média quinquenal da média do rendimento monetário líquido equivalente de 3,7% no período de 2017 a 2021, inferior à registada entre 2016 e 2020 (4,1%). A taxa média de crescimento manteve-se mais expressiva no caso dos 40% da população com menores recursos (4,2%), apesar da diminuição relativamente ao período de 2016 a 2020 (4,3%).

Em 2021, a proporção de pessoas que viviam em agregados familiares com um rendimento monetário líquido por adulto equivalente inferior a 50% da mediana da distribuição desses rendimentos² correspondia a 10,0% da população residente, o que revela uma melhoria em relação ao valor de 13,0% em 2015.

Políticas para maior igualdade

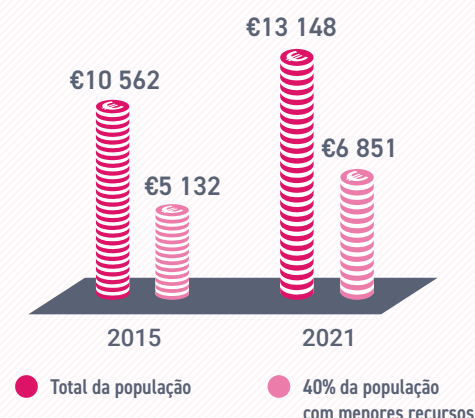
Em Portugal, entre 2015 e 2021, a **proporção do trabalho no PIB³** apresentou uma tendência crescente, mais pronunciada entre 2019 e 2020 (3,1 p.p.).

Em termos regionais (NUTS II), a Área Metropolitana de Lisboa e o Norte são as regiões onde as **Remunerações** têm um peso superior no **VAB⁴** (58,4% e 56,3%, respetivamente, em 2020), acima do valor médio para o país (55,6%). A Região Autónoma dos Açores igualou o valor médio nacional e o Algarve (49,2%) situam-se no extremo oposto, apesar de terem registado dos crescimentos mais elevados entre 2015 e 2020.

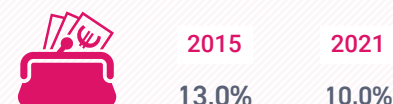
Em 2021, o Coeficiente de Gini⁵ do rendimento monetário líquido por adulto equivalente foi 32,0%, menos 1,0 p.p. em relação ao ano anterior e menos 1,9 p.p. em relação a 2015. A diferença entre os Coeficientes de Gini do rendimento monetário líquido (32,0% em 2021) e do rendimento monetário bruto (37,7% em 2021) constitui uma medida do contributo dos impostos sobre o rendimento e riqueza e das contribuições sociais para a mitigação da desigualdade económica.

Em 2021, o impacto da política fiscal e das contribuições sociais pagas pelos empregados na desigualdade foi de menos 5,7 p.p., o mais baixo desde 2015. Em síntese, a desigualdade económica diminuiu entre 2015 e 2021, apesar da diminuição do contributo dos impostos sobre o rendimento e riqueza e das contribuições sociais para a redução da desigualdade no período em análise.

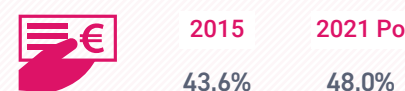
MÉDIA DO RENDIMENTO MONETÁRIO LÍQUIDO EQUIVALENTE



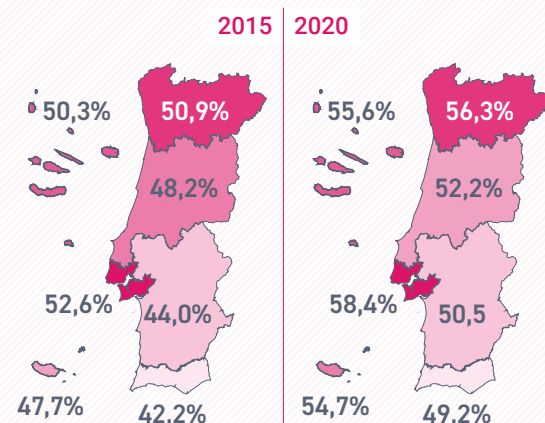
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM AGREGADOS COM RENDIMENTOS MONETÁRIOS LÍQUIDOS EQUIVALENTES INFERIORES A 50% DA MEDIANA



PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO PIB



REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO VALOR ACRESCENTADO BRUTO



Regulamentação financeira

A evolução da **solidez financeira** entre 2015 e 2020 foi, em geral, positiva, nomeadamente com uma diminuição do crédito malparado (o peso nos empréstimos totais brutos passou de 16,7% para 4,9%).

Migração e mobilidade

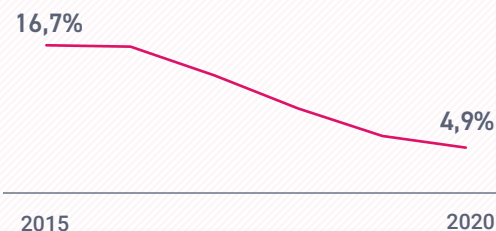
O indicador que avalia e facilita as **políticas de migração e a mobilidade de pessoas** ordenada, segura, regular e responsável melhorou no domínio das políticas para todo o governo e migração segura, ordenada e regular. Numa escala de 1 a 4 Portugal tem a classificação global, pela ONU e OCDE, de 3, "Cumprir".

O **custo das remessas de emigrantes** em proporção do valor remetido tem vindo a diminuir, embora o valor mínimo tenha sido registado em 2018.

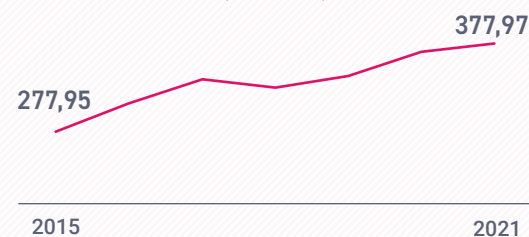
Cooperação internacional

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), Outros Fluxos Públicos (OFP) e subvenções privadas aumentaram entre 2015 e 2021. Contudo, o **investimento direto estrangeiro** passou de uma situação de saldo positivo entre 2015 e 2019, para saldo negativo em 2020, agravado em 2021.

PESO DO CRÉDITO MAL PARADO NOS EMPRÉSTIMOS TOTAIS BRUTOS



FLUXOS DE RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO, APD (DESEMBOLSOS LÍQUIDOS) (milhões €)



¹ Rendimentos monetários líquidos por adulto equivalente.

² Para além da taxa de risco de pobreza definida no âmbito da UE, que corresponde à proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento monetário líquido por adulto equivalente inferior a 60% da mediana da distribuição desses rendimentos, é possível obter indicadores complementares que permitem aferir sobre a dispersão da distribuição em torno da linha de pobreza. Um dos indicadores habitualmente calculados é a proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento monetário líquido por adulto equivalente inferior a 50% da mediana da distribuição desses rendimentos.

³ A proporção do trabalho no PIB corresponde ao rácio entre as remunerações dos empregados, somando uma estimativa das remunerações pelo trabalho dos trabalhadores por conta própria, e o Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes. A proporção da remuneração do trabalho na produção nacional pode evidenciar até que ponto o crescimento económico se traduz em remunerações mais altas para os trabalhadores ao longo do tempo.

⁴ Indicador *proxy* regional para proporção do trabalho no PIB.

⁵ Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento incluem ainda alguns indicadores de desigualdade económica, dos quais o Coeficiente de Gini é o mais abrangente, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais.

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Nas últimas décadas, o mundo tem tido um crescimento urbano sem precedentes. Cidades em todo o mundo confrontam-se com elevado crescimento populacional. Tanto o movimento rural como urbano e a reclassificação de regiões anteriormente não-urbanas estão a contribuir para o aumento das urbes e concentração da população.

A rápida urbanização trouxe enormes desafios. O crescente número e dimensão de bairros de lata, o aumento da poluição do ar, serviços básicos e infraestrutura inadequados, a par de expansão urbana não planeada, tornam as cidades mais vulneráveis a desastres.

Apesar dos inúmeros desafios que se coloca ao seu planeamento, a urbanização e dinâmica de organização social associada provou ser determinante na transformação do tecido económico e social dos países. As cidades oferecem economias de escala mais eficientes em muitos níveis, incluindo o fornecimento de bens, serviços e transporte.

Com um planeamento e uma gestão de risco sólidos e robustos, as cidades podem tornar-se incubadoras da inovação e crescimento e, em simultâneo, impulsionadoras e beneficiárias de um desenvolvimento mais sustentável.

11/15



indicadores com informação

8	Evolução no sentido desejável
2	Evolução no sentido contrário ao desejável
0	Sem alterações
1	Sem avaliação

Os indicadores atualmente disponíveis para o ODS 11 ainda não refletem integralmente os impactos da pandemia. Não obstante, a evolução desde 2015 foi maioritariamente positiva.

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação, a evolução da eficiência dos territórios artificializados *per capita*, a despesa pública em património cultural e a qualidade do ar (em termos de concentração média anual de partículas PM_{2,5} e PM₁₀) apresentaram-se favoráveis.

Em sentido contrário ao desejável, como anteriormente referido no ODS 1, a situação pandémica afetou o número de mortes atribuídas a catástrofes, que subiu significativamente em 2020. Também os resíduos urbanos recolhidos tiveram uma evolução desfavorável em 2020 face a 2015. A despesa privada em património, nomeadamente serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais interrompeu, em 2020, a anterior trajetória de crescimento, apresentando um decréscimo pronunciado.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
11.1.1	Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual	2021	○	○	
	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	2022	↓	↓	
	Taxa de privação severa das condições da habitação	2020			
11.3.1	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante	2018	↑	↑	
11.3.2	Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planeamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática	2022	↑	↑	
11.4.1	Despesa de consumo final das administrações públicas em serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais	2020	↑	↑	
	Despesa de consumo final das famílias e das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) em serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais				
11.5.1	Número de mortes atribuídas a catástrofes, por 100 mil habitantes	2020	↑	↑	
	Número de feridos ou doentes atribuídos a catástrofes por 100 mil habitantes				
11.6.1	Resíduos urbanos recolhidos	2020	↑	↓	
	Resíduos urbanos recolhidos <i>per capita</i>				
11.6.2	Concentração média anual de partículas PM _{2,5}	2021	↓	↓	
	Concentração média anual de partículas PM ₁₀				

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
<u>11.7.2</u>	Violência física e/ou sexual por parte de um parceiro ou não parceiro nos 12 meses anteriores à entrevista (Resposta: sim) - mulher	2012			
<u>11.a.1</u>	Países que têm políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que respondem à dinâmica populacional, asseguram um desenvolvimento territorial equilibrado, aumentam o espaço fiscal local	2020			
<u>11.b.1</u>	Pontuação de adoção e implementação de estratégias nacionais de redução de risco de catástrofes (RRC) em linha com o Quadro de Sendai	2020			
<u>11.b.2</u>	Proporção de governos locais que adotaram e implementaram estratégias locais de redução de risco de catástrofes em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de catástrofes	2020			
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)		Desempenho ascendente/descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19			

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Acesso a habitação

A **proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos** de residência habitual¹ (e.g., barraca, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado ou móvel) foi de 0,11% em 2021, evoluindo favoravelmente face aos valores registados nos Censos de 2011 (0,17%).

O Alentejo e Algarve registaram os valores mais elevados (0,38% e 0,33%, respetivamente). A Região Autónoma dos Açores (0,02%) e a Região Autónoma da Madeira (0,04%) foram as regiões que registaram proporções menores.

A **taxa de privação severa das condições da habitação**² foi de 4,7% em 2015 e 3,9% em 2020. Nesse ano, a Região Autónoma dos Açores foi a que registou uma taxa mais elevada (7,4%) e o Alentejo a menor taxa (2,2%).

A **taxa de sobrecarga das despesas em habitação**³ foi de 9,1% em 2015 e 5,0% em 2022. Nesse ano, o Algarve era a região com maior sobrecarga (9,1%), seguido da Área Metropolitana de Lisboa (6,6%). O Norte, a Região Autónoma da Madeira e o Centro foram as regiões com menor sobrecarga (3,9%, 4,1% e 4,2%, respetivamente).

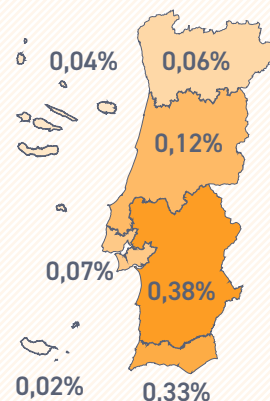
Urbanização sustentável

Em 2018, Portugal continental registou uma evolução de -5,0% da **eficiência dos territórios artificializados per capita**⁴, correspondente a um resultado normalizado para 10 anos (em 2015, este valor correspondia a -9,5%).

Ao nível regional, e face a 2015, destaca-se a evolução positiva observada para a Área Metropolitana de Lisboa (+1,8%), mantendo-se esta como a única região a assinalar um valor acima da média para o total do Continente. As restantes quatro regiões NUTS II do Continente mantinham em 2018 uma evolução negativa relativamente à eficiência dos territórios artificializados, registando a região do Alentejo o decréscimo mais expressivo neste indicador (-14,5%). De facto, entre 2015 e 2018, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, observou-se um aumento da superfície dos territórios artificializados *per capita* em Portugal continental e respetivas regiões NUTS II, que se deveu, essencialmente, a uma diminuição da população residente (-0,6%) e a um ligeiro aumento da superfície ocupada por territórios artificializados (+0,8%). Na Área Metropolitana de Lisboa observou-se uma ligeira diminuição da superfície dos territórios artificializados *per capita*, em resultado de um aumento da população residente (+1,2%), que superou o acréscimo verificado nos territórios artificializados (+0,8%).

A totalidade das cidades portuguesas tem uma **estrutura de participação direta da sociedade civil no planeamento e gestão urbana**, que opera de forma regular e democrática.

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALOJAMENTOS FAMILIARES NÃO CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL, 2021



TAXA DE SOBRECARGA DAS DESPESAS EM HABITAÇÃO

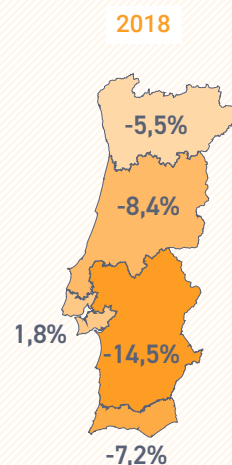


2015	2022
9,1%	5,0%

EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS PER CAPITA, NO CONTINENTE



2015	2018
-9,5%	-5,0%



Impacto ambiental

No ano de 2020 foram recolhidos em Portugal perto de 5,3 milhões de toneladas de **resíduos urbanos**⁵ (+10,8% relativamente a 2015, que registou perto de 4,8 milhões de toneladas).

As regiões que observaram maiores aumentos, acima do crescimento médio do país, foram o Centro e Área Metropolitana de Lisboa (ambas com 11,5%), seguindo-se a região Norte (11,4%) e a Região Autónoma da Madeira (11,2%). O Algarve destaca-se como a região com o menor crescimento (6,8%) nas quantidades de resíduos recolhidos no intervalo em análise (2020 em comparação a 2015).

A análise *per capita* revela que em 2020 a cada habitante correspondeu uma recolha de 513 kg de resíduos (+11,5% que em 2015). O Algarve liderou (848 kg *per capita*) observando valores acima da média do país, assim como a Região Autónoma dos Açores, o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa. O Centro foi a região com menor valor (466 kg *per capita*).

Entre 2015 e 2021, o valor de partículas $PM_{2,5}$ e de partículas PM_{10} ⁶ esteve sempre muito abaixo do valor limite, situando-se, em 2021, em 7 $\mu g/m^3$ e 14 $\mu g/m^3$, respetivamente (10 $\mu g/m^3$ e 20 $\mu g/m^3$ em 2015).

Planeamento

A UN Habitat compila e apresenta a *National Urban Policy Database*. Segundo esta, Portugal tem **políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional** que respondem à dinâmica populacional, asseguram um desenvolvimento territorial equilibrado e aumentam o espaço fiscal local.

Património cultural

A despesa de consumo final das administrações públicas em serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais registou uma tendência de crescimento entre 2015 e 2020 (aumento de 24,3%). Contrariamente, a despesa privada registou um crescimento pronunciado (90,9%) entre 2015 e 2019, tendo decrescido fortemente em 2020 (-72,9%), para valores substancialmente abaixo dos de 2015, sendo fortemente impactada pela pandemia. Com efeito, o consumo de produtos culturais pelas famílias foi significativamente afetado pelo encerramento, durante períodos mais ou menos prolongados, de vários equipamentos.

Resiliência

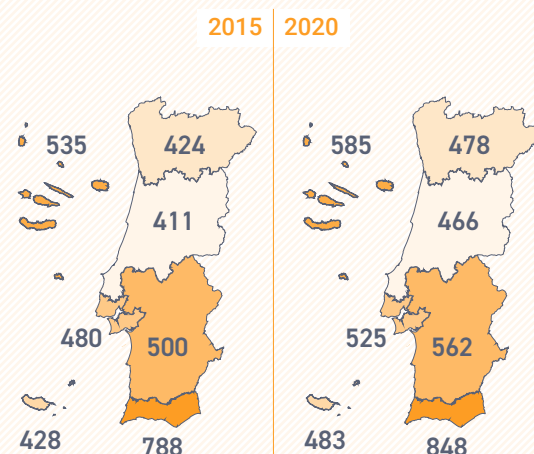
Os indicadores referentes a esta área são analisados no [ODS 13](#), que versa igualmente sobre esta temática.

RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS
(milhões de t)

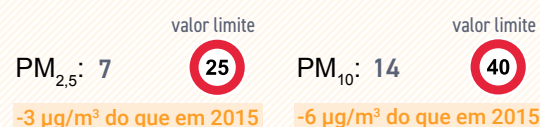


2015	2020
4,8	5,3

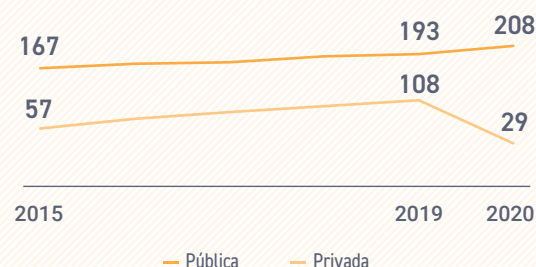
RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS, *PER CAPITA*
(kg)



CONCENTRAÇÃO MÉDIA ANUAL DE PARTÍCULAS, 2021
($\mu g/m^3$)



DESPESA DE CONSUMO FINAL EM SERVIÇOS
DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS
E OUTROS SERVIÇOS CULTURAIS
(milhões €)



¹ O indicador ODS global “11.1.1. Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação”, é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual”. O indicador que se apresenta permite aferir contextos urbanos com condições de habitação desfavoráveis, expostos a situações de desigualdade e exclusão, com efeitos para a saúde, segurança e conectividade do espaço público, colocando em causa a sustentabilidade urbana.

² A taxa de sobrecarga das despesas em habitação reflete a proporção da população que vive em agregados familiares cujos gastos em habitação (depois das transferências sociais relativas à mesma) representam 40% ou mais do rendimento disponível.

³ Condição da população residente que vive num espaço de habitação sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

⁴ O indicador “Rácio entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante”. Este indicador assume que a expansão sustentável das áreas urbanas deve seguir um modelo de incremento da densidade populacional, favorecendo padrões de mobilidade e economias de aglomeração mais eficientes. Assim, o crescimento desproporcionado da área artificializada face ao crescimento populacional coloca em causa a sustentabilidade do recurso solo.

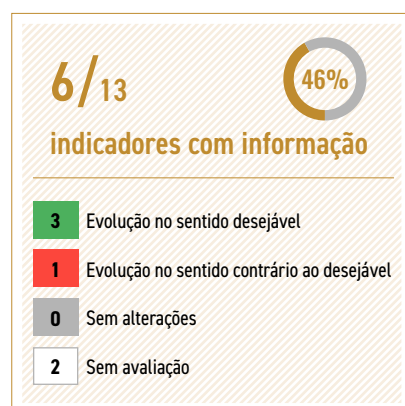
Este indicador avalia a evolução dos territórios artificializados – superfície de território destinada a atividades de intervenção humana que inclui áreas de tecido urbano, industriais, comerciais, de serviços, jardins ou parques urbanos, equipamentos culturais e de lazer, e as redes rodoviária e ferroviária – por habitante. Trata-se de um indicador *proxy* relativamente ao preconizado pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. É calculado conforme proposto pelo *Joint Research Centre* (JRC) com base na fórmula *Land Use Efficiency* (LUE) e estabelece uma variação média para um período de 10 anos (Corbane et al., 2017). Este indicador, divulgado no âmbito das Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo, considera informação proveniente da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS 2010, COS 2015 e COS 2018), com base na seleção da megaclasses “territórios artificializados”, excluindo as “áreas em construção”, e informação resultante das estimativas anuais de população residente para os anos correspondentes.

⁵ O indicador “11.6.1. Proporção de resíduos sólidos municipais coletados e geridos em instalações controladas no total de resíduos municipais gerados, por cidades” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Resíduos urbanos recolhidos”. A quantidade de resíduos urbanos produzidos é influenciada pela capacidade económica de consumir e pelos valores e hábitos de vida das diferentes comunidades e dos visitantes, não residentes. Promover a diminuição da geração de resíduos urbanos é essencial para reduzir os impactos ambientais intrínsecos à sua produção e às operações de gestão dos mesmos.

⁶ O indicador “11.6.2. Nível médio anual de partículas inaláveis (ex.: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)” é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* “Concentração média anual de partículas PM_{2,5} e PM₁₀”. As partículas inaláveis constituem um dos poluentes atmosféricos mais graves em termos de saúde pública. A exposição diária das pessoas a este poluente, sobretudo nas cidades, determinou o estabelecimento do valor limite anual de partículas suspensas com um diâmetro aerodinâmico inferior ou igual a 10 µm (PM₁₀) em 40 µg/m³. Para as partículas mais finas (PM_{2,5}, partículas inaláveis com diâmetro inferior a 2,5 µm) foi definido um valor de concentração média anual inferior ao valor limite de 25 µg/m³. Este indicador resulta da agregação dos dados relativos à pior situação registada em cada zona/aglomeração, tendo em conta a utilização de todas as estações existentes na zona com eficiência de medição.

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Tem como meta, até 2030, assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo. O consumo e a produção sustentáveis visam “fazer mais e melhor com menos”, promovendo a eficiência dos recursos e da energia, infraestruturas produtivas sustentáveis e acesso a serviços básicos, empregos verdes e adequados a uma melhor qualidade de vida para todos. Requer uma abordagem integrada e uma cooperação entre os diferentes agentes envolvidos na cadeia de distribuição, desde o produtor até ao consumidor final. A gestão eficiente dos recursos naturais e os processos de gestão dos resíduos (em particular os resíduos perigosos) são alvos importantes para atingir esse objetivo. Encorajar indústrias, empresas e consumidores a reduzir, reutilizar e reciclar é igualmente importante, assim como o apoio aos países em desenvolvimento para avançar com padrões de consumo mais sustentáveis até 2030.



As tendências relativas ao ODS 12 ainda não refletem totalmente os impactos da pandemia COVID-19. Desde 2015, a evolução foi maioritariamente positiva, mas deverá notar-se que este ODS tem uma disponibilidade relativamente baixa de indicadores, alguns dos quais com evoluções inconclusivas.

Salientam-se favoravelmente os progressos registados no consumo interno de materiais por unidade do PIB, tal como na pegada de material, que diminuíram em 2021, face a 2015. De igual modo, observa-se uma tendência favorável na proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (que, não obstante o decréscimo em 2020 face a 2019, se manteve acima dos valores de 2015).

Numa nota menos favorável, regista-se o aumento verificado entre 2015 e 2021 no consumo interno de materiais e no consumo interno de materiais *per capita*. A área dos resíduos perigosos regista igualmente um aumento, ilustrado pelo acréscimo de resíduos setoriais perigosos *per capita*, mas também pela tendência generalizada nos vários setores de atividade, nos quais se verificaram, em 2021, acréscimos de intensidade variável na geração destes resíduos.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
12.2.1	Pegada material	2020			
	Pegada material <i>per capita</i>		↓	↓	
	Pegada material por unidade de PIB				
12.2.2	Consumo interno de materiais	2021	↑	↑	
	Consumo interno de materiais <i>per capita</i>				
	Consumo interno de materiais por unidade do PIB		↓		
12.4.2	Proporção de resíduos setoriais perigosos	2021	↓	↑	
	Resíduos setoriais perigosos <i>per capita</i>		↑		
12.5.1	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem	2020	↑	↓	
12.7.1	Grau de implementação de políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis	2020	○	○	
12.b.1	Implementação de ferramentas standardizadas de contabilidade para monitorizar os aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade do turismo	2021	○	○	

O indicador evoluiu no sentido desejável
 O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável
 Sem alterações
 Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)
 Desempenho ascendente/descendente
 O indicador atingiu a meta
 Indicador impactado pela COVID-19

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Gestão sustentável e eficiente dos recursos naturais

A **pegada material**¹ em Portugal foi de 15,6 toneladas *per capita* em 2020, superior em 5,1% ao consumo interno de materiais *per capita* (14,9 toneladas). A pegada material da UE27 em 2020 foi de 13,7 toneladas *per capita* e 0,5% superior ao consumo interno de materiais (13,6 toneladas *per capita*). A pegada material *per capita* em Portugal e na UE27 registou uma tendência ascendente entre 2015 e 2019, interrompida em 2020 devido, principalmente, à pandemia.

Entre 2015 e 2021, o **consumo interno de materiais**² cresceu 1,2%, o que constitui uma evolução contrária ao desejável. Contudo, deverá referir-se que, nesse período, o PIB aumentou 7,9% em volume, configurando um aumento da **produtividade associada à utilização de materiais** (PIB/consumo interno de materiais).

Decorrente da pandemia COVID-19, registaram-se reduções mais acentuadas do consumo interno de materiais comparativamente ao decréscimo do PIB, pelo que o consumo interno de materiais por unidade de PIB diminuiu 2,2%, entre 2019 e 2020.

Em 2021, comparativamente a 2020, pelo contrário, o consumo interno de materiais aumentou 7,1% (+ 1,6 p.p. que o crescimento real do PIB), determinando um aumento de 1,6% do consumo interno de materiais por unidade de PIB, verificando-se um uso menos eficiente dos mesmos.

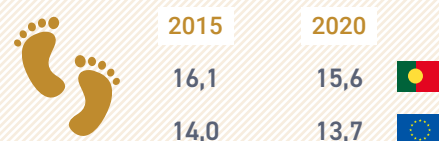
O **consumo interno de materiais *per capita*** agravou-se ligeiramente entre 2015 e 2021: de 15,6 para 15,9 toneladas *per capita*, tendo registado um valor máximo em 2017 (16,5 toneladas *per capita*). Comparativamente à UE27, Portugal apresentou, em toda a série, valores superiores de consumo interno de materiais *per capita* e um maior distanciamento em 2020.

Gestão sustentável de resíduos

Em 2015, 10,3% dos resíduos setoriais gerados eram perigosos. Em 2021 a percentagem baixou para 9,2%. Neste último ano, as operações de eliminação e de valorização absorveram, respetivamente, 73,3% e 26,7% dos resíduos perigosos. Os resíduos perigosos constituíram 2,9% do total dos resíduos valorizados (4,5% em 2015) e 48,3% do total dos resíduos remetidos para operações de eliminação (41,6% em 2015).

Entre 2015 e 2021, a quantidade de **resíduos setoriais perigosos gerados pelas atividades económicas**³ correspondeu a uma capitação média de 97,7 kg/ano (excluindo os veículos em fim-de-vida). Estima-se que, em 2020, a geração de **resíduos perigosos *per capita*** em Portugal tenha ascendido a 90,8 kg *per capita* e, em 2021, a 121,3 kg *per capita*. Em 2021 verificou-se uma tendência geral nos vários setores de atividade de acréscimos mais ou menos significativos na geração de resíduos perigosos, salientando-se os setores de gestão de resíduos e comércio e serviços com incrementos mais significativos.

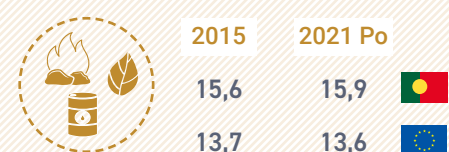
PEGADA MATERIAL PER CAPITA (t)



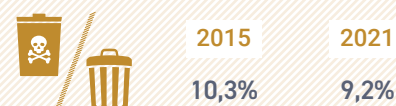
CONSUMO INTERNO DE MATERIAIS POR UNIDADE DO PIB (Kg/€)



CONSUMO INTERNO DE MATERIAIS PER CAPITA (t)



PROPORÇÃO DE RESÍDUOS SETORIAIS PERIGOSOS



RESÍDUOS SETORIAIS PERIGOSOS PER CAPITA (Kg)



A quantidade de **resíduos perigosos valorizados** em 2021 foi de 32,5 kg *per capita*, um aumento de 7,6% comparativamente a 2020 e uma diferença de -2,4 kg *per capita* face à média do período em análise (2015-2020), 34,9 kg *per capita*.

Em 2020, a **proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem**⁴ atingiu os 38,0%, apresentando assim uma reversão da trajetória ascendente registada desde 2015 e distanciando-se em 12 p.p. dos 50% definidos como objetivo para aquele ano. Tendo 2020 como momento de partida, o incremento médio anual nos próximos 5 anos terá de atingir 3,4 p.p., para que em 2025 corresponda à meta definida (55%).

Em termos regionais (NUTS II), o Alentejo registou a maior **taxa de reciclagem** (51,0%). No extremo oposto encontra-se a Região Autónoma da Madeira, com 19,0%. Entre 2015 e 2020, a generalidade das regiões apresentou progressos, com destaque para a Região Autónoma dos Açores, com um aumento mais pronunciado (+18,6 p.p.). O Centro foi a única região a registar uma redução (8,9 p.p.), de 54,2% para 45,3%.

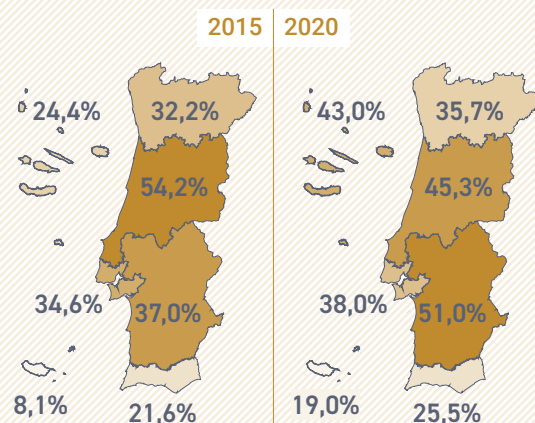
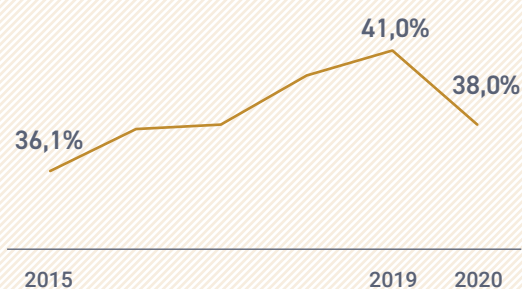
Contratação pública sustentável

A UNEP⁵ classificou o grau de implementação de **políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis** em 2020 como médio-alto.

Monitorizar a sustentabilidade do turismo

Portugal possui **ferramentas estandardizadas de contabilidade** para monitorizar os aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade do turismo, nomeadamente as contas satélite: Conta Satélite do Turismo, Conta das Emissões Atmosféricas e Conta de Fluxos Físicos de Energia.

PROPORÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS PREPARADOS PARA A REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM



FERRAMENTAS ESTANDARDIZADAS PARA MONITORIZAR ASPETOS ECONÓMICOS E AMBIENTAIS DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

- ✓ CONTA SATÉLITE DO TURISMO
- ✓ CONTA DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
- ✓ CONTA DE FLUXOS FÍSICOS DE ENERGIA



¹ A pegada material mede o peso dos materiais efetivamente consumidos numa economia, convertidos na “unidade primária” que está na origem dos diversos materiais consumidos, independentemente do grau de transformação com que as matérias-primas entram ou saem da economia. Os indicadores da Conta de Fluxos de Materiais (CFM) não fornecem uma imagem inteiramente consistente da pegada material, porque registam as importações e exportações no peso real dos bens comercializados, em vez do peso dos materiais extraídos para os produzir. Como tal, os indicadores da CFM, nomeadamente o Consumo Interno de Materiais (DMC na sigla inglesa, *Domestic Material Consumption*) (ver indicador 12.2.2), subestimam a pegada material. Para se ajustar esta diferença, o peso dos bens processados comercializados internacionalmente é convertido nas extrações correspondentes de matéria-prima que eles provocam e expressos no conceito “equivalentes de matérias-primas” (RME na sigla inglesa, de *Raw Material Equivalent*). Os RME são estimados através de um modelo criado pelo Eurostat.

² O DMC mede a quantidade total de materiais utilizada diretamente pela economia. A evolução do DMC é influenciada pela dinâmica das atividades fortemente consumidoras de materiais, como é sobretudo o caso da construção civil, mas também a produção de pasta de papel e a refinação de petróleo. Quando comparado com o PIB, permite avaliar se o crescimento económico é obtido através de um uso mais eficiente dos materiais extraídos do meio ambiente (desmaterialização) ou de uma utilização mais intensa de materiais.

³ O indicador “12.4.2. (a) Quantidade de resíduos perigosos gerados *per capita*; e (b) proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento” é avaliado pelos indicadores *proxys* “Resíduos setoriais perigosos *per capita* por tipo de resíduo (CER-Stat) e tipo de operação de gestão de resíduos” e “Proporção de resíduos setoriais perigosos por tipo de resíduo (CER-Stat) e tipo de operação de gestão de resíduos”. A geração de resíduos perigosos ocorre em todas as atividades humanas, inclusive nas habitações familiares, destacando-se, contudo, os setores da indústria transformadora como uma das principais origens. O perigo que tais resíduos representam para a saúde humana e preservação do ambiente exige um cuidado especial na operação e gestão (eliminação/valorização) dos mesmos. Atendendo à hierarquia de gestão de resíduos, é objetivo genérico que, sempre que viável, devem ser evitados e minimizados os volumes de resíduos conduzidos para operações de eliminação, perigosos ou não. É nesta medida que se torna relevante dispor de um indicador que permita analisar a evolução da geração de resíduos perigosos e identificar o seu destino.

⁴ Os objetivos e fundamentos subjacentes aos indicadores sobre resíduos perigosos setoriais referidos para os indicadores 12.4.2 são também aplicáveis a este indicador, nomeadamente o aumento da reciclagem para promoção da economia circular. O indicador “12.5.1. Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado” é avaliado pelo indicador *proxy* “Proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem”. A recente revisão da Diretiva Quadro dos Resíduos reprogramou as metas e determina que até 2025 a preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos deve aumentar para um mínimo de 55% em peso, até 2030 para 60% e até 2035 para 65%, prevendo também ajustamentos na formulação de cálculo de indicador.

⁵ Sigla inglesa referente ao UN Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

As mudanças climáticas são uma realidade atual, e já afetam, de alguma forma, todos os países, em todos os continentes, perturbando as economias nacionais, afetando vidas e gerando despesas às pessoas, comunidades e países, nos dias de hoje e, provavelmente, ainda mais no futuro. Estas mudanças climáticas refletem-se, por exemplo, nos padrões climáticos, no aumento do nível do mar, nas ocorrências meteorológicas extremas, nas emissões de gases de efeito de estufa e na subida da temperatura média no mundo, afetando, sobretudo, as pessoas mais pobres e vulneráveis.

Para enfrentar estas ameaças já existem algumas soluções acessíveis que permitem aos países um aumento dos esforços de adaptação e uma mudança para economias mais limpas e resilientes. Contudo, as alterações climáticas são desafios globais que não respeitam fronteiras, requerendo soluções que precisam de ser coordenadas ao nível internacional. Os países adotaram o Acordo de Paris em 2015, que será uma peça essencial para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável.

5/8

63%

indicadores com informação

- 3 Evolução no sentido desejável
- 1 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 1 Sem avaliação

A avaliação global de progresso em direção ao ODS 13 é maioritariamente favorável. Ainda que, de acordo com as estimativas provisórias para 2020, Portugal tenha reduzido as suas emissões de gases de efeito com estufa (GEE) em 1,5% desde 1990 e 32,9%, desde 2005, serão necessários mais progressos para cumprir a meta de redução de 55% (face a 2005) até 2030. Em 2020, o decréscimo das emissões de GEE foi acentuado, devido à situação pandémica que teve início nesse ano e que determinou um decréscimo da atividade económica e da circulação nos vários modos de transporte. Note-se que esta avaliação é baseada em progressos passados e não tem em conta desenvolvimentos posteriores a 2020. A situação pandémica condicionou o número de mortes atribuídas a catástrofes, que subiu significativamente em 2020. A pontuação atribuída a Portugal relativa à adoção e implementação da estratégia nacional de Redução do Risco de Catástrofes (RRC) em linha com o Quadro de Sendai tem aumentado desde 2015.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
13.1.1	Número de mortes atribuídas a catástrofes, por 100 mil habitantes	2020	↑	↑	
	Número de feridos ou doentes atribuídos a catástrofes por 100 mil habitantes				
13.1.2	Pontuação de adoção e implementação de estratégias nacionais de RRC em linha com o Quadro de Sendai	2020	↑	●	
13.1.3	Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de catástrofes em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de catástrofes	2020	↑	↑	Novo
13.2.2	Emissões totais de GEE, sem LULUCF, incluindo emissões indiretas de CO ₂	2020	↓	↓	
	Emissões totais de GEE, sem LULUCF, incluindo emissões indiretas de CO ₂ per capita				
	Emissões totais de GEE, com LULUCF, incluindo emissões indiretas de CO ₂				
13.a.1	Contribuição para o compromisso de 100 mil milhões de dólares em despesas relacionadas com o clima	2021	○	●	

● O indicador evoluiu no sentido desejável
 ● O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável
 ● Sem alterações
 ○ Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)

↑↓ Desempenho ascendente/descendente
 🎯 O indicador atingiu a meta
 🌐 Indicador impactado pela COVID-19

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Resiliência

O número de **mortes atribuídas a catástrofes** subiu significativamente em 2020, refletindo a situação pandémica causada pela COVID-19.

O **grau de adoção e implementação da estratégia nacional de Redução do Risco de Catástrofes¹ (RRC)** tem vindo a aumentar (pontuação² de 0,35 em 2015 e 0,9 em 2020).

A **proporção de municípios que adotaram e implementaram estratégias locais de RRC em linha com a estratégia nacional de RRC** era 2,3% em 2015 e aumentou para 11,7% em 2020.

Mitigação, adaptação e redução de impacto das alterações climáticas

Após a ratificação do Acordo de Paris, seguindo o compromisso da UE, Portugal estabeleceu como objetivo nacional atingir a neutralidade carbónica em 2050³, tendo definido como trajetória de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) face a 2005, de -45% a -55% até 2030, de -55% a -65% até 2040 e de -85% a -90% até 2050. A estimativa dos níveis das emissões de GEE é, portanto, um elemento importante para monitorizar os esforços levados a cabo para atingir este objetivo.

Em 2020, as **emissões de GEE**, incluindo as emissões indiretas de CO₂ e sem contabilização das emissões de alteração do uso do solo e florestas (LULUCF⁴ na sigla em inglês), foram estimadas em 57 586 kt CO₂ eq (63 624 kt CO₂ eq em 2019), revelando um decréscimo de 9,5% face ao ano anterior e um decréscimo de 1,5% face a 1990.

Realça-se, no entanto, que o decréscimo mais acentuado das emissões de GEE em 2020 foi promovido pela situação pandémica que teve início nesse ano e que determinou uma diminuição da atividade económica e da circulação dos vários modos de transporte. Relativamente a 2005, as estimativas de emissões apontam para um decréscimo de 32,9%, o que permitiu alcançar a meta definida no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020) de redução das emissões de GEE, incluindo emissões indiretas de CO₂ e sem contabilização de LULUCF, entre 18% e 23% em 2020. No entanto, o valor está longe ainda da meta nacional de redução dos GEE de 45% a 55% até 2030.

O nível de **emissões de GEE per capita**, incluindo as emissões indiretas de CO₂ e sem contabilização de LULUCF reduziu-se entre 2015 e 2020 (de 6,5 t CO₂ eq per capita para 5,6 t CO₂ eq per capita) à semelhança da evolução verificada na UE27 (de 8,2 t CO₂ eq per capita para 7,0 t CO₂ eq per capita) estando, contudo, abaixo dos valores médios observados na UE27.

Contabilizando o setor LULUCF, as emissões estimadas totalizaram 50 790 kt CO₂ eq (55 756 kt CO₂ eq em 2019), o que resultou num decréscimo de 8,9% face a 2019 (-7,9% no ano anterior). O aumento acentuado que se verificou em 2017, face a 2016, está relacionado com os incêndios florestais ocorridos nesse ano, situação ultrapassada em 2018, repondo o papel da floresta como um sumidouro⁵ de CO₂.

*Dados atualizados em 2023-08-22.

NÚMERO DE FERIDOS OU DOENTES ATRIBUÍDOS A CATÁSTROFES, POR 100 MIL HABITANTES



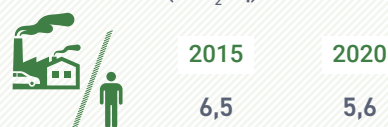
VARIAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE



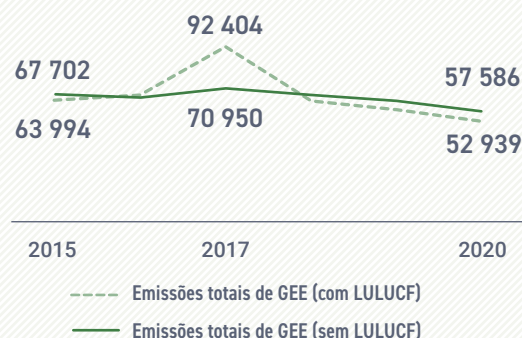
META NACIONAL PARA GEE



EMISSIONES DE GEE PER CAPITA (t CO₂ eq)



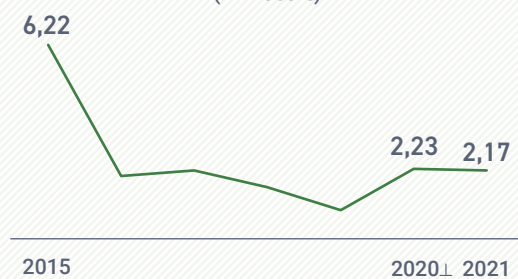
EMISSIONES TOTAIS DE GEE POR ANO, COM E SEM LULUCF (kt CO₂ eq)



Cooperação internacional

O contributo para o compromisso de 100 mil milhões de dólares em **despesas relacionadas com o clima** foi de 2,17 milhões € em 2021. Em 2015 esse contributo foi de 6,22 milhões €, o que se traduz numa evolução desfavorável deste indicador.

CONTRIBUIÇÃO PARA O COMPROMISSO DE 100 MIL MILHÕES DE DÓLARES EM DESPESAS RELACIONADAS COM O CLIMA
(milhões €)



¹ Portugal, de modo a dar cumprimento às recomendações do Quadro de Acção de *Hyogo*, constituiu formalmente, em 31.MAI.2010, a Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), no seio da Comissão Nacional de Proteção Civil.

² <http://www.preventionweb.net/documents/oiewg/Technical%20Collection%20of%20Concept%20Notes%20on%20Indicators.pdf>

³ A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) surgiu como resposta da comunidade internacional às evidências emergentes das alterações climáticas, tendo Portugal ratificado esta Convenção em 1994. O principal objetivo desta Convenção é “a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera num nível que permita prevenir interferências antropogénicas com o sistema climático”. O Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015, constitui o último passo levado a cabo pelas Nações Unidas no combate às alterações climáticas, estabelecendo novas diretrizes para o esforço global a partir de 2020. O objetivo central deste acordo é reforçar a resposta global à ameaça das alterações climáticas, assegurando que o aumento da temperatura média global fique abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura até 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Tendo este objetivo em vista, a União Europeia comprometeu-se em reduzir as emissões de GEE em 40% até 2030, face aos níveis de 1990, e a atingir a neutralidade carbónica até 2050.

⁴ O setor do uso do solo, alteração do uso do solo e florestas (sigla inglesa LULUCF para Land Use, Land-Use Change and Forestry) abrange a utilização de solos, árvores, plantas, biomassa e madeira. Tem a particularidade de não só emitir GEE, mas também ser capaz de absorver CO₂ a partir da atmosfera.

⁵ Sumidouro de CO₂ é a designação atribuída a lugares, atividades ou processos em que as quantidades de carbono (CO₂) absorvido são superiores às emissões.

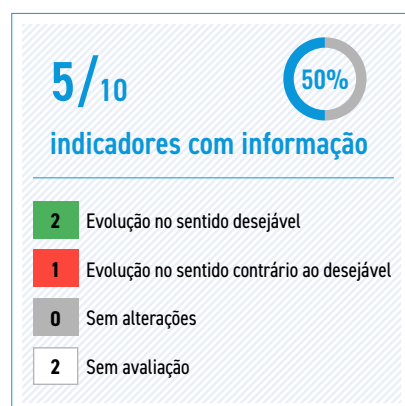
14 PROTEGER A VIDA MARINHA



Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Tendo em conta a dimensão e a localização geoestratégica do mar português, o acompanhamento da sustentabilidade do oceano por Portugal é considerado estratégico, pelo que o acompanhamento deste objetivo, que atualmente é assegurado através de indicadores prioritários, deverá ser reforçado por outros indicadores num futuro próximo.

A abordagem nacional aos desafios que a Agenda 2030 coloca no domínio do oceano segue a perspetiva da política marítima integrada. Assim, é determinante a aquisição de conhecimento sobre os processos oceânicos e a monitorização do seu estado ambiental, em particular dos níveis de poluição e de lixo marinho, mas também um ordenamento do espaço marítimo que garanta que as atividades humanas e económicas se desenvolvem de forma sustentável e em respeito pelos valores ambientais. Fazem parte desta abordagem a criação de áreas marinhas protegidas de dimensão adequada e uma pesca que garanta que as unidades populacionais de gestão pesqueira (*stocks*) sejam exploradas de forma sustentável.



Os dados disponíveis para o ODS 14 têm ainda um âmbito limitado, o que condiciona a avaliação global.

Portugal tem uma classificação máxima quanto ao grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. De igual modo, o indicador relativo ao grau de aplicação de um enquadramento legal/regulamentar/político/institucional que reconhece e protege o direito de acesso da pequena pesca registou um aumento.

Relativamente à gestão pesqueira, em 2022, pelo terceiro ano consecutivo, todos os *stocks* sujeitos as avaliações foram considerados sustentáveis. Em 2022, 2 dos 5 *stocks* com avaliação por precaução eram explorados de forma sustentável: raia-lenga e raia-lenga (MAR)¹. Na Região Autónoma da Madeira, em 2022, nos *stocks* sujeitos a avaliação analítica nacional, persistiu uma exploração não sustentável de carapau-negrão. Pelo contrário, o peixe-espada preto está a ser explorado de forma sustentável.

Numa nota menos positiva, é de referir que tem vindo a diminuir a proporção do investimento em I&D em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
14.4.1	Proporção de unidades populacionais de gestão pesqueira (<i>stocks</i>) com Avaliação Analítica (Categoria 1 do ICES) exploradas em águas nacionais ao nível do Rendimento Máximo Sustentável	2022	○	○	
	Proporção de unidades populacionais de gestão pesqueira (<i>stocks</i>) geridas segundo uma abordagem precaucional (Categoria 3 do ICES) e exploradas em águas nacionais ao nível de uma aproximação (<i>proxy</i>) do Rendimento Máximo Sustentável (MSY)				
	Proporção de unidades populacionais de gestão pesqueira (<i>stocks</i>) com avaliação numérica estritamente nacional e exploradas ao nível de uma aproximação (<i>proxy</i>) do Rendimento Máximo Sustentável (MSY)				
14.5.1	Proporção de áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional	2017	○	○	
14.6.1	Grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada	2022	●	●	
14.a.1	Proporção do investimento em serviços de I&D científico em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual	2020	↓	●	
14.b.1	Grau de aplicação de um enquadramento legal/regulamentar/político/institucional que reconhece e protege o direito de acesso da pequena pesca	2022	●	●	
● O indicador evoluiu no sentido desejável ● O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável ● Sem alterações ○ Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo) ↑↓ Desempenho ascendente / descendente 🎯 O indicador atingiu a meta 🌐 Indicador impactado pela COVID-19					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Gestão pesqueira (*stocks*²) dentro dos limites biológicos sustentáveis³

Stocks com avaliação analítica internacional⁴

Foram identificados sete *stocks* no Continente cujo estado de exploração foi mantido no período compreendido entre 2015 e 2017. Verificou-se que três em sete dos *stocks* eram explorados de forma sustentável, o que equivale a 43% dos *stocks* analisados.

Nos anos de 2018 e 2019, um dos sete *stocks*, o tamboril-preto, passou a ter uma avaliação baseada na aproximação de precaução. Dos restantes seis *stocks* sujeitos a avaliação analítica, quatro (67%) foram considerados como sujeitos a uma exploração sustentável.

Em 2020, a pescada passou a ter uma avaliação baseada na aproximação de precaução. Dos cinco *stocks* sujeitos a avaliação analítica, e após a revisão do ponto de referência (FMSY⁵) para a sardinha em 18 de junho de 2021, todos os *stocks* foram considerados como tendo uma exploração sustentável.

No ano de 2021, o tamboril-preto passou a ser avaliado com um método de avaliação analítico. Nesse ano, os seis *stocks* com avaliação analítica foram considerados como tendo uma exploração sustentável. Destes *stocks*, cinco foram avaliados segundo o "Rendimento Máximo Sustentável" (MSY na sigla inglesa) e o *stock* de sardinha segundo o Plano Plurianual de Gestão da Sardinha Ibérica (2021-2026), cuja regra de exploração foi avaliada pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM/ICES), que a considerou consistente com o critério de precaução do ICES, num cenário de baixa produtividade.

Em 2022, os sete *stocks* sujeitos a avaliação analítica foram considerados sustentáveis. Assim, e pelo terceiro ano consecutivo, todos os *stocks* sujeitos a avaliação analítica foram considerados sustentáveis, com a particularidade do seu número absoluto ter aumentado de 5 para 7 nestes três anos.

PROPORÇÃO DE UNIDADES POPULACIONAIS DE GESTÃO PESQUEIRA (*STOCKS*) COM AVALIAÇÃO ANALÍTICA (CATEGORIA 1 DO ICES), PARA O CONTINENTE E AÇORES

	2015 2016 2017	2018 2019	2020	2021	2022
Carapau					
Tamboril-preto					
Tamboril-branco					
Pescada					
Areeiro-de-quatro-manchas					
Areeiro					
Sardinha (*) (**)					

Legenda

-  Sustentável
-  Insustentável
-  Sobre-explorado
-  Sujeito a avaliação precaucional

Fonte: IPMA,I.P. e DOP - Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

A Localização geográfica: Eco-região Baía da Biscaia e Península Ibérica.

(*) 2020 - O aconselhamento do ICES sobre o *stock* ibérico de sardinha foi revisto e publicado a 18 junho de 2021.

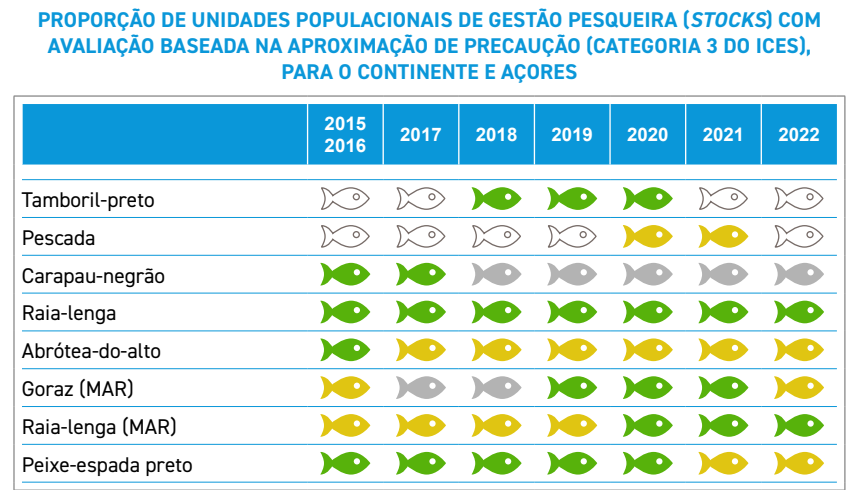
De acordo com a revisão, o *stock* passou a ser classificado como sustentável, uma vez que a mortalidade por pesca em 2020 é inferior ao valor de referência FMSY (ICES, 2021 - *The Workshop for the evaluation of the Iberian sardine HCR (WKSARHCR)*. ICES Scientific Reports. 3:49. 115 pp. <https://doi.org/10.17895/ices.pub.7926>).

(**) 2021 - Classificação atribuída em função do Plano Plurianual de Gestão para o *stock* da Sardinha Ibérica (2021-2026) adotado, cuja regra de exploração foi avaliada em 2021 pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM/ICES), que a considerou consistente com o critério de precaução do ICES, num cenário de baixa produtividade (ICES, 2021 - *The Workshop for the evaluation of the Iberian sardine HCR (WKSARHCR)*. ICES Scientific Reports. 3:49. 115 pp. <https://doi.org/10.17895/ices.pub.7926>).

✓ NO CONTINENTE E NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 2022, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, TODOS OS *STOCKS* SUJEITOS A AVALIAÇÃO ANALÍTICA INTERNACIONAL (CARAPAU, TAMBORIL-PRETO, TAMBORIL-BRANCO, PESCADA, AREEIRO-DE-QUATRO-MANCHAS, AREEIRO E SARDINHA) FORAM CONSIDERADOS SUSTENTÁVEIS

Stocks com avaliação por precaução⁶

Para esta avaliação foram selecionados oito *stocks* de peixe, uns que se incluem no Continente e outros no arquipélago dos Açores. Verificou-se que, em 2015 e 2016, dos seis *stocks* avaliados, quatro estavam a ser explorados de forma sustentável (67%). Em 2017 e 2018, a proporção de *stocks* explorados de forma sustentável foi 60% (3 em 5 *stocks*), em 2019, a proporção diminuiu para 67% (4 *stocks* de um total de 6), em 2020 foi de 71,4% (5 em 7 *stocks*), em 2021 foi de 50% (3 em 6 *stocks*) e em 2022 foi de 40% (2 em 5 *stocks*).



Fonte: IPMA,I.P. e DOP - Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.
Localização geográfica: Eco-região Baía da Biscaia e Península Ibérica; Açores e Nordeste Atlântico.

Stocks com avaliação analítica nacional

Para a Região Autónoma da Madeira foram avaliados quatro *stocks* de recursos marinhos no período entre 2015 e 2018. Em 2019 não foi possível efetuar uma avaliação destes recursos, mas foi avaliado o *stock* de caramujo. Em 2020 e 2021 foram novamente avaliados os mesmos *stocks*. Em 2022 foi adicionado um novo *stock*, referente ao peixe-espada preto, espécie de grande importância para a pesca da Região. Outros indicadores analisados (desembarques e estrutura etária da população) também sugerem, em todas as espécies, mesmo as não avaliadas neste ano, a não existência de alterações significativas no estado de exploração destes recursos relativamente aos anos anteriores.

Assim, em 2022 foi efetuada uma avaliação analítica do estado de exploração do carapau negrão (*Trachurus picturatus*) e do peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*). Uma vez mais a avaliação do carapau-negrão demonstrou a persistência de uma exploração superior ao nível do *proxy* do MSY utilizado (F0,1). Está em curso o processo de abate de uma das três embarcações que se dedicam à pesca de pequenos pelágicos, procurando incrementar a sustentabilidade da exploração deste recurso na Região Autónoma da Madeira.

Pelo contrário, a avaliação efetuada ao peixe-espada preto, baseada na evolução das capturas, revelou que o recurso se encontra a ser explorado de forma sustentável.

✓ NO CONTINENTE E NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 2022, 2 EM 5 STOCKS COM AVALIAÇÃO POR PRECAUÇÃO ERAM EXPLORADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL: RAIÁ-LENGA E RAIÁ-LENGA (MAR)

✓ NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, EM 2022, NOS STOCKS SUJEITOS A AVALIAÇÃO ANALÍTICA NACIONAL, PERSISTIU UMA EXPLORAÇÃO NÃO SUSTENTÁVEL DE CAPAPAU-NEGRÃO. PELO CONTRÁRIO, O PEIXE-ESPADA PRETO ESTÁ A SER EXPLORADO DE FORMA SUSTENTÁVEL

A cavala (*Scomber colias*), as lapas (*Patella aspera* e *Patella ordinaria*) e o caramujo (*Phorcus sauciatus*) não foram avaliados em 2022, não havendo, no entanto, qualquer indício de que a sua situação se tenha alterado.

PROPORÇÃO DE UNIDADES POPULACIONAIS DE GESTÃO PESQUEIRA (STOCKS) COM AVALIAÇÃO ANALÍTICA ESTRITAMENTE NACIONAL (CATEGORIA 3 DO ICES), PARA A MADEIRA

	2015 2016 2017 2018	2019	2020 2021	2022
Carapau-negrão				
Cavala				
Lapa branca(<i>Patella aspera</i>)				
Lapa preta (<i>Patella ordinaria</i>)				
Caramujo				
Peixe-espada preto				

Fonte: Direção Regional do Mar da Madeira
Localização geográfica: Madeira

Legenda

Sustentável

Insustentável

Ano sem resultados

Conservar zonas costeiras e marinhas

A proporção de áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional é de 7%.

I&D

A importância relativa do investimento em serviços de I&D científico em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual⁷ registou uma evolução descendente, de 2,1% em 2016 e 2017 para 1,9% em 2019 e 2020. Como referência, em 2020, a proporção do investimento em produtos de propriedade intelectual na agricultura, silvicultura e pesca foi de 1,9, na produção e distribuição de eletricidade, gás e frio foi de 1,5% e no total da indústria transformadora foi de 11,8%.

Cooperação internacional

O grau de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada foi classificado como 5, o mais alto.

O nível de implementação do enquadramento legal/regulamentar/político/institucional que reconhece e protege o direito de acesso da pequena pesca foi classificado como 4, numa escala de 1 a 5.

PROPORÇÃO DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS RELATIVAMENTE À ÁREA MARÍTIMA SOB JURISDIÇÃO NACIONAL



2015

7%

PROPORÇÃO DO INVESTIMENTO EM SERVIÇOS DE I&D CIENTÍFICO EM TECNOLOGIA MARINHA NO TOTAL DE INVESTIMENTO EM PRODUTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL



2020 Po

1,9%

✓ PORTUGAL TEM UMA CLASSIFICAÇÃO MÁXIMA NO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DESTINADOS AO COMBATE DA PESCA ILEGAL, NÃO DECLARADA E NÃO REGULAMENTADA

✓ PORTUGAL REGISTOU UM AUMENTO E APROXIMA-SE DA CLASSIFICAÇÃO MÁXIMA NO GRAU DE APLICAÇÃO DE UM ENQUADRAMENTO LEGAL/REGULAMENTAR/POLÍTICO/INSTITUCIONAL QUE RECONHECE E PROTEGE O DIREITO DE ACESSO DA PEQUENA PESCA

¹ A designação MAR (ex.: Goraz (MAR)/*Red seabream* (MAR)) serve para distinguir o *stock* oceânico do *stock* costeiro de uma determinada espécie. Esta designação foi inicialmente usada para distinguir entre o *stock* de Raia-lenga (i.e. *Raja clavata*) dos Açores e Ecoregião oceânica do Nordeste Atlântico (i.e. oceânico) e o *stock* da mesma espécie que ocorre ao largo da Península Ibérica (i.e. costeiro).

² A avaliação do estado de exploração dos *stocks* pesqueiros, implica o conhecimento da condição do recurso pesqueiro, bem como do nível sustentável de exploração. Para tal, é necessário dispor-se de fundamentação científica, recorrendo-se à monitorização periódica da exploração através de cruzeiros de investigação e embarcações comerciais. Os resultados têm por base frequentemente modelos matemáticos que suportam as previsões sobre a resposta a alterações do esforço de pesca. Em Portugal, a informação disponibilizada pelo indicador 14.4.1 envolveu diversas entidades, nomeadamente o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, a Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM) dos Açores e a Direção Regional do Mar (DRM) da Madeira.

³ A resposta nacional ao indicador 14.4.1 Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira (*stocks*) dentro de limites biológicos sustentáveis resulta da conjugação de três subindicadores, definidos em função da informação disponível sobre os *stocks*. Estes, por sua vez, foram selecionados pela importância económica e pela representatividade da fração atribuída a Portugal. Os dois subindicadores definidos para monitorizar os *stocks* representativos da Zona Económica Exclusiva (ZEE) adjacente ao Continente e à Região Autónoma dos Açores baseiam-se na avaliação realizada pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (vulgarmente conhecido por ICES). A análise relativa aos *stocks* das águas adjacentes à Região Autónoma da Madeira, por estarem fora da área de estudo do ICES, teve por base uma avaliação analítica estritamente nacional.

⁴ No caso de *stocks* com avaliação analítica (categoria 1 do ICES), em que são utilizados dados de capturas e dados biológicos de crescimento e reprodução, o indicador utilizado corresponde à proporção de *stocks* explorados ao nível do Rendimento Máximo Sustentável (conhecido pela sigla inglesa MSY - *Maximum Sustainable Yield*).

⁵ O FMSY é um ponto de referência biológico para a gestão das pescas. É a pressão da pesca que dá o rendimento máximo sustentável a longo prazo. No passado, a sobrepesca tem sido uma característica comum na maioria das zonas marítimas. A sobrepesca significa que a pressão de pesca é mais elevada do que a FMSY.

⁶ Quando a informação disponível é insuficiente para se proceder a avaliação analítica, o ICES realiza uma avaliação baseada na aproximação de precaução (categoria 3 do ICES). No caso destes *stocks*, o indicador proposto corresponde à proporção de *stocks* explorados ao nível do *proxy* do MSY.

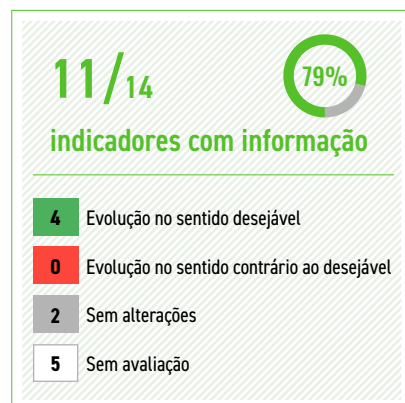
⁷ O indicador "14.a.1. Percentagem do orçamento total para a investigação atribuída à área da tecnologia marinha", é avaliado nacionalmente pelo indicador *proxy* "Proporção do investimento em serviços de I&D científico em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual". Em Portugal foi definido como o rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em investigação e desenvolvimento científicos da Conta Satélite do Mar e a FBCF em produtos de propriedade intelectual das Contas Nacionais Portuguesas.

15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE



Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

A vida humana depende tanto da terra quanto do oceano para a nossa subsistência sustentável. Os serviços fornecidos pelos ecossistemas terrestres oferecem muitos benefícios para a sociedade, incluindo espaços de recreação, recursos naturais, ar de boa qualidade e água potável, bem como proteção contra desastres naturais e mitigação das alterações climáticas. Em particular, as florestas representam uma área substancial da superfície terrestre (mais de 30% a nível nacional), cumprindo inúmeras funções vitais para a humanidade, incluindo o fornecimento de bens (madeira e outros produtos florestais) e serviços como *habitats* para a biodiversidade, sequestro de carbono, proteção costeira e conservação do solo e da água. Este Objetivo de Desenvolvimento Sustentável visa conservar e restaurar o uso destes ecossistemas terrestres.



Os dados disponíveis para o ODS 15 têm uma atualidade limitada, o que condiciona a avaliação global, mas a informação para os indicadores suscetíveis de avaliação do progresso desde 2015 é maioritariamente favorável. Portugal encontra-se entre os países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios; dispondo de legislação nacional relevante e afetando recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras. O país detém uma Estratégia e Plano de Ação Nacional no domínio da Biodiversidade (EPANB), tendo estabelecido metas nacionais de acordo com a Meta 2 de Biodiversidade de Aichi, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. Os valores de biodiversidade encontram-se integrados nos sistemas de contas nacionais, definidos com a implementação do Sistema de Contas Económicas do Ambiente (SCEA). A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) destinada à biodiversidade registou uma tendência favorável.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
15.1.1	Proporção da superfície florestal	2015	○	○	
15.1.2	Proporção de superfície das áreas classificadas	2021	●	●	
15.2.1	Progressos para a gestão florestal sustentável	2020	○	○	
15.3.1	Proporção do território com solos degradados	2010	○	○	
15.4.1	Proporção de superfície das áreas classificadas	2021	●	●	
15.4.2	Grau de coberto vegetal por classes de montanha	2015	○	○	
15.6.1	Países que são Partes contratantes no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (PGRFA) (1 = sim; 0 = não)	2021	●	●	🎯
	Países que são partes no Protocolo de Nagoia (1 = sim; 0 = não)			○	🎯
	Países que possuem ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas reportadas pelo Sistema de Relatórios Online sobre Conformidade do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (PGRFA) (1 = sim; 0 = não)		●	●	
	Países que possuem ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas reportadas à Câmara de Compensação de acesso e partilha dos benefícios (1 = sim; 0 = não)		●	●	🎯
	Número total reportado de acordos-tipo de transferência de material (SMTAs) que transferem recursos genéticos vegetais para alimentação e agricultura para o país	2022		●	

continua

continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
15.8.1	Legislação, regulamentação, lei relacionada com a prevenção da introdução e gestão de espécies exóticas invasoras	2020			
	A Estratégia e Plano de Acção Nacional no domínio da Biodiversidade (EPANB) almeja o alinhamento com a meta 9 de Biodiversidade de Aichi definida no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020	2020			
	Países com uma alocação no orçamento nacional para gerir a ameaça das espécies exóticas invasoras	2020			
15.9.1	Países que estabeleceram metas nacionais de acordo com a Meta 2 de Biodiversidade de Aichi, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, na sua estratégia e planos de ação nacionais para a biodiversidade	2021			
	Países com valores de biodiversidade integrados nos sistemas nacionais de contas e relatórios, definidos como a implementação do Sistema de Contas Económicas do Ambiente	2021			
15.a.1	Total APD marcador Biodiversidade (desembolsos brutos)	2021			
15.b.1	Total APD marcador Biodiversidade (desembolsos brutos)	2021			
	Total APD para Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) série 312 (silvicultura) (compromissos)				
O indicador evoluiu no sentido desejável		Desempenho ascendente/descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19			
O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável					
Sem alterações					
Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Florestas

A **superfície florestal**¹ em Portugal representava 36,1% da superfície geográfica nacional em 2015 (3 030 mil hectares). A região com maior proporção de superfície florestal era o Alentejo, com 42,2%. A região com menor área florestal foi a Área Metropolitana de Lisboa, com 22,0%.

A proporção de superfície das **áreas classificadas** é de 22,6% desde 2015. Em 2021, a região com maior percentagem é a Região Autónoma da Madeira (59,6%). O Centro é a região com menor proporção de áreas classificadas (15,6%).

A proporção da área florestal com **plano de gestão de longo prazo** era de 26,7% em 2015. A proporção da área florestal dentro de **áreas protegidas legalmente estabelecidas** era, em 2015, de 18,6%. A **taxa de variação anual da área florestal**, calculada para o período 2010-2020, tem sido de 0,18%.

Solo

A **proporção do território com solos degradados** era de 32,2% no período 2000-2015.

Montanha

Em 2015 o grau de **coberto vegetal**² por classes de montanha era de 91,9%.

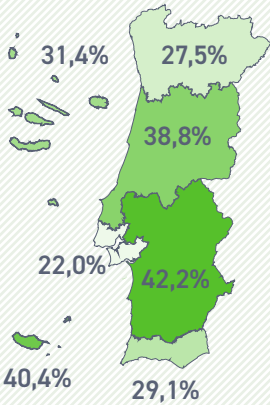
Acordos internacionais

Em observância da meta 15.6, e de acordo com a avaliação das agências internacionais relevantes³, Portugal promove a partilha justa e equitativa de benefícios do uso de **recursos fitogenéticos**.

O quadro nacional está alinhado com os **acordos internacionais dos quais Portugal é Parte contratante**, nomeadamente: o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (PGRFA) e o Protocolo de Nagoia⁴.

Considera-se, assim, que Portugal possui **ferramentas ou medidas legislativas, administrativas e políticas** reportadas à Câmara de Compensação de acesso e partilha dos benefícios resultantes do uso de recursos fitogenéticos. Estas ferramentas são igualmente reportadas pelo Sistema de Relatórios sobre Conformidade face ao PGRFA, gerido pela Food and Agriculture Organization (FAO). Salienta-se, nesse contexto, que o número total reportado de acordos-tipo de transferência de material (SMTAs) que transferem recursos genéticos vegetais para alimentação e agricultura para o país passou de 256 em 2015 para 726 em 2022.

PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE FLORESTAL, 2015



PROPORÇÃO DO TERRITÓRIO COM SOLOS DEGRADADOS, 2000-2015

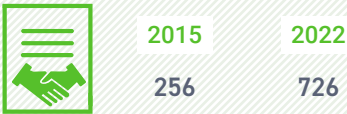


GRAU DE COBERTO VEGETAL POR CLASSES DE MONTANHA, 2015



✓ PARTILHA JUSTA E EQUITATIVA DE BENEFÍCIOS DO USO DE RECURSOS FITOGENÉTICOS

NÚMERO DE ACORDOS-TIPO DE TRANSFERÊNCIA DE MATERIAL (SMTAs)



Na dimensão da biodiversidade, Portugal tem uma avaliação igualmente favorável, por dispor de legislação, regulamentação e leis relacionadas com a **prevenção da introdução e gestão de espécies exóticas invasoras**.

A Estratégia e Plano de Ação Nacional no domínio da Biodiversidade (EPANB) almeja o **alinhamento com a Meta 9 de Biodiversidade de Aichi** definida no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. No período em análise, Portugal demonstrou um progresso favorável ao passar a dispor de alocação no orçamento nacional para gerir a ameaça de espécies exóticas invasoras (em 2015 não tinha).

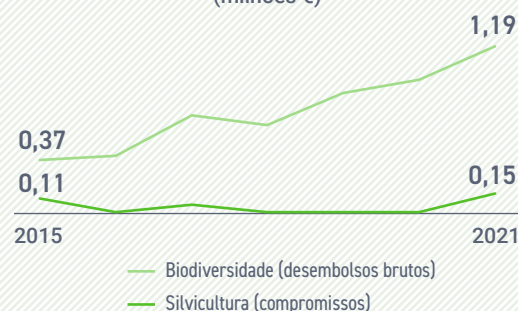
Portugal estabeleceu ainda **metas nacionais de acordo com a Meta 2 de Biodiversidade de Aichi**, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, na sua estratégia e planos de ação nacionais para a biodiversidade. Nesse âmbito, tem valores relativos à biodiversidade integrados nos sistemas nacionais de contas e relatórios, definidos como a implementação do Sistema de Contas Económicas do Ambiente (SCEA).

Cooperação internacional

A **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) destinada ao apoio à Biodiversidade** (desembolsos brutos) passou de 0,37 milhões € em 2015 para 1,19 milhões € em 2021. A **APD destinada a silvicultura** (compromissos) passou de 0,11 milhões € em 2015 para 0,15 milhões € em 2021. Note-se, porém, que não apresentou valores entre 2018 e 2020.

- ✓ **LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E LEIS RELACIONADAS COM A PREVENÇÃO DA INTRODUÇÃO E GESTÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS**
- ✓ **ALOCAÇÃO NO ORÇAMENTO NACIONAL PARA GERIR A AMEAÇA DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS**
- ✓ **METAS NACIONAIS DE ACORDO COM A META 2 DE BIODIVERSIDADE DE AICHI**

APD PARA APOIO À BIODIVERSIDADE E À SILVICULTURA
(milhões €)



¹ Entende-se por floresta um terreno onde se verifica a presença de árvores florestais que tenham atingido ou que, pelas suas características ou forma de exploração, venham a atingir uma altura superior a 5 m e cujo grau de coberto (definido pela razão entre a área da projeção horizontal das copas das árvores e a área total da superfície de terreno) seja maior ou igual a 10%.

² Utilizam-se como variável do coberto vegetal as classes de floresta, matos, pastagens e agricultura do Inventário Florestal Nacional (IFN).

³ Convention on Biological Diversity (CBD) Secretariat, United Nations Environment Programme (UNEP) e Food and Agriculture Organisation (FAO).

⁴ Foi através da implementação do Protocolo de Nagoia (Japão) em 2010, que se estabeleceu a forma de funcionamento para o Acesso e Partilha de Benefícios decorrentes da utilização de Recursos Genéticos (*Access and Benefit Sharing*). (fonte: <https://www.anseme.pt/conservacao-de-recursos-geneticos/convencao-sobre-a-diversidade-biologica/protocolo-de-nagoya.html>).

Portugal, bem como os restantes membros da União Europeia é parte integrante do Protocolo de Nagoia, que entrou em vigor em Outubro de 2014, através do Regulamento (UE) n.º 511/2014. O Decreto-Lei n.º 122/2017, de 21 de setembro, garante o cumprimento do Protocolo de Nagoia, relativo ao acesso aos recursos genéticos, assegurando a execução do Regulamento (UE) n.º 511/2014 (<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/122-2017-108192977>).



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

Este objetivo visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, baseadas no respeito pelos direitos humanos e pela proteção aos mais vulneráveis, garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, bem como construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

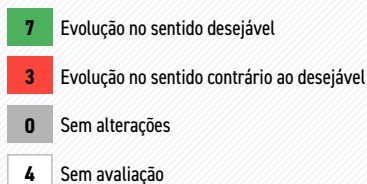
O progresso em prol das metas do ODS 16 é avaliado em várias dimensões. Destacam-se neste âmbito: a evolução da criminalidade e perceção de segurança; os enquadramentos vigentes e progressos relativos ao Estado de Direito e acesso público à informação; bem como o desempenho nacional a nível de participação plena e igualdade de género, direitos humanos e funcionamento das instituições públicas.



14/24



indicadores com informação



A maioria dos indicadores do ODS 16 apresentaram tendências favoráveis face a 2015. As mortes causadas por homicídio diminuíram, tal como o índice de perceção da corrupção, que decresceu ligeiramente. O número de mulheres dirigentes no setor da Administração Pública e mulheres eleitas para a Assembleia da República aumentou face a 2015, tendo-se registado, no entanto, um decréscimo de 4,5% entre as eleições de 2022 e 2019. Regista-se ainda o aumento no número de armas de fogo apreendidas, entregues/recuperadas pela polícia, mais do que duplicando entre 2015 e 2021.

Contrariamente à evolução desejável, observa-se um aumento da proporção de reclusos preventivos (de forma significativa em 2020). De igual modo, entre 2015 e 2021, o número de crimes de tráfico de pessoas aumentou. Note-se, porém, que em 2020, em contexto de pandemia, esse número caiu para quase metade em relação ao ano anterior. A proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer diminuiu.

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
16.1.1	Crimes de homicídio voluntário consumado	2021	↓	↑	
16.1.4	Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer	2020	↑	↑	
16.2.2	Crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais	2021	↑	↑	
16.2.3	Proporção de mulheres vítimas de violência física e/ou sexual perpetrada por companheiro ou terceira pessoa desde os 15 anos de idade	2020	○	○	
16.3.2	Proporção de reclusos preventivos existentes em 31 de dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns	2021	↑	↓	
16.4.2	Armas de fogo apreendidas, entregues/recuperadas pelas autoridades policiais no âmbito de ações de prevenção e fiscalização	2020	↑	↓	
16.5.1	Índice de perceção da corrupção	2021	↓	↑	
16.7.1	Indivíduos eleitos para a assembleia da república, por sexo	2022	↑	↓	
	Dirigentes no setor das administrações públicas, por sexo	2021		↑	
16.8.1	Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais	2021	○	○	
16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil	2020	↑	↑	
16.10.1	Número de casos de homicídio de defensores de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas - Mundo	2021	○	○	
16.10.2	Número de países que adotaram e implementaram garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação	2022	↓	↓	
16.a.1	Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris	2021	●	●	
16.b.1	Proporção da população que reportou sofrer qualquer tipo de assédio sexual desde a idade de 15 anos	2012	○	○	
O indicador evoluiu no sentido desejável O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável Sem alterações Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)		Desempenho ascendente / descendente O indicador atingiu a meta Indicador impactado pela COVID-19			

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Reduzir a violência

Entre 2015 e 2021, os crimes de homicídio voluntário consumado passaram de 100 para 82.

A proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer diminuiu de 85,5% em 2016 para 82,8% em 2020.

Tráfico de pessoas

Os crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais aumentaram de 53 em 2015 para 80 em 2021. Note-se que o número de crimes de tráfico de pessoas em 2020 foi 41, em virtude da pandemia e das limitações à circulação. O Alentejo foi a região com maior número de ocorrências registadas (17 em 2021).

Estado de direito

No final de 2021, a proporção de reclusos preventivos nos estabelecimentos prisionais comuns era de 18,5%, mais elevada que em 2015 (16,2%). Note-se que este aumento se deve a uma diminuição do total de reclusos (-18,5%) superior à observada no número de reclusos preventivos (-6,7%). Com efeito, a Lei n.º 9/2020 estabeleceu o Regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19.

Fluxos de armas e crime organizado

As armas de fogo apreendidas e entregues/recuperadas pelas autoridades policiais no âmbito de ações de prevenção e fiscalização observou um aumento de 132% entre 2015 e 2021, determinado pelo aumento nas armas do fogo entregues/recuperadas, uma vez que as armas de fogo apreendidas registaram uma redução entre 2021 e 2015 (-0,8%).

Corrupção

O índice de perceção da corrupção diminuiu ligeiramente, de 64 em 2015 para 62 em 2022.

CRIMES DE HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO CONSUMADO (N.º)



2015	2021 Po
100	82

PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE SE SENTEM SEGURAS QUANDO PASSEIAM SOZINHAS DEPOIS DE ESCURECER



2016	2020
85,5%	82,8%

CRIMES DE TRÁFICO DE PESSOAS REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS (N.º)



2015	2021
53	80

PROPORÇÃO DE RECLUSOS PREVENTIVOS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS COMUNS



2015	2021 Po
16,2%	18,5%

ARMAS DE FOGO APREENDIDAS, ENTREGUES/RECUPERADAS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS NO ÂMBITO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO (N.º)



2015	2021
13 245	30 728

ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO



2015	2022
64	62

Identidade legal

100% das crianças portuguesas com menos de 5 anos tem **registo de nascimento** numa autoridade de registo civil.



crianças portuguesas
com registo de nascimento

Acesso a informação

Em 1993 Portugal adotou e implementou garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para **acesso público à informação**.



garantias para
acesso público à informação

Participação plena e efetiva e igualdade de oportunidades

Os indicadores referentes a esta área são analisados no ODS 5, que versa igualmente sobre esta temática.

Cooperação internacional

O Provedor de Justiça é, desde 1999, reconhecido como **Instituição Nacional de Direitos Humanos** portuguesa, acreditada com estatuto A, em plena conformidade com os Princípios de Paris das Nações Unidas, adotados pela resolução 48/134 da Assembleia Geral, de 20 de dezembro de 1993.

✓ INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS,
DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE PARIS



Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável necessita de parcerias entre os governos, o setor privado e a sociedade civil para ser bem-sucedido. Estas parcerias, que devem ser baseadas em princípios, valores e numa visão e objetivos compartilhados que se centrem nas pessoas e no planeta, são necessárias a vários níveis: global, nacional, regional e local.

Para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável torna-se fundamental mobilizar, flexibilizar e redirecionar recursos privados, incluindo investimentos estrangeiros, em setores críticos tais como energia sustentável, infraestruturas e transportes, bem como tecnologias de informação e comunicação. Caberá ao setor público a criação, revisão e manutenção de quadros de monitorização, regulamentos e regras, e estruturas de incentivos que possibilitem tais financiamentos, de modo a criar as condições atrativas de investimentos e reforçar o desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, deverão ser fortalecidos os mecanismos nacionais de supervisão, tais como as instituições de auditoria e as funções de supervisão das legislaturas.



15/24



indicadores com informação

- 11 Evolução no sentido desejável
- 2 Evolução no sentido contrário ao desejável
- 0 Sem alterações
- 2 Sem avaliação

Os desenvolvimentos relativamente ao ODS 17 foram maioritariamente positivos. A carga fiscal e a percentagem do Orçamento do Estado financiado por impostos registaram tendências favoráveis (no contexto da meta 17.1, a tendência ascendente é favorável na medida em que se pretende melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita). Os indicadores relacionados com digitalização também apresentam uma evolução favorável, com um aumento dos acessos à Internet de banda larga em local fixo e da percentagem de adultos que utilizam Internet.

O total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e a proporção de APD no Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou. A APD para fortalecimento da capacidade estatística nos países em desenvolvimento registou um ligeiro decréscimo, condicionado pela suspensão de atividades presenciais durante a pandemia COVID-19. Com uma evolução menos positiva, refira-se a diminuição do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o peso das remessas dos emigrantes e imigrantes no Produto Interno Bruto (PIB).

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
17.1.1	Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (Carga fiscal)	2021	↑	↑	
17.1.2	Percentagem do Orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente	2023	↑	↑	
17.2.1	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) como proporção do rendimento nacional bruto (RNB)	2021	↑	●	
	Ajuda Pública ao Desenvolvimento aos Países Menos Avançados (PMA)/RNB	2020	●	↓	
17.3.1	APD (desembolsos líquidos)	2021	↑	↑	
	IDE (desembolsos líquidos)	2020	↓	↓	
17.3.2	Remessas de emigrantes/imigrantes - valor líquido acumulado em % PIB	2021	↓	↓	
17.6.1	Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes	2021	↑	↑	
17.8.1	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram a Internet nos 3 meses anteriores à entrevista	2022	↑	↑	
17.9.1	Total APD e Outros Fluxos Públicos (OFP) para assistência técnica (cooperação técnica pontual + Capacitação Institucional - desembolsos brutos)	2021	↑	↑	
17.13.1	Painel de indicadores macroeconómicos	2021	○	○	
17.15.1	Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planeamento delineados pelos beneficiários [<i>country ownership</i>], por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento	2018	○	○	

continua



continuação

ODS	Indicador	Mais recente	Período*	Último ano	Obs.
17.17.1	Encargos com Parcerias Público-Privadas para infraestruturas	2021	↑	↓	
17.18.2	Países que possuem legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais	2021	●	●	🎯
17.18.3	Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento	2021	●	●	🎯
17.19.1	Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento (total APD para o CAD 16062 (desembolsos brutos))	2021	↓	↓	🌐
17.19.2	Proporção de países que a) realizaram pelo menos um Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos; e b) atingiram 100% de registos de nascimento e 80% de registos de óbitos	2021	↑	↑	🎯
● O indicador evoluiu no sentido desejável ↑↓ Desempenho ascendente / descendente ● O indicador evoluiu no sentido contrário ao desejável 🎯 O indicador atingiu a meta ● Sem alterações 🌐 Indicador impactado pela COVID-19 ○ Sem avaliação (e.g. série demasiado curta ou irregular; inconclusivo)					

* O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos duas observações interpoladas).

Cobrança de impostos e outras fontes de receita

Em Portugal, entre 2015 e 2021 verificou-se uma tendência ascendente da importância relativa das receitas fiscais¹ no PIB. Em 2021, a **carga fiscal** foi 35,4%, o máximo do período em análise. Os impostos indiretos constituíram a componente mais relevante ao longo do período em análise (15,3% em 2021). A UE27 registou também uma tendência ascendente no mesmo período. Comparativamente, Portugal apresentou, em toda a série, um menor peso relativo das receitas fiscais no PIB.

Entre 2015 e 2023, a **percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente** apresentou uma tendência ascendente (61,3% em 2015, 66,1% em 2023). No entanto, em 2020 observou-se uma redução acentuada no indicador (passando de 69,2% em 2019 para 58,0% em 2020), fruto da maior despesa do Estado devido à pandemia. O indicador recuperou um pouco em 2021, e retomou o nível médio nos anos seguintes.

Acesso à ciência, tecnologia e inovação

Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes² continuaram a aumentar em Portugal, passando de 30,3 por 100 habitantes em 2015 para 41,6 em 2021. A fibra ótica passou a ser a tecnologia mais utilizada em 2017, com 13,4 subscrições por 100 habitantes. A Assymmetric Digital Subscriber Line (ADSL) continuou a perder subscrições, tendo reduzido de 10,0 subscrições por 100 habitantes em 2015 para 2,5 por 100 habitantes em 2021.

Em 2021, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa eram as regiões com maior número de subscritores (54,5 e 47,2 por 100 habitantes, respetivamente), acima do número médio nacional, e o Norte a região com menor número (37,6 por 100 habitantes). O Alentejo observou o maior crescimento entre 2015 e 2021 (51,9%) e a Área Metropolitana de Lisboa o menor (24,5%).

Apesar de um crescimento de 15,9 p.p. relativamente a 2015 (68,6%), a **utilização da Internet** em 2022 era ainda menos frequente em Portugal (84,5%) que ao nível europeu (90,0%). Contudo, esse diferencial com a UE27 tem vindo a ser progressivamente menor, registando um mínimo em 2022. Refira-se que, desde o início da pandemia, a percentagem de utilizadores de Internet aumentou 9,2 p.p. (2022 face a 2019), contrariando a estabilidade dos resultados nos dois anos anteriores.

A utilização da Internet por homens em 2022 foi ligeiramente superior à das mulheres (85,5% vs. 83,6%). Em 2015 a diferença era superior (71,8% vs. 65,7%).

Por regiões, em 2021 destacam-se igualmente a Área Metropolitana de Lisboa (91,1%) e o Algarve (87,4%). O Norte apresenta a utilização mais baixa (80,3%). O Centro foi a região que registou maior crescimento (19,3 p.p.), em oposição à Área Metropolitana de Lisboa, que registou o menor (11,7%).

TOTAL DAS RECEITAS FISCAIS EM % DO PIB (CARGA FISCAL), 2021 Po

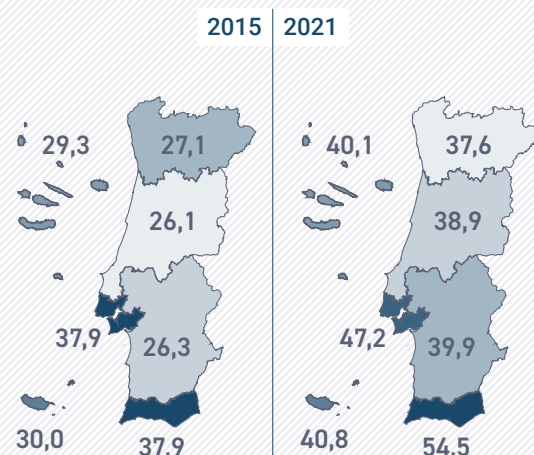


PERCENTAGEM DO ORÇAMENTO DE ESTADO FINANCIADO POR IMPOSTOS COBRADOS INTERNAMENTE



	2015	2023
	61,3%	66,1%

ACESSOS À INTERNET DE BANDA LARGA EM LOCAL FIXO POR 100 HABITANTES



PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE UTILIZARAM A INTERNET



	2015	2022
	68,6%	84,5%

UTILIZAÇÃO DA INTERNET POR SEXO, 2022



Estabilidade macroeconómica

Os principais indicadores macroeconómicos evoluíram favoravelmente, com exceção do ano 2020, fortemente marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19: após ter diminuído 8,3% em 2020, o PIB tem vindo a recuperar desde então; a despesa de consumo final diminuiu 7,0%, tendo aumentado nos anos seguintes; as exportações decresceram 18,6% em 2020, mas retomaram o crescimento em anos subsequentes, crescendo mais do que as importações; com exceção de 2020 (-4,7%) o investimento (FBCF) tem crescido todos os anos.

Numa nota menos favorável destaca-se a taxa de inflação (7,8% em 2022), após um período de relativa estabilidade; o consumo público teve um crescimento diminuto em 2020 (0,3%), tendo apresentado as maiores taxas de crescimento da série em análise nos anos seguintes; a dívida pública (em percentagem do PIB), aumentou entre 2015 e 2021 (de 132% para 134,1%). Com efeito, em 2020 interrompeu-se uma trajetória descendente.

Parcerias

Os encargos com Parcerias Público-Privadas (PPP) para infraestruturas aumentaram de 1 117 milhões de euros em 2015 para 1 226 em 2021 (+9,7%).

Estatísticas oficiais

Portugal possui **legislação estatística nacional** que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.

Portugal possui um **plano estatístico nacional** totalmente financiado e implementado com recurso a financiamento público.

Portugal realizou um **Recenseamento da População e da Habitação** em 2021 e, em observância das metas, alcançou um grau de preenchimento de, pelo menos, 90% nos registos de nascimento e 75% nos registos de óbitos.

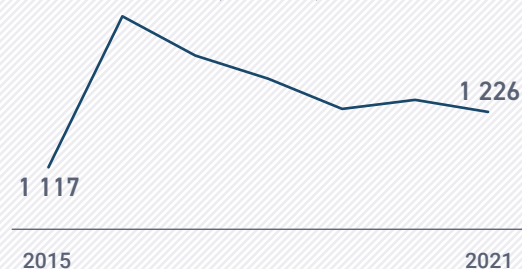
Cooperação internacional

No período em análise o peso da **Ajuda Pública ao Desenvolvimento³ (APD)** líquida total no **Rendimento Nacional Bruto (RNB)** atingiu o seu valor mínimo em 2015 (0,16%). Este valor reflete as limitações resultantes do programa de ajustamento económico e financeiro implementado em Portugal no período anterior, em que a contração da economia condicionou a disponibilidade de fundos para o apoio ao desenvolvimento. A partir do ano de 2018 a metodologia de cálculo oficial do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento/OCDE da APD passou a reger-se pela norma "*grant equivalent*" e não pelos fluxos financeiros, não sendo possível comparar os valores até 2017 com os valores a partir de 2018. Em 2021, o valor do indicador foi de 0,18%, igual ao do ano

PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS, 2022 (taxas de variação)

- PIB: +6,7%
- Consumo das famílias: +5,7%
- Exportações: +16,7%
- Importações: +11,0%
- Inflação: +7,8%

ENCARGOS COM PPP PARA INFRAESTRUTURAS (milhões €)



- ✓ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS
- ✓ PLANO ESTATÍSTICO NACIONAL
- ✓ "RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO EM 2021", "REGISTOS DE NASCIMENTOS" E "REGISTOS DE ÓBITOS"

APD EM PROPORÇÃO DO RNB



anterior. Este valor mantém-se longe da meta fixada para 2030, de 0,7% do RNB. Em 2019, último ano com informação disponível, a **APD líquida dirigida aos países menos avançados** (PMA) foi de 0,05% do RNB, correspondendo a um terço do limiar mínimo da meta dos ODS (entre 0,15% a 0,20%).

Relativamente aos recursos financeiros adicionais mobilizados para países em desenvolvimento de várias fontes, a **APD (desembolsos líquidos)** aumentou de 278,0 milhões € em 2015 para 378,0 milhões € em 2021 (+36,0%).

Em sentido oposto, o **Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (desembolsos líquidos)** passou de 368,9 milhões € em 2015 para montantes negativos em 2020 e 2021 (-70,9 e -469,7 milhões €, respetivamente).

O **valor líquido acumulado das remessas de emigrantes/imigrantes**⁵, em percentagem do PIB, apresentou uma tendência decrescente entre 2015 e 2021, passando de 1,55% para 1,50%.

O total de **fluxos públicos (APD e OFP) para assistência técnica**⁶ registou uma tendência crescente, aumentando de 56,9 milhões de dólares dos Estados Unidos da América em 2015 para 93,2 milhões de dólares dos Estados Unidos da América em 2021 (+64,0%).

O total de **APD para apoio à capacitação estatística** (desembolsos brutos) registou um ligeiro decréscimo face a 2015, de 350 mil € para 340 mil € em 2021. Esta redução resulta da suspensão de atividades presenciais decorrente da pandemia COVID-19 (e consequente decréscimo de custos diretos), não obstante a continuidade da prestação de assistência remota neste âmbito.

REMESSAS DE EMIGRANTES/IMIGRANTES
(valor líquido acumulado em % PIB)



2015	2021
1,55%	1,50%

¹ O indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte permite comparar a relação entre as quatro principais fontes de receita, bem como a "carga tributária" relativa (receita na forma de impostos) e "carga fiscal" (receita na forma de impostos mais contribuições sociais).

² O indicador 17.6.1 corresponde nacionalmente ao indicador "Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes".

³ A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) define-se como a assistência concedida por organismos públicos (subvenções, assistência técnica ou empréstimos concessionais, mais favoráveis), destinada a promover o desenvolvimento económico e bem-estar dos países em desenvolvimento.

⁴ No sistema *grant equivalent* apenas é contabilizada a componente de donativo dos desembolsos brutos, pelo que os reembolsos deixam de ser ponderados no cálculo da APD. Desta forma, não é possível comparar os valores até 2017 com os valores a partir de 2018.

⁵ O indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total corresponde ao fluxo de remessas pessoais expresso em percentagem do PIB. As remessas pessoais compreendem transferências pessoais e remunerações de trabalhadores. Os fluxos líquidos registados como remessas de emigrantes/imigrantes correspondem ao saldo dos recebimentos e pagamentos referentes a transferências correntes efetuadas por emigrantes/ imigrantes, quando são considerados residentes da economia onde trabalham.

⁶ Cooperação técnica pontual + Capacitação Institucional - Desembolsos brutos.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

